

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

DIRETRIZES PROJETUAIS PARA UM PARQUE PÚBLICO INCLUSIVO: APLICAÇÃO NUM
ESTUDO PRELIMINAR NA CIDADE DE DORMENTES-PE

TAIANE DE CASTRO MACEDO



LARANJEIRAS-SE

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

TAIANE DE CASTRO MACEDO

DIRETRIZES PROJETUAIS PARA UM PARQUE PÚBLICO INCLUSÍVO: APLICAÇÃO
NUM ESTUDO PRELIMINAR NA CIDADE DE DORMENTES-PE

Laranjeiras-SE

2022

TAIANE DE CASTRO MACEDO

**DIRETRIZES PROJETUAIS PARA UM PARQUE PÚBLICO INCLUSIVO: APLICAÇÃO
NUM ESTUDO PRELIMINAR NA CIDADE DE DORMENTES-PE**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo
Orientador: Prof. Dr. Alexsandro Tenório Porangaba.

Laranjeiras-SE

2022

TAIANE DE CASTRO MACEDO

**DIRETRIZES PROJETUAIS PARA UM PARQUE PÚBLICO INCLUSIVO: APLICAÇÃO
NUM ESTUDO PRELIMINAR NA CIDADE DE DORMENTES-PE**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado à seguinte banca examinadora:

Aprovada em: 25 de Novembro de 2022.

Prof. Dr. Alexsandro Tenório Porangaba (Orientador)
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof^a. Ma. Lina Martins de Carvalho (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof^a. Ma. Maria Regina Gonçalves dos Santos (Examinadora Externa)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Alagoas (IFAL)

Laranjeiras-SE

2022

Dedico este trabalho a quem me
inspirou fazer ele, a minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus por tudo e por me permitir passar por todo o processo sem me perder no caminho. À meus pais, Maria José e João Batista, por todo esforço que eles sempre fizeram por mim, à minha irmã, Jaiane, que sempre me apoiou e incentivou. Eles são minha base e mesmo de longe, sempre se fizeram presentes. À minha mãe um agradecimento mais que especial, pois ela é a minha inspiração de vida. Escolhi fazer arquitetura e urbanismo pensando no aprendizado de como levar melhores condições de acessibilidade para ela. Minha mãe é o meu maior exemplo de fortaleza e amor, foi o que me manteve firme até aqui.

Agradeço também ao meu esposo Eduardo que, ainda no namoro, me deu a mão e me acompanhou até aqui. Durante longos anos, me entendeu, me acolheu e foi muito companheiro. Agradeço pela compreensão durante toda a trajetória, principalmente nos últimos anos, depois do nascimento do nosso filho, por todo esforço, para que eu continuasse a realizar esse sonho.

A vida é cheia de surpresas e quase no fim dessa trajetória, recebi um lindo presente chamado Théo, ele tem norteado a minha vida desde então. A ele eu agradeço pelos lindos sorrisos que me mantem de pé todos os dias e por me fazer forte, mesmo sendo difícil ter que nos afastar por horas durante o dia.

À primeira pessoa que me acolheu aqui em Sergipe, Hugo Leonardo, muita gratidão pela recepção e ajuda nos meus primeiros passos. À todas as meninas que dividiram momentos de alegrias, tristezas e que estavam todos os dias comigo na república, sendo família. Aos colegas de curso que foram muito importantes nesse percurso.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Alexsandro Tenório Porangaba, pela assistência, orientação e confiança. A todos professores que me instruíram nesse período de formação acadêmica.

Aos meus familiares, amigos e todos que me apoiaram na caminhada para a realização desse sonho. A caminhada foi longa até aqui, e é só o começo. Obrigada!

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso aborda os processos de inclusão da pessoa com deficiência, através da necessidade de uma arquitetura inclusiva com base na aplicação do desenho universal para o desenvolvimento de melhores soluções arquitetônicas e urbanísticas. Além de salientar a diferença entre projetos acessíveis e inclusivos, tendo em vista a ausência de espaços públicos de lazer que atendam em sua totalidade a diversidade de pessoas. Devido à ausência desses espaços, faz-se necessários projetos inclusivos para garantir o direito de lazer aos cidadãos. Assim, a pesquisa tem como objetivo geral o desenvolvimento de diretrizes projetuais para um parque público inclusivo. Para isso, inicialmente foi feita a revisão bibliográfica destacando os conceitos e histórico da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, bem como a legislação e normas vigentes para promoção da acessibilidade, além do aprofundamento teórico dos conceitos elaborados por autores reconhecidos sobre a acessibilidade, o desenho universal, lazer e espaços públicos. Em um segundo momento, buscou-se referências de projetos, para a compreensão das estratégias adotadas na aplicação do desenho universal nos projetos analisados. Além disso, a partir dos resultados obtidos através da metodologia aplicada com visitas in loco, aplicação de questionários, formulários online, registro fotográfico, passeio acompanhado e coleta de dados relacionados as pessoas com deficiência, realizou-se uma experiência de vivência com pessoas com deficiência, gestores públicos e a população em geral na cidade de Dormentes-PE. A cidade, na qual a autora deste trabalho residiu por muitos anos. Posteriormente, desenvolveu-se a aplicação das diretrizes projetuais num estudo preliminar de um parque público inclusivo na cidade. Assim o resultado obtido foi o compilado das diretrizes projetuais, e um programa de necessidades básico para um parque inclusivo, onde foi possível favorecer o desenvolvimento de atividades lúdicas, esportivas, sensoriais e cognitivas para adultos e crianças com ou sem deficiência.

Palavras-chave: Acessibilidade; Desenho Universal; Diretrizes Projetuais; Parque Público Inclusivo.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: DIFERENÇAS ENTRE EXCLUSÃO, SEGREGAÇÃO,.....	26
FIGURA 2: HISTÓRICO DAS TERMINOLOGIAS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	28
FIGURA 3: SÍNTESE DE EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS DE CADA UMA DAS CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAIS PROPOSTAS PELA OMS.	29
FIGURA 4: ESQUEMA REPRESENTATIVO DE FUNCIONALIDADE E INCAPACIDADE	30
FIGURA 5: ESTATÍSTICO DE DEFICIENTES NO BRASIL	30
FIGURA 6: ESTATÍSTICO DE DEFICIENTES POR REGIÃO NO BRASIL	31
FIGURA 7: SIMBOLOGIAS DE DEFICIÊNCIAS E MOBILIDADE REDUZIDA	32
FIGURA 8: SÍMBOLO INTERNACIONAL DE ACESSO- SIA.....	37
FIGURA 9: EXEMPLOS DE SÍMBOLOS INTERNACIONAIS COMPLEMENTARES	37
FIGURA 10: BARREIRA ARQUITETÔNICA E ATITUDINAL, EXEMPLO DE USO INCORRETO DA SIMBOLOGIA.	38
FIGURA 11: BARREIRA ARQUITETÔNICA, EXEMPLO DE USO INCORRETO DE RAMPA COM DEGRAUS.....	38
FIGURA 12: O HOMEM DE VITRÚVIO	42
FIGURA 13: MODULOR, DE LE CORBUSIER	42
FIGURA 14: DIVERSIDADE DE USUÁRIOS	43
FIGURA 15: COMPARAÇÃO ENTRE DESENHO ACESSÍVEL E DESENHO UNIVERSAL.	44
FIGURA 16: RESIDÊNCIA ACESSÍVEL, ESCADA NA FRENTE E RAMPA DE ACESSO AO FUNDO: ACESSO EXCLUDENTE.	45
FIGURA 17: RESIDÊNCIA ACESSÍVEL, ESCADA E RAMPA NA FRENTE: EQUIDADE DE USO.	45
FIGURA 18: PORTAS COM SENSORES QUE SE ABREM SEM EXIGIR FORÇA FÍSICA OU ALCANCE DAS MÃOS DE USUÁRIOS DE ALTURAS VARIADAS	47
FIGURA 19: ACESSO SEGURO A UM EDIFÍCIO COM RAMPAS, CORRIMÃO E GUARDA- CORPO.	47
FIGURA 20: COMPUTADOR COM PROGRAMA DO TIPO “DOSVOX”	48
FIGURA 21: PROJETO PREVENDO O POSSÍVEL DESLOCAMENTO DE PAREDE.....	48
FIGURA 22: PLACAS INFORMATIVAS	48
FIGURA 23: PERCURSO SIMPLES E INTUITIVO	48
FIGURA 24: PICTOGRAMAS EM RELEVO E EM BRAILLE	49
FIGURA 25: DIVERSAS LINGUAGENS	49
FIGURA 26: ELEVADOR COM SENSORES.....	49
FIGURA 27: ESCADA COM CORRIMÃO DUPLO E ESTENDIDO, COM PISO TÁTIL DE ALERTA E FAIXAS DE CONTRASTE	49

FIGURA 28: MAÇANETAS TIPO ALAVANCA	50
FIGURA 29: JANELA COM SISTEMA DE ALAVANCA DE FÁCIL ABERTURA	50
FIGURA 30: POLTRONAS PARA OBESOS EM CINEMAS E TEATROS.....	50
FIGURA 31: MOBILIÁRIO ADEQUADO PERMITE O USO DOS COMPARTIMENTOS.....	50
FIGURA 32: 1º TELEFÉRICO COM CADEIRA ADAPTADA PARA PCR	52
FIGURA 33: MONTANHA PARA TODOS	53
FIGURA 34: CADEIRA ANFÍBIA	54
FIGURA 35: ESPAÇO PÚBLICO COM O KIT INCLUSIVO	54
FIGURA 36: BIKE SEM BARREIRAS	55
FIGURA 37: BRINQUEDOS ADAPTADOS PARA PCR	55
FIGURA 38: O PRIMEIRO PARQUE AQUÁTICO ACESSÍVEL DO MUNDO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	56
FIGURA 39: PLANTA BAIXA DO JARDIM SENSORIAL DA ESCOLA CARTER, BOSTON- EUA.....	63
FIGURA 40: PERSPECTIVA DO JARDIM SENSORIAL DA ESCOLA CARTER, BOSTON- EUA.....	63
FIGURA 41: FOTOS DO JARDIM SENSORIAL DA ESCOLA CARTER, BOSTON- EUA.....	64
FIGURA 42: PLANTA DE SITUAÇÃO DO PLAYGROUND MAGICAL BRIDGE.	65
FIGURA 43: PLANTA DE IMPLANTAÇÃO DO PLAYGROUND MAGICAL BRIDGE.	65
FIGURA 44: IMAGENS DO PLAYGROUND MAGICAL BRIDGE.	66
FIGURA 45: IMAGENS DO PLAYGROUND MAGICAL BRIDGE.	67
FIGURA 46: IMAGENS DO LIVVI'S PLACE.	70
FIGURA 47: IMAGENS DO LIVVI'S PLACE.	71
FIGURA 48: MAPA DO MORGAN'S WONDERLAND E INSPIRATION ISLAND.....	72
FIGURA 49: IMAGENS DO MORGAN'S WONDERLAND.....	73
FIGURA 50: IMAGENS DO MORGAN'S INSPIRATION ISLAND.....	74
FIGURA 51: IMPLANTAÇÃO DO PARQUE APAE- TUBARÃO, SC.....	76
FIGURA 52: BALANÇOS E TREPA-TREPA	77
FIGURA 53: BANCO GAFANHOTO, COBRINHA, ESCORREGADOR, GIRASSOL, FLORES FALANTES E MESA.	78
FIGURA 54: ESPELHO CALEIDOSCÓPICO E DISTORÇOR, PAINEL PICTOGRAMA E PAINEL ÁBACO.....	79
FIGURA 55: LOCALIZAÇÃO DE DORMENTES NO MAPA DE PERNAMBUCO E NO BRASIL.....	81
FIGURA 56: LIMITE DA CIDADE DE DORMENTES	82
FIGURA 57: VETORES DE CRESCIMENTO, ESCOLAS E ESPAÇOS DE LAZER DA CIDADE.....	83
FIGURA 58: ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER DA CIDADE DE DORMENTES	85
FIGURA 59: ESPAÇOS PÚBLICOS DA CIDADE DE DORMENTES	86

FIGURA 60: BANHEIROS E PÁTIO: CRECHE ALBUÍNO BEZERRA SOARES	88
FIGURA 61: RAMPAS, PÁTIO, BANHEIRO E ACESSO SECUNDÁRIO: ESCOLA FRANCISCO COELHO DE MACEDO ...	90
FIGURA 62: LIVROS EM BRAILE E COM TEXTURAS, TABELA PERIÓDICA EM RELEVO, RAMPA, BANHEIRO E ACESSO DA ESCOLA MAURÍCIO JOSÉ ROLIM CAVALCANTI.....	90
FIGURA 63: PISO TÁTIL, BANHEIRO E ACESSOS: ESCOLA ESTADUAL SENADOR NILO COELHO	94
FIGURA 64: CCI E ACADEMIA DO IDOSO	96
FIGURA 65: GRUPO DESAFIANDO LIMITE NA ACADEMIA DO IDOSO	96
FIGURA 66: FOTO DO FOLDER DA VIVÊNCIA.....	103
FIGURA 67: MAPA DO PERCURSO DA VIVÊNCIA EMPÍRICA.....	104
FIGURA 68: FOTOS DA VIVÊNCIA: PONTO DE PARTIDA CCI - TRECHO 01	105
FIGURA 69: FOTOS DA VIVÊNCIA: ACADEMIA DO IDOSO – TRECHO 02.....	105
FIGURA 70: FOTOS DA VIVÊNCIA: ESCOLA FRANCISCO COELHO – TRECHO 03.....	106
FIGURA 71: FOTOS DA VIVÊNCIA: BIBLIOTECA MUNICIPAL – TRECHO 04.....	107
FIGURA 72: FOTOS DA VIVÊNCIA: IGREJA – TRECHO 05	107
FIGURA 73: FOTOS DA VIVÊNCIA: PRAÇA – TRECHO 06.....	108
FIGURA 74: FOTOS DA VIVÊNCIA: PRAÇA – TRECHO 06.....	109
FIGURA 75: MAPA DO PERCURSO DO PASSEIO ACOMPANHADO.....	110
FIGURA 76: FOTOS NUMERADAS DO PASSEIO ACOMPANHADO	110
FIGURA 77: SEIS SENTIDOS	114
FIGURA 78: PROGRAMA DE NECESSIDADES SEPARADOS POR ZONAS	115
FIGURA 79: SEIS SENTIDOS CLASSIFICADOS DE ACORDO COM OS ESTIMULOS	115
FIGURA 80: FLUXOGRAMA	115
FIGURA 81: MAPA DA LOCALIZAÇÃO DO TERRNO ESCOLHIDO.....	116
FIGURA 82: FOTOS DA AREA INTERVENÇÃO.....	117
FIGURA 83: PLANTA DE SITUAÇÃO.....	118
FIGURA 84: MAPA DE USOS DO ENTORNO PROXIMO	118
FIGURA 85: RECORTE TRIDIMENSIONAL.....	118
FIGURA 86: ESTUDO DE INSOLAÇÃO AS 10:15 H E AS 17:00 H NO DIA 22 DE DEZEMBRO	119
FIGURA 87: SETORIZAÇÃO	120
FIGURA 88: PLANTA DE IMPLANTAÇÃO	122
FIGURA 89: ACESSO PRINCIPAL DO PARQUE	123
FIGURA 90: RAMPA DE ACESSO COM TIPOS DE PISOS E PISO TATIL.....	123

FIGURA 91: RELAÇÃO DO PARQUE COM O ENTORNO	124
FIGURA 92: DESNIVEL REPRESENTADO NA PROPOSTA	124
FIGURA 93: PLANTA BAIXA DO PAVIMENTO TERREO	125
FIGURA 94: PLANTA BAIXA DO PRIMEIRO PAVIMENTO	126
FIGURA 95: CORTES ESQUEMATICOS: BB - AA - DD- CC - EE	127
FIGURA 96: FACHADAS: NORTE, LESTE, SUL E OESTE	128
FIGURA 97: PISTA DE SKATE	129
FIGURA 98: MINI QUADRA DE ESPORTES	130
FIGURA 99: TIROLESA	131
FIGURA 100: ACADEMIA	132
FIGURA 101: ESTACIONAMENTO, PARKLET E BICICLETARIO	132
FIGURA 102: PARKLET E BICICLETARIO	133
FIGURA 103: MESAS E LANCHONETE	134
FIGURA 104: ANFITEATRO	135
FIGURA 105: INSTRUMENTOS MUSICAIS	136
FIGURA 106: ACESSOS AOS BANHEIROS	137
FIGURA 107: ACESSO PRINCIPAL A EDIFICAÇÃO	137
FIGURA 108: GANGORRA	138
FIGURA 109: BALANÇOS	139
FIGURA 110: GIRA-GIRA, ESCORREGADORES E SKATE	140
FIGURA 111: PAINÉIS INTERATIVOS,	141
FIGURA 112: ZONA DE ACOLHIMENTO	142
FIGURA 113: TUNEL ARBORIZADO COM CAMINHO SENSORIAL	143
FIGURA 114: CAIXA DE AREA ALTA E BAIXA	143
FIGURA 115: HORTA COMUNITARIA	144
FIGURA 116: AREA DE RESPINGOS	145
FIGURA 117: BRINQUEDOS AQUATICOS E PISCINA	146
FIGURA 118: PASSARELA	147

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: LEGISLAÇÃO E NORMATIVAS	35
QUADRO 2: LEGISLAÇÃO E NORMATIVAS	36
QUADRO 3: QUANTITATIVO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA CIDADE DE DORMENTES	87
QUADRO 4: ENTREVISTA COM ALUNOS DA CRECHE ALBUÍNO BEZERRA SOARES.....	88
QUADRO 5: ENTREVISTA COM ALUNOS DA ESCOLA FRANCISCO COELHO DE MACEDO.....	89
QUADRO 6: ENTREVISTA COM ALUNOS DA ESCOLA MAURÍCIO JOSÉ ROLIM CAVALCANTI	91
QUADRO 7: QUANTITATIVO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	92
QUADRO 8: ENTREVISTA COM OS ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL SENADOR NILO COELHO	93
QUADRO 9: QUANTITATIVO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO	94
QUADRO 10: QUANTITATIVO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA QUE PARTICIPAM DO GRUPO DESAFIANDO LIMITES	97
QUADRO 11: QUADRO DE ÁREAS DO PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ-DIMENSIONAMENTO.....	120

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: PARTICIPANTES DO GRUPO DESAFIANDO LIMITES	97
GRÁFICO 2: IDADE DOS PARTICIPANTES DO FORMULÁRIO ONLINE	98
GRÁFICO 3: PORCENTAGEM POR GÊNERO DOS PARTICIPANTES DO FORMULÁRIO ONLINE	98
GRÁFICO 4: PORCENTAGEM DOS PARTICIPANTES DO FORMULÁRIO ONLINE COM DEFICIÊNCIA	99
GRÁFICO 5: PORCENTAGEM DOS PARTICIPANTES DO FORMULÁRIO ONLINE DE ACORDO COM A ZONA EM QUE RESIDE.	99
GRÁFICO 6: COMPREENSÃO DO QUE É LAZER DE ACORDO COM PARTICIPANTES DO FORMULÁRIO ONLINE.	99
GRÁFICO 7: A BUSCA DO LAZER DE ACORDO COM PARTICIPANTES DO FORMULÁRIO ONLINE.	100
GRÁFICO 8: PRINCIPAIS ESPAÇOS UTILIZADOS PARA O LAZER DE ACORDO COM PARTICIPANTES DO FORMULÁRIO ONLINE.	100
GRÁFICO 9: OS TURNOS UTILIZADOS PARA O LAZER DE ACORDO COM PARTICIPANTES DO FORMULÁRIO ONLINE.	101
GRÁFICO 10: OS DIAS UTILIZADOS PARA O LAZER DE ACORDO COM PARTICIPANTES DO FORMULÁRIO ONLINE.	101
GRÁFICO 11: A FREQUÊNCIA ÀS PRAÇAS COMO ESPAÇO DE LAZER DE ACORDO COM PARTICIPANTES DO FORMULÁRIO ONLINE.	101
GRÁFICO 12: OS IMPEDIMENTOS PARA TER ACESSO AOS ESPAÇOS DE LAZER DE ACORDO COM PARTICIPANTES DO FORMULÁRIO ONLINE.	102
GRÁFICO 13: OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER DE ACORDO COM PARTICIPANTES DO FORMULÁRIO ONLINE. ..	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACD	Associação de Assistência à Criança Deficiente
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEE	Atendimento Educacional Especializado
AIPPD	Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CCI	Centro de Convivência do Idoso
CID	Classificação de Doenças Internacionais
CIF	Classificação Internacional da Funcionalidade Incapacidade e Saúde
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Instituto
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
NBR	Norma Brasileira
NUPE	Núcleo de Apoio Psicopedagógico Educacional da Secretaria de Educação
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCR	Pessoa em Cadeira de Rodas
SIA	Símbolo Internacional de Acesso
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TGD	Transtorno Global de Desenvolvimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	24
1.1 SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	24
1.1.1 Contexto histórico e terminologias	24
1.1.2 Classificação, dados estatísticos da pessoa com deficiência e a restrição espacial	28
1.2 ACESSIBILIDADE: HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO	34
1.2.1 Acessibilidade como condição	36
1.2.2 Acessibilidade espacial	40
1.3 DESENHO UNIVERSAL: DO “HOMEM PADRÃO” À DIVERSIDADE DE USUÁRIOS	42
1.3.1 Desenho acessível, acessibilidade e desenho universal	43
1.3.2 Os princípios do desenho universal.....	46
1.4 LAZER: ENQUANTO ACESSO A TODOS	51
1.4.1 Exemplos de Lazer.....	52
1.5 ESPAÇOS PÚBLICOS: CONTEXTO E CONCEITOS.....	56
1.5.1 Praças e Parques	57
2. REFERÊNCIAS DE PROJETO	62
2.1 JARDIM SENSORIAL DA ESCOLA CARTER, BOSTON - EUA.....	62
2.2 O MAGICAL BRIDGE PLAYGROUND - PALO ALTO - CALIFÓRNIA.....	64
2.3 TOUCHED BY OLIVIA- AUSTRÁLIA.....	69
2.4 MORGAN’S WONDERLAND – SAN ANTONIO - TEXAS.....	71
2.5 ALPAPATO – APAE – TUBARÃO, SC - BRASIL.....	74
3. VIVÊNCIA NA CIDADE DE DORMENTES-PE	81
3.1 CONTEXTO DA CIDADE.....	81
3.2 VISITA DE CAMPO.....	84
3.3 LEVANTAMENTO DE DADOS, QUESTIONÁRIO E FORMULÁRIO ONLINE	87
3.4 VIVÊNCIA EMPÍRICA: POR UM DORMENTES MAIS DIVERSO E ACESSÍVEL PARA TODOS ...	103
3.5 PASSEIO ACOMPANHADO	109

4.	<i>DIRETRIZES PROJETUAIS E PROGRAMA DE NECESSIDADES BÁSICO PARA UM PARQUE PÚBLICO INCLUSIVO</i>	<i>113</i>
4.1	DIRETRIZES PROJETUAIS.....	113
4.2	PROGRAMA DE NECESSIDADES.....	114
4.3	APLICAÇÃO DAS DIRETRIZES PROJETUAIS, UM ESTUDO PRELIMINAR NA CIDADE DE DORMENTES-PE	116
4.4	CONCEITO DO PARQUE INCLUSIVO	121
5.	<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	<i>149</i>
	<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i>	<i>151</i>
	<i>APÊNDICE A: MOTIVAÇÃO PESSOAL</i>	<i>154</i>
	<i>APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO APLICADO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA</i>	<i>156</i>
	<i>APÊNDICE C: FORMULÁRIO ONLINE APLICADO</i>	<i>158</i>
	<i>APÊNDICE D: FOLDER DISPONIBILIZADO NA VIVÊNCIA EMPÍRICA POR UM DORMENTES MAIS DIVERSO E ACESSÍVEL PARA TODOS.</i>	<i>162</i>
	<i>APÊNDICE E: PANFLETO DE MÚLTA MORAL DISPONIBILIZADO NA VIVÊNCIA EMPÍRICA POR UM DORMENTES MAIS DIVERSO E ACESSÍVEL PARA TODOS.</i>	<i>163</i>

INTRODUÇÃO





INTRODUÇÃO

A discussão a respeito da inclusão social das pessoas com deficiência é iniciada no período pós-Segunda Guerra Mundial (SASSAKI, 1997). No contexto internacional, a acessibilidade surge devido a insuficiência de espaços igualitários capazes de atender todos os tipos de pessoas. A partir disso, iniciou-se a busca para redução de barreiras arquitetônicas para as pessoas com deficiência, através do desenho de equipamentos e espaços.

No Brasil, as pessoas com deficiência são as que mais enfrentam dificuldades devido a presença de barreiras e obstáculos que, em alguns casos, impossibilitam de forma efetiva o acesso a alguns direitos básicos, como educação, saúde, transporte, esporte, cultura e lazer. Nesse sentido, a eliminação de barreiras e obstáculos em espaços públicos e privados são de grande importância e deve ser motivo de atenção especial no desenvolvimento de projetos arquitetônicos e urbanísticos pois, conforme Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012, p. 11), além das pessoas com deficiência, “[...] devemos pensar que qualquer um está sujeito, em algum momento de sua vida, a enfrentar dificuldades para a realização de atividades devido a acidentes, doenças ou, simplesmente, pelo processo natural de envelhecimento”.

Com o crescimento acelerado das cidades, bem como o aumento da expectativa de vida e, conseqüentemente, de um significativo número de pessoas com mobilidade reduzida, diversos setores da sociedade brasileira tem se preocupado em democratizar o acesso ao espaço urbano e oferecer serviços mais acessíveis e de melhor qualidade para a promoção da inclusão social.

No entanto, o pensamento recorrente na área de arquitetura e urbanismo é o de adaptar somente na fase final de projeto para atender aos parâmetros mínimos de acessibilidade, quando na verdade deveria considerar desde a concepção ainda na fase de planejamento (DORNELES, 2014). O ato de projetar é complexo e requer compreensão de diversos fatores, como a dificuldade das normas técnicas, e a falta de uma formação centrada no entendimento da diversidade de usuários que, por sua vez, resultam em edifícios que não consideram a acessibilidade espacial (DISCHINGER; BINS ELY; PIARDI, 2012).

Dados retirados do relatório elaborado pela oficina de educação inclusiva no Brasil apontam que nos cursos de arquitetura e urbanismo faltam conceitos relacionados à acessibilidade e desenho universal nas Matrizes Curriculares em inúmeras universidades



brasileiras (CASTANHO, 2018, p. 26). Sobre a formação profissional dos arquitetos e urbanistas no Brasil, Cambiaghi (2017, p. 66) afirma que “[...] o conceito da acessibilidade integrada e de arquitetura inclusiva permanece ausente da formação dos profissionais que projetam e executam os espaços”.

Assim, considera-se que a formação de futuros arquitetos e urbanistas deveria ocorrer de modo que eles compreendessem melhor os conceitos de arquitetura inclusiva e desenho universal a fim de contribuir com o desenvolvimento de melhores soluções arquitetônicas e urbanísticas. Mas, para que isso ocorra de modo eficiente, “[...] é preciso considerar a importância de esses conceitos serem transmitidos regularmente ao longo da formação universitária” (CAMBIAGHI, 2017, p. 67).

O adequado acesso a serviços essenciais como educação, lazer e circulação em espaços diversos é um direito previsto na Constituição Federal Brasileira e tem sido conquistado de forma gradual pelas pessoas com deficiência. Nesse sentido, é importante destacar que o Brasil é um dos países com as mais avançadas legislações sobre acessibilidade. No entanto, percebe-se que somente o ensino de leis e normas técnicas não são suficientes para projetos inclusivos, é necessário que os responsáveis pela execução das obras – Estado, empreiteiras, construtoras etc. – também estabeleçam um compromisso com essa causa e compreendam a complexidade de fatores envolvidos. Para Cambiaghi (2017), é importante que todos conheçam o histórico relacionado a pessoa com deficiência em todos os aspectos para atender a heterogeneidade das limitações físicas. A partir desse conhecimento, projetos e obras poderão se desenvolver de modo coerente com as necessidades funcionais de todos.

Embora a acessibilidade seja amplamente discutida, para alguns profissionais ela ainda consiste em uma simples colocação de rampa, por exemplo. No entanto vai além disso, é compreender o histórico da acessibilidade e as diferenças entre desenho acessível e desenho universal atrelados ao entendimento de que o arquiteto e urbanista tem grandes desafios a fim de atender a diversidade de pessoas, mas também a responsabilidade em proporcionar espaços que possibilitem o acesso com segurança, autonomia e a inclusão na sociedade em condições de igualdade sem discriminação dos usuários (DISCHINGER; BINS ELY; PIARDI, 2012).

Diante do exposto, entre todos os espaços que podem ser inacessíveis às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida pode-se destacar os espaços públicos de lazer. Isso se deve



ao fato desses espaços serem inexistentes ou apresentarem inadequações em relação aos fatores de acessibilidade (KLEIN; GRIGOLETTI, 2021).

As possibilidades de lazer para as pessoas com deficiência muitas vezes são restritas, e quando existem são difíceis de serem utilizadas pela falta de acessibilidade nos espaços públicos de lazer, como também durante o deslocamento para se chegar até eles. Com isso, pode-se perceber o isolamento das pessoas com deficiência, pois, apesar de ser um “direito” de “todos”, garantido pela Constituição não acontece para “todos”, uma vez que a pessoa com deficiência não tem a escolha ou opção para utilização de tal espaço e isso torna-se constante quando a acessibilidade não existe para os espaços de lazer. Além disso, acrescenta-se o fato de que as pessoas com deficiência passam boa parte do tempo fazendo atividades, como reabilitação em clínicas, uma vez que o lazer poderia ser uma forma de reabilitação.

O espaço público de lazer tem significado e importância imensurável na sociedade. Isso se tornou ainda mais evidente no contexto da pandemia da Covid-19, quando a procura por esses espaços se elevou no momento de flexibilização das restrições sanitárias que, por sua vez, forçaram as pessoas ao isolamento social em espaços privativos fechados. No entanto é possível perceber a péssima qualidade deles devido a projetos exclusivos, ou seja, que não atendem a diversidade, dispondo de um ou outro equipamento para alguma deficiência, impossibilitando momentos agradáveis e de socialização, especialmente das pessoas com deficiência.

A Lei Federal nº 13.146 de Inclusão da Pessoa com Deficiência que tem como objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais à pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e a cidadania. A referida Lei aborda no art. 42 no qual dispõe que a pessoa com deficiência tem direito a cultura, ao esporte e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (BRASIL, 2015). Em acréscimo, a Lei 11.982 que determina a adaptação de parte dos brinquedos e equipamentos dos parques de diversões às necessidades das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2009). Diante disso, tendo em vista que os espaços públicos são democráticos, e conseqüentemente deveriam ser acessíveis e inclusivos, embora pareça redundante é pertinente, pois muitos espaços públicos não contemplam a todos, assim não cumprem sua função social para garantir os direitos acima expostos.



Diante do exposto, este trabalho tem como **objetivo geral** desenvolver diretrizes projetuais para um parque público de lazer inclusivo. Para tanto, realizou-se uma experiência de vivência com pessoas com deficiência, gestores públicos e a população em geral na cidade de Dormentes-PE. Posteriormente, desenvolveu-se um estudo preliminar de um parque público com a aplicação das diretrizes projetuais a fim de favorecer o desenvolvimento de atividades lúdicas, esportivas, sensoriais e cognitivas para adultos e crianças com ou sem deficiência.

20

O estudo preliminar foi pensado para a cidade na qual a autora residiu por muitos anos, Dormentes, localizada no sertão de Pernambuco e que possui uma população estimada de 19.246 habitantes. Apesar do seu pequeno porte, Dormentes é uma cidade que se destaca pelas iniciativas nas áreas de educação, desenvolvimento social, e nas ações voltadas para as pessoas com deficiência. Por outro lado, não possui espaços públicos de lazer adequados às pessoas com deficiência.

Além do objetivo geral descrito, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- a) Compreender a contextualização histórica, conceitos e legislação acerca de cada um desses temas: pessoa com deficiência, acessibilidade, desenho universal, lazer e espaço público. Para entender os processos de inclusão a eles relacionados;
- b) Buscar referências de projeto de espaços públicos de lazer com a aplicação dos princípios do desenho universal como suporte adicional no desenvolvimento das diretrizes e do estudo preliminar.
- c) Coletar dados das pessoas com deficiência nos órgãos públicos da cidade de Dormentes-PE para aplicação dos questionários e realização do passeio acompanhado. O intuito foi compreender as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência na cidade, assim como as percepções e necessidades relacionadas aos espaços de lazer.
- d) Entrevistar pessoas sem deficiência através de formulários online a fim de identificar a opinião pública acerca dos espaços de lazer existentes da cidade, além de compreender as necessidades relacionadas as atividades pretendidas em um espaço público de lazer.
- e) Diagnosticar as condições de acessibilidade da cidade a partir da realização de uma vivência empírica intitulada “por um Dormentes mais diverso e acessível para todos”.



A intenção foi identificar e possibilitar aos gestores públicos, profissionais e população vivenciar algumas das principais barreiras enfrentadas na cidade por uma pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

ESTRUTURA DO TRABALHO

O Trabalho de Conclusão de Curso está estruturado em **quatro capítulos** e as considerações finais. Para o desenvolvimento desse trabalho foram realizados:

- a) Levantamento Bibliográfico: pesquisas em livros, periódicos, normas, leis, e artigos científicos relacionados aos temas de estudo.
- b) Levantamento Projetual: pesquisa de referências de projetos inclusivos.
- c) Levantamento de Dados: levantamento do quantitativo das pessoas com deficiência da cidade de Dormentes-PE.
- d) Diagnóstico da Área em Estudo: visita de campo, levantamento fotográfico, passeio acompanhado, vivência empírica, aplicação de questionários e formulários online.

No **primeiro capítulo**, estão contextualizadas toda a fundamentação teórica que embasou a formulação das diretrizes projetuais. O capítulo está subdividido em cinco tópicos que se relacionam, respectivamente, com os seguintes assuntos: aspectos relacionados às pessoas com deficiência; história e legislação sobre acessibilidade; desenho universal; lazer; e espaços públicos. Para o desenvolvimento desse capítulo, foram consultadas fontes primárias, bem como fontes secundárias.

No **segundo capítulo**, são apresentadas cinco referências de projeto de espaços públicos de lazer com a aplicação dos princípios do desenho universal a nível nacional e internacional, sendo destacadas as estratégias projetuais inclusivas que contribuíram para o desenvolvimento das diretrizes projetuais e o programa de necessidades básico de um parque inclusivo. As referências foram pesquisadas em sites e revistas eletrônicas.

No **terceiro capítulo**, são apresentadas as vivências realizadas na cidade de Dormentes-PE, as características e legislação da cidade. Dessa forma, foram realizadas: visitas de campo, registro fotográfico e levantamento do quantitativo de pessoas com deficiência na



cidade de Dormentes através da coleta de dados nos órgãos competentes do município. Esse trabalho serviu para a aplicação dos questionários com pessoas com deficiência, e/ou pais e responsáveis entre as diversas faixas etárias, e para realização do passeio acompanhado com pessoas com deficiência. Além disso, foram aplicados formulários online com a população em geral e realizada uma vivência empírica com a gestão municipal, profissionais da arquitetura/engenharia e população para a compreensão das necessidades das pessoas com deficiência.

22

No **quarto capítulo**, são apresentadas as diretrizes projetuais para um parque público inclusivo. O capítulo está subdividido em dois tópicos: no primeiro foram explicados os princípios básicos, o programa de necessidade básico e as estratégias adotadas para a promoção de atividades lúdicas, esportivas, sensoriais e cognitivas, especialmente por parte das pessoas com deficiência. No segundo tópico, para a exemplificação das diretrizes adotadas foram aplicadas num estudo preliminar no terreno escolhido na cidade de Dormentes, no qual foram desenvolvidos o diagnóstico do terreno, condicionantes do entorno, fluxograma, setorização, plantas baixas e de implantação, assim foi utilizado softwares que possibilitem a representação gráfica em 2D e 3D. Ademais, destaca-se que não está prevista a construção de maquete física da proposta.

Por fim, o trabalho é finalizado com as considerações finais e apresentação de todo referencial teórico.

Fundamentação Teórica

A line drawing illustration of ten diverse individuals with various disabilities walking along a path. From left to right: a man with a large head and thick neck; a woman with sunglasses and a cane; a man pushing a stroller; a man with sunglasses and a cane walking a dog; a woman in a wheelchair; a man with a cane and a bag; a boy with a backpack; a woman with a cane; an elderly man with a cane; a man with glasses and a cane; and a man with a cane and a walker. The path is represented by a yellow and green background.



1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

1.1.1 Contexto histórico e terminologias

A luta pela garantia de direitos e pela inclusão na sociedade por parte das pessoas com deficiência tem se dado sobre pautas que passam pela aceitação social e vai até o desenvolvimento de ações que despertem a sensação de pertencimento delas no espaço urbano. A pessoa com deficiência sempre fez parte da história das civilizações e, inicialmente, a deficiência era considerada algo maligno (CAMBIAGHI, 2017). Nas antigas civilizações o preconceito contra as pessoas com deficiência se materializava em dois tipos de ações: (i) na valorização de homens com grande força física para a conquista de territórios e (ii) no ato de isolar da sociedade os deficientes, a exemplo da internação deles em asilos. Apesar dessas ações excludentes terem perdurado por muitos anos na sociedade, à medida que o desenvolvimento tecnológico e das ciências naturais avançavam, as pessoas com deficiências começaram a receber uma atenção especial da comunidade médica que passaram a oferecer tratamentos especializados.

A forma como a deficiência tem sido compreendida pela sociedade, tem passado por mudanças constantes. Segundo Sassaki (2006), a deficiência está intrinsecamente ligada ao contexto histórico em que está inserido e, portanto, classifica esse contexto em três fases: **(1) o da exclusão e segregação social; (2) o da reabilitação e integração social; (3) e o da inclusão social.** Cada uma dessas apresentam características específicas:

- (1)** A primeira fase corresponde ao período demarcado pelo final do século XIX até a década de 1960. Nessa fase, consolidou o modelo médico da deficiência, no qual o problema estava no indivíduo que deveria ser reabilitado e reinserido na sociedade, ou seja, a pessoa era vista somente como paciente. Esse modelo contribuiu para que a sociedade apresentasse resistência na aceitação da pessoa com deficiência, isolando-as em instituições segregacionistas que foram construídas para cuidados e assistência médico-social (SASSAKI, 2006). A “reinserção” dessa população foi considerada difícil em decorrência das inadequações arquitetônicas e urbanas, a exemplo dos espaços



residenciais, edificações públicas, passeios públicos, etc., ou seja, conforme Sasaki (2006), esses fatores contribuíram ainda mais para que as pessoas com deficiências fossem consideradas como inúteis.

- (2)** A segunda fase compreende de 1960 a 1987, no período pós-guerras a reabilitação social proporcionou uma visão assistencialista às pessoas com deficiência. Nessa nova fase, a deficiência era considerada um impedimento físico ou mental que deveria ser tratado para possibilitar que a pessoa portadora fosse reintegrada na sociedade. Essa nova visão contribuiu para que a sociedade desenvolvesse leis que garantissem direitos às pessoas com deficiência e métodos (chamados de “normalização”) de integração delas no sistema comum de educação, lazer, trabalho, saúde e família. Para Sasaki (1997), apesar do mérito desses avanços, eles não deixaram de ser excludentes, pois tinham o intuito de criar para a pessoa com deficiência oportunidades similares as da população em geral, no entanto, somente para as pessoas com deficiências, a exemplo de clínicas e escolas.

É importante destacar que a Organização das Nações Unidas (ONU) escolheu o ano de 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência (AIPPD). Naquele período, diversos movimentos mundiais reivindicavam a eliminação das barreiras arquitetônicas em busca da acessibilidade (SASSAKI, 2004). Nos anos seguintes, o movimento de inclusão das pessoas com deficiência adquire força e, no Brasil, por exemplo, essa movimentação coincide com os debates ocorridos na sociedade em torno da elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. A partir disso, as discussões sobre os direitos dos cidadãos foram aprofundadas, além da elaboração de leis para inclusão social.

- (3)** A terceira fase é iniciada em 1990 e vai até o início do século XXI. Segundo Sasaki (2006) alguns autores consideram a fase da inclusão desde 1988, enquanto outros somente a partir de 1995 até os dias atuais. Entretanto, desde 1987, em alguns lugares já se falava a respeito da inclusão social como sendo importante para a aceitação das diferenças e da valorização das pessoas com deficiência, assim como as transformações nos espaços. Diante disso, Sasaki (2006) reforça que o modelo social de inclusão se consolida a partir do momento que a sociedade entende que ela é quem deve ser modificada para ser capaz de incluir todas as pessoas.



Embora as fases citadas anteriormente sigam uma cronologia, pode-se perceber ainda a transição entre a integração e a inclusão, dessa forma, nota-se o quanto é atual a afirmação de Sassaki (1997, pag. 16) quando fala que: “Ainda hoje vemos a exclusão e a segregação sendo praticadas [...] em várias partes do Brasil [...]. Mas também vemos a tradicional integração dando lugar, gradativamente à inclusão.” Diante dessa transição (Figura 1) a transferência da responsabilidade das adaptações deve ser realizada na sociedade, reconhecendo que as principais barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência são: o preconceito, a discriminação e os ambientes sem acessibilidade. Dessa forma Werneck, (1997, p. 6) acrescenta: “evoluir é perceber que incluir não é tratar igual, pois as pessoas são diferentes! (...). Incluir é abandonar estereótipos”.

Figura 1: Diferenças entre exclusão, segregação,



Fonte: Site da clínica Eureka¹.

Ao longo do tempo existiram muitas terminologias na tentativa de descrever as pessoas com alguma deficiência, atrelados aos valores específicos da época, de acordo com a fase que se encontravam: **(1) exclusão e segregação social; (2) reabilitação e integração social; (3) inclusão social**. Cada uma dessas apresentam características específicas como detalhado a seguir:

- (1)** Na primeira fase, segundo Cambiaghi (2007, p. 31), as pessoas com deficiência eram chamadas de “**inválidos**”, tanto pela sociedade quanto nas próprias leis. Elas eram consideradas um fardo para as famílias e não tinham nenhum valor profissional. Por conseguinte, eram excluídas da convivência social, assassinadas ou abandonadas. No período pós-guerras mundial, passaram a ser chamadas de “**incapacitadas**”. Estava

¹ Disponível em: https://clinicaeureka.com.br/inclusao_exclusao/. Acesso em: 12 de maio de 2022.

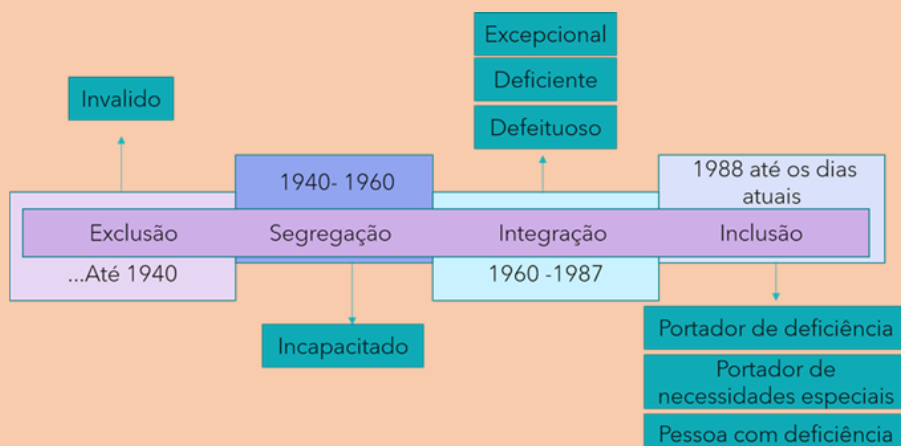


atrelado a esse termo a noção de que as pessoas com deficiências necessitavam de reabilitação física devido à capacidade residual adquiridas nos períodos pós-guerras. Embora o uso desse termo tivesse contribuído para que a sociedade reconhecesse na pessoa com deficiência a existência de uma capacidade mínima, os indivíduos ainda eram segregados em todos os âmbitos (CAMBIAGHI, 2007, p. 31).

- (2) Na segunda fase, três termos foram atribuídos com frequência às pessoas com deficiências: “**defeituoso**”, utilizado para se referir às que possuíam alguma deformação física; “**deficiente**”, termo voltado para as pessoas que apresentavam dificuldades para executar funções básicas; e “**excepcional**”, para os indivíduos com deficiência mental (CAMBIAGHI, 2007, p. 32). Segundo Cambiaghi (2017), uma das grandes conquistas das pessoas com deficiência ocorreu em dezembro de 1975, com a promulgação da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, na Assembleia-Geral da ONU. Com essa declaração o termo “**pessoa deficiente**” passa a ser utilizado para qualquer pessoa que, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas e mentais, estivesse impossibilitada de cumprir sem ajuda, total ou parcial, as exigências de uma vida individual e social. No ano seguinte a Organização Mundial de Saúde (OMS) ainda que em caráter experimental retirou a relação intrínseca da deficiência como doença.
- (3) Na terceira fase, Segundo Cambiaghi (2007) mais precisamente entre os anos de 1988 e 1993, líderes dos movimentos da pessoa com deficiência solicitaram a mudança do termo “**pessoa deficiente**” justificando que ele considerava a pessoa deficiente na sua totalidade. Dessa forma o termo foi alterado para “**portador de deficiência**” e incluído nas normativas e legislações. Destaca-se que a palavra “portar” passa a ter um valor agregado a pessoa portadora de deficiência. Mais adiante, nos anos de 1990 até 1994, o termo “necessidades especiais” substitui a palavra “deficiente” passando a ser “**portadores de necessidades especiais**”. Ademais, em 1995 com a transição para a fase da inclusão pode-se perceber que o termo mais aceito e que melhor descrevia as pessoas que tinham alguma deficiência era o termo “**pessoa com deficiência**” devido à valorização da diversidade, da não necessidade de se esconder a deficiência, e da defesa dos direitos da pessoa com deficiência (CAMBIAGHI, 2007, p. 33). Esse último, é o termo que ainda permanece em uso, (Figura 2).



Figura 2: Histórico das terminologias da pessoa com deficiência



Fonte: desenvolvido pela autora a partir das informações de Sassaki (2006) e Cambiaghi (2007).

Portanto, como pode ser observado na figura acima, o histórico das terminologias da pessoa com deficiência está diretamente relacionado com o tempo/contexto em que elas foram criadas. Esse sendo de grande importância tendo em vista que uma das formas de preconceito são as nomenclaturas pejorativas. Além disso a forma como a deficiência é classificada pela OMS também reflete nesse contexto.

1.1.2 Classificação, dados estatísticos da pessoa com deficiência e a restrição espacial

A partir da década de 1980, após a retirada da Classificação de Doenças Internacionais (CID) a deficiência passou a ser classificada pela OMS com base nas modificações a nível funcional da deficiência. Posteriormente, foram revisadas, e classificadas em três momentos, (Figura 3): a primeira classificação foi em 1980 (ICIDH)² - **deficiência, incapacidade e impedimento**, essa classificação centrava suas definições nas características das pessoas, conceituando deficiência como perda ou anomalia fisiológica, psicológica ou anatômica; a segunda classificação ocorre em 1997(ICIDH 2)³ - **deficiência, atividade e participação**, com base nessa classificação a mudança ocorre no foco de atenção, passando da pessoa com deficiência e remetendo para o espaço físico, relacionando às dificuldades na realização de atividades e na participação das pessoas na sociedade; a terceira em 2001 (ICF)⁴-

² Tradução livre do termo em inglês para português: "Classificação Internacional de Deficiência, incapacidade e deficiente".

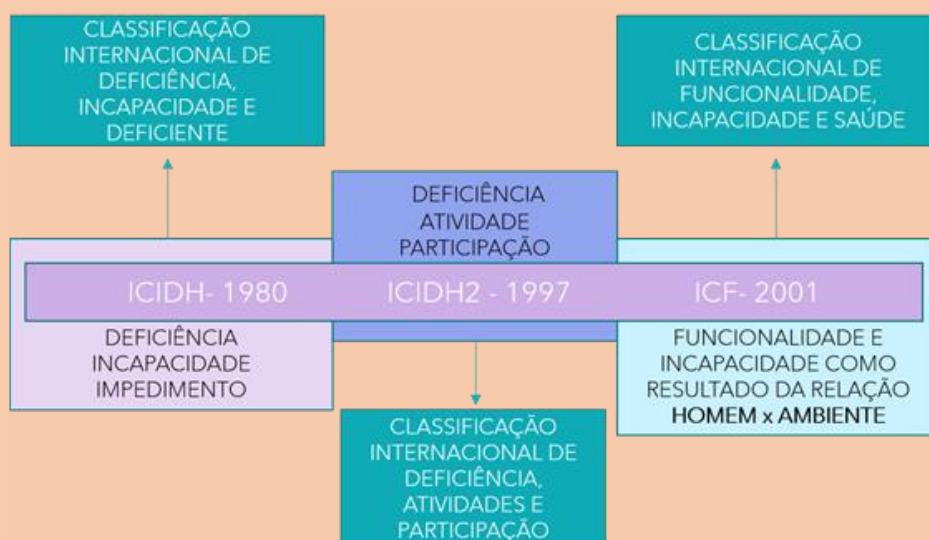
³ Tradução livre do termo em inglês para português: "Classificação Internacional de Deficiência, Atividades e Participação".

⁴ Tradução livre do termo em inglês para português: "Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde".



funcionalidade, incapacidade e saúde estabeleceu uma nova conceituação transferindo a responsabilidade das limitações para sua relação com o ambiente (DORNELES, 2014).

Figura 3: Síntese de evolução dos conceitos de cada uma das Classificação Internacionais propostas pela OMS.



Fonte: desenvolvido pela autora a partir das informações de Dorneles (2014).

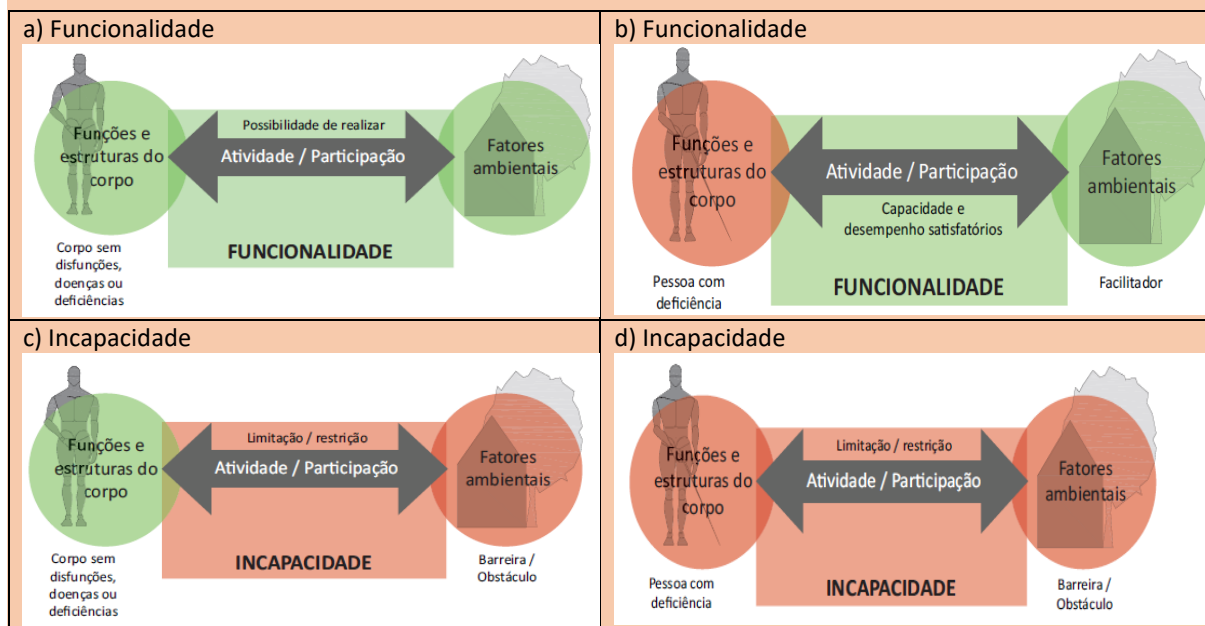
A Classificação Internacional da Funcionalidade Incapacidade e Saúde (CIF) foi escrita com base em dois modelos, o modelo médico e o modelo social. Por um lado, o modelo médico trata uma incapacidade como problema da pessoa, por outro, o modelo social considera como incapacidade um conjunto de condições, cuja maioria são criados pelo ambiente social (OMS, 2008 apud BRANDÃO, 2011).

No esquema da Figura 4, no item a, é possível perceber que quando o resultado da interação entre funções do corpo e fatores ambientais é positivo, isso permite a funcionalidade. Já no item b, o resultado positivo da interação entre funções do corpo e fatores ambientais só é possível devido a facilitadores que permitem a funcionalidade, assim de acordo com a CIF os facilitadores são:

[...] são fatores ambientais que, por meio da sua ausência ou presença, melhoram a funcionalidade e reduzem a incapacidade de uma pessoa. Esses incluem aspectos como um ambiente físico acessível, disponibilidade de tecnologia de assistência apropriada, atitudes positivas das pessoas em relação à incapacidade, bem como serviços, sistemas políticos que visam aumentar o envolvimento de todas as pessoas com uma condição de saúde em todas as áreas da vida (OMS, 2008 p. 244 apud BRANDÃO, 2011 p. 59 e 60).



Figura 4: Esquema representativo de funcionalidade e incapacidade



Fonte: adaptado de Brandão (2011, p.58 - 60).

Pode-se perceber na Figura 4, tanto no item c, quanto no item d, que a interação entre funções do corpo e fatores ambientais resulta numa incapacidade. Isso ocorre devido a existência de barreiras ou obstáculos, por exemplo, quando uma pessoa não compreende um local espacialmente ou tenha algum impedimento para se deslocar devido à falta de elementos que a auxiliem na orientação espacial.

A falta de dados sobre a pessoa com deficiência é um obstáculo para o planejamento e para a implementação de políticas que promovam o desenvolvimento dessa população. No Brasil, segundo o Censo de 2010, mais de 45.600.000 milhões de pessoas apresentavam algum tipo de deficiência. Isso equivale a 24% de toda população nacional (Figura 5). Ainda segundo o Censo (Figura 6), a Região Nordeste é a região que concentra os maiores percentuais de pessoas com deficiências, com 26,63 %, seguido das

Figura 5: Estatístico de deficientes no Brasil



Fonte: IBGE, 2010.



Regiões Norte (com 23,40%), Sudeste (com 23,03%), Centro-Oeste (com 22,51%), e por último a Região Sul (com 22,50%).

Figura 6: Estatístico de deficientes por região no Brasil



Fonte: IBGE, 2010.

A mudança na forma de olhar a pessoa com deficiência possibilitou a criação de importantes leis, tais como a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Essas leis estabeleceram aspectos como prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, bem como normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. Um dos primeiros documentos que menciona e classifica os tipos de deficiência é o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Segundo o capítulo II do referido Decreto, pessoa com deficiência é aquela que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

- a) **Deficiência Física:** alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;
- b) **Deficiência Auditiva:** perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;
- c) **Deficiência Visual:** cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a



somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

d) Deficiência Mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho;

e) Deficiência Múltipla: associação de duas ou mais deficiências.

Além das diversas categorias de pessoa com deficiência, no desenvolvimento de projetos arquitetônicos e/ou urbanos, é também importante considerar a atividade das pessoas com mobilidade reduzida. Essas, são aquelas que apresentam dificuldades de locomoção, permanente ou temporário, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção (BRASIL, 2004). Podem ser consideradas pessoas com mobilidade reduzida, por exemplo, os obesos (a depender do grau de obesidade), idosos, gestantes, pessoas com carrinho de bebê, pessoas com algum membro do corpo imobilizado etc., (Figura 7).

Figura 7: Simbologias de deficiências e mobilidade reduzida



Fonte: site do CBIC⁵ (2018).

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) Lei de nº 13.146 de 6 de julho de 2015 que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência e nele trás o conceito mais recente da pessoa com deficiência, que segundo a Lei de nº 13.146, de 6 de julho de 2015, é compreendido como:

[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

⁵ Disponível em: <https://cbic.org.br/lei-de-acessibilidade-em-predios-residenciais-e-regulamentada/>. Acesso em: 12 de maio de 2022.



A evolução do conceito de deficiência é resultado da interação da sociedade com a pessoa com deficiência e o espaço, dessa forma conforme Cambiaghi (2017, p. 23):

Quando uma pessoa com deficiência está em um ambiente acessível, suas atividades são preservadas, e a deficiência não afeta suas funções. Em uma situação contrária, alguém sem qualquer deficiência colocado em um ambiente hostil e inacessível pode ser considerado deficiente para esse espaço.

Diante disso, o ambiente pode apresentar barreiras nas quais restringem as pessoas a exercer certas atividades ou funções. Segundo Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012), para nomear as dificuldades resultantes da relação entre as condições de cada pessoa e as propriedades do meio ambiente na prática das atividades, utiliza-se a palavra **restrição**. As autoras apresentam uma classificação que sintetiza e facilita a compreensão dos tipos de deficiência, dividindo-as em quatro grupos que relacionam a deficiência aos problemas:

- a) **Para Atividades Físico-Motoras:** dificuldade ou impedimento da realização de atividades relacionadas ao uso da força física, coordenação motora, precisão ou mobilidade. Essas dificuldades afetam especialmente as pessoas com alguma deficiência físico-motora ou com mobilidade reduzida, como por exemplo: desconforto no uso de mesas ou balcões de atendimento com dimensões fora das recomendadas pela NBR 9050.
- b) **Para Percepção Sensorial:** dificuldade em perceber as informações, devido à presença de obstáculos ou à falta de informações adequadas, estas impossibilitam e dificultam a obtenção de estímulos por meio dos distintos sistemas sensoriais que são eles: auditivo, visual, paladar/olfato, háptico⁶ e orientação. As pessoas com deficiências auditivas, visuais, e os idosos são as mais prejudicadas frente a essas restrições. A exemplo: a falta de sinal sonoro em cruzamentos urbanos, a falta de pisos táteis aplicados de forma correta, isso inviabiliza a autonomia das pessoas com deficiência.
- c) **Para Atividades de Comunicação:** dificuldade de comunicação social por meio da fala ou da utilização de equipamentos de tecnologia assistiva. Afeta diretamente as pessoas com deficiência auditiva ou com problemas na fala. A presença de interfonos

⁶ Relativo ao tato.



ou a ausência de funcionários aptos a se comunicar com essas pessoas são exemplos de restrições que elas sofrem.

- d) Para Atividades Cognitivas:** dificuldade presente nas informações existentes no ambiente, como cartazes, letreiros e sinais. Como também no desenvolvimento de relações interpessoais para realização de atividades que demandam compreensão, aprendizado e tomada de decisão, sendo as pessoas analfabetas ou com deficiência cognitiva as que mais são afetadas com essas restrições.

34

Diante do exposto, muitas das incapacidades e limitações das pessoas com deficiência não são ocasionadas pela falta de habilidade de adaptação ao ambiente, mas sim a uma deficiência do espaço em receber as diversas características humanas (DUARTE; COHEN, 2004). Portanto, para garantir a acessibilidade é fundamental compreender todas as necessidades para realização de atividades das diferentes deficiências, como também, reconhecer as possíveis barreiras na realização de atividades nos espaços e equipamentos.

1.2 ACESSIBILIDADE: HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO

Ainda que discreto, na década de 1980 no Brasil aconteceram debates com o objetivo de conscientizar os profissionais da construção sobre a importância na eliminação de barreiras arquitetônicas às pessoas com deficiência. Em 1981, o ano internacional da pessoa com deficiência consolidou o início do processo de inclusão no Brasil. Entretanto, a primeira norma técnica brasileira sobre acessibilidade só foi publicada em 1985, sob o título de “Acessibilidade e edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos à pessoa portadora de deficiência”.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, as pessoas com deficiência são contempladas com mais benefício, ou seja, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 277, é dever o Estado dispor de “normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência” (BRASIL, 1988, p. 132).

No ano de 1991 aconteceu a primeira revisão da NBR 9050, sendo revisada novamente em 1994, 2004, 2015 e 2020. As normas técnicas de acessibilidade são parâmetros para



inserção do desenho acessível e inclusivo em novas construções no Brasil. Esses, sendo necessários para adaptar as condições oferecidas no espaço projetado, visando conforto, segurança e a funcionalidade.

Além disso, a Constituição Brasileira garante a todos os cidadãos o direito de igualdade sem discriminação, incluindo o acesso à moradia, a serviços essenciais como saúde e educação, ao lazer, ao trabalho e a circulação, independentemente da cor, credo, sexo, idade, condição social ou deficiência. A garantia desses direitos é dever do Estado por meio da implementação de ações políticas e legislativas adaptando os espaços físicos das cidades para promover melhores condições de acessibilidade, permitindo a todas as pessoas, sem distinção, o direito de realizar as atividades desejadas (DISCHINGER; BINS ELY; PIARDI, 2012).

No Brasil, além da NBR 9050, há outras leis, decretos e normas importantes (Quadros 1 e 2), que se relacionam com a proposta desse trabalho, especialmente os que tratam da promoção de espaços e equipamentos de lazer.

Quadro 1: Legislação e Normativas

LEIS FEDERAIS:

Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000:	Prioriza o atendimento às pessoas com deficiência, idosos, gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas por crianças de colo (BRASIL, 2000);
Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000:	Determina parâmetros básicos e normas gerais para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, mediante a retirada de barreiras e obstáculos nos espaços públicos, no mobiliário urbano, no transporte, na comunicação e na construção ou reforma de imóveis (BRASIL, 2000);
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015:	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Essa lei busca promover e assegurar os direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).
Lei nº 11.982 de 16 de julho de 2009 E Lei nº 13.443, de 11 de maio de 2017	Determinam sobre os parques de diversões, públicos e privados, os quais devem adaptar, no mínimo, 5% (cinco por cento) de cada brinquedo e equipamento e identificá-lo para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tanto quanto tecnicamente possível (BRASIL, 2009) (BRASIL, 2017).

Fonte: elaborado pela autora



Quadro 2: Legislação e Normativas

DECRETOS FEDERAIS:

Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004:	Reconhecida como “Lei de Acessibilidade”, regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2004);
Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005:	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2005);
Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009:	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007 (BRASIL, 2009);

NORMAS TÉCNICAS:

NBR 9050 2020:	Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Estabelece critérios e parâmetros técnicos para permitir condições de acessibilidade em edificações. (ABNT, 2020);
NBR 16071:	Playgrounds – 7 partes (ABNT, 2012).

Fonte: elaborado pela autora

1.2.1 Acessibilidade como condição

Mesmo sendo um país que avançou muito no campo legislativo, a acessibilidade no Brasil não acontece de forma efetiva e prática. Nesse sentido para Rodrigues e Bernardi (2021 p. 2), o que se constata é que “a existência somente dos instrumentos legais não garantiu a supressão das barreiras arquitetônicas e urbanísticas” encontradas pelas pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, no acesso e na realização de atividades do cotidiano ou de lazer. Dessa forma, segundo Cambiaghi (2017), é fundamental investir no conhecimento em acessibilidade, pois, tão importante quanto a lei é o seu intérprete, por materializar na prática. Além disso, a acessibilidade é uma questão de direitos e atitudes, para isso, faz-se necessário a compreensão do seu conceito. Segundo a NBR 9050, **acessibilidade** é:

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT, 2020, p. 2).



Ademais, as leis e normas específicas para as pessoas com deficiência resultaram na adaptação arquitetônica dos locais públicos por meio de instalação de rampas, elevadores, sanitários adaptados etc. Diante disso, foi estabelecido um símbolo internacional de acesso, sendo representado por um pictograma com uma cadeira de rodas (Figura 8). De acordo com a NBR 9050 (ABNT, 2020) a indicação da acessibilidade nas edificações, no mobiliário, nos espaços e nos equipamentos urbanos deve ser feita por meio desse símbolo. Caso o acesso não apresente acessibilidade, deve indicar, por meio de informação visual, a localização do acesso mais próximo que atenda as condições estabelecidas pela Norma (ABNT, 2020).

Figura 8: Símbolo Internacional de Acesso- SIA



Fonte: NBR 9050 (2020 p.41).

Ainda segundo a NBR 9050 (ABNT, 2020), existem símbolos complementares (Figura 9) que indicam facilidades existentes em edificações, mobiliários, espaços, equipamentos urbanos e serviços oferecidos. Podem ser compostos e inseridos em quadrados ou círculos.

Figura 9: Exemplos de Símbolos Internacionais Complementares



Fonte: NBR 9050 (2020 p. 43 e 44).

Mas, apesar dessas regras, é possível encontrar em determinados espaços o uso incorreto dos símbolos (Figura 10) ou a construção de elementos que eram para ser acessíveis e não são (Figura 11). Para Duarte e Cohen (2003), as dimensões e disposições de soluções de acessibilidade são conhecidas, mas não são motivos para a sua utilização obrigatória. Logo, a falta de uma obrigatoriedade e fiscalização mais apurada por parte do Estado favorece o uso incorreto das normas e, por conseguinte, compromete o uso dos espaços por pessoas. Nesse contexto as autoras pontuam:



No caso de pessoas com deficiências, as dificuldades são permanentes e, muitas vezes, intransponíveis, afetando suas condições de independência e acesso à cidadania. Devemos ainda considerar que elementos que passam despercebidos para a maioria das pessoas – tais como um degrau de apenas dez centímetros de altura numa calçada ou um interfone – podem, respectivamente, impedir o deslocamento de uma pessoa em cadeira de rodas e barrar o acesso de uma pessoa surda a um edifício (DISCHINGER; BINS ELY; PIARDI, 2012, p.12).

Figura 10: Barreira arquitetônica e atitudinal, exemplo de uso incorreto da simbologia.



Fonte: Arquitretas⁷.

Figura 11: Barreira arquitetônica, exemplo de uso incorreto de rampa com degraus.



Fonte: site casa adaptada⁸

A deficiência não é um atributo da pessoa, mas sim um conjunto de condições, muitas das quais criadas pelo contexto social (SASSAKI, 1997, p. 45). Assim, caracterizando o modelo social da deficiência no qual segundo Sasaki (1997), considera a deficiência como um problema social que deve ser resolvido com a completa inclusão das pessoas na sociedade. Dentre outros exemplos de exclusão, destaca-se a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), utilizada pelas pessoas com deficiência auditiva, entretanto, a maioria das pessoas sem deficiência não sabe o idioma. Logo, a comunicação dos deficientes auditivos com outras pessoas é comprometida, seja na escola, num hospital, numa consulta médica etc. Por isso é tão importante para a promoção da acessibilidade o uso de facilitadores como a informática

⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CbWKvzZlkmb/>. Acesso em: 20 de março de 2022.

⁸ Disponível em: <https://casadaptada.com.br/2016/06/algumas-dicas-para-ajudar-um-cadeirante>. Acesso em: 02 de abril de 2022.



e outras tecnologias para que essas pessoas possam ter uma melhor comunicação e o direito à informação (CAMBIAGHI, 2007, p. 51).

O histórico da acessibilidade mostra a preocupação com a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, através de eliminação de barreiras arquitetônicas incompatíveis com o direito à cidadania das pessoas com deficiência. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146, de 2015) representa um grande avanço na legislação. Nela é abordado de forma mais atualizada o conceito de barreira, que é entendida como:

39

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

- a) **barreiras urbanísticas:** as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) **barreiras arquitetônicas:** as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) **barreiras nos transportes:** as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) **barreiras nas comunicações e na informação:** qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) **barreiras atitudinais:** atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) **barreiras tecnológicas:** as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (BRASIL, 2015, p.2).

Segundo Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012), as dificuldades relacionadas as pessoas com deficiência são originadas por barreiras que dependem de diferentes âmbitos de atuação como projeto, execução e fiscalização podendo ser de dois tipos: as físico-espaciais, geralmente denominadas de barreiras arquitetônicas, ou as atitudinais.

- **As barreiras físico-espaciais:** são os elementos físicos, naturais ou construídos, que dificultam ou impedem a realização de atividades desejadas de forma independente. Pode-se ainda distinguir as barreiras físico-espaciais em permanentes e dinâmicas de acordo com sua duração no tempo e no espaço.



Um poste, por exemplo, é um obstáculo permanente num passeio e um carrinho de pipoca pode se constituir numa barreira dinâmica.

- **As barreiras atitudinais:** são estabelecidas na esfera social, quando as relações humanas são centradas nas dificuldades dos indivíduos e não em suas habilidades, dessa forma criando empecilhos para a participação das pessoas com deficiência na sociedade, as soluções das barreiras atitudinais só são possíveis através da conscientização da população através de leis e práticas inclusivas.

Segundo Dischinger et al. (2008 p.39), a inclusão da pessoa com deficiência reivindica o pertencimento, desde chegar a algum lugar até a participação de ações, como o entendimento espacial e a realização de atividades de forma independente e segura. Neste contexto, Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012, p.27) afirmam que “o conceito de inclusão se refere à possibilidade de participação social em condições de igualdade e sem discriminação”

Para Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012), equiparar as oportunidades da pessoa com deficiência e ter a inclusão de forma efetiva é fundamental. Diante, disso são necessários aspectos interrelacionados como: aspectos atitudinais que eliminem a discriminação e barreiras, bem como, condições de saúde na prevenção e reabilitação da pessoa com deficiência. Além disso, as autoras apontam para a importância da existência de condições para inserção das pessoas com deficiências no mercado de trabalho e na educação. Alinhado a isso, está a existência de possibilidades que permitam o acesso ao espaço físico, à cultura, ao esporte, ao lazer e aos equipamentos de tecnologias assistivas⁹ para garantia da inclusão da pessoa com deficiência.

1.2.2 Acessibilidade espacial

Segundo Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012), acessibilidade espacial não é só chegar a um local desejado, é permitir ao usuário compreender sua função, organização e relações espaciais, além de poder participar das atividades que ali ocorrem, exercendo todas essas

⁹ “Tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social” (BRASIL, 2015, p. 21).



ações com segurança, conforto e independência. Ainda conforme as autoras, o projeto de um espaço acessível deve favorecer alguns requisitos básicos capazes de atender às diferentes necessidades, tais como:

- a) **Orientação Espacial:** através de características que possibilitam ao usuário o reconhecimento da identidade e das funções dos espaços, definindo as estratégias que ele irá utilizar para seu deslocamento e uso. As condições de orientação do indivíduo dependem das configurações arquitetônicas, suportes informativos, assim como das condições das pessoas de identificar as informações espaciais, tomar decisões e agir;
- b) **Comunicação:** a partir da capacidade de troca de informações interpessoais, ou troca de informações pela utilização de instrumentos de tecnologia assistiva, que permitam a compreensão, o acesso e a participação nas atividades existentes no local, tornando-as acessíveis a todos;
- c) **Deslocamento:** relaciona-se com as possibilidades que qualquer pessoa tem de se movimentar ao longo de caminhos horizontais e verticais de modo autônomo, confortável e seguro, sem interrupções e livre de obstáculos físicos para atingir os ambientes que deseja;
- d) **Uso:** relaciona-se à participação efetiva na realização de atividades por qualquer cidadão, sendo necessária na maioria das vezes a incluso de equipamentos de tecnologia assistiva (vídeo, fones, telefone com amplificador de sinal, computadores etc.).

Segundo Dorneles (2014), se um espaço satisfizer as condições desses quatro componentes, então, o espaço é acessível. No entanto, embora acessível pode não atender a diversidade de todos os usuários. Ademais, Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012, p. 28), destacam que “[...]somente por meio de soluções de desenho universal que considerem as necessidades de todas as pessoas é que se podem atingir condições de acessibilidade espacial sem discriminação”.



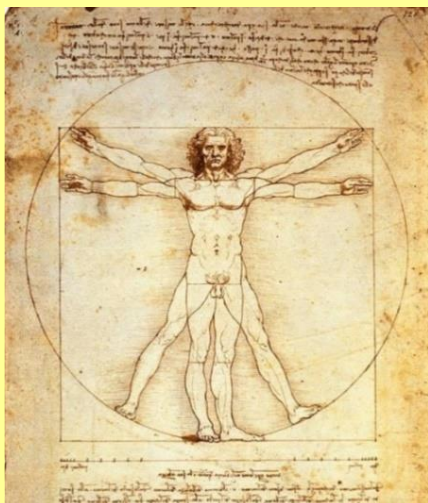
1.3 DESENHO UNIVERSAL: DO “HOMEM PADRÃO” À DIVERSIDADE DE USUARIOS

As medidas antropométricas do corpo humano têm sido utilizadas no processo de concepção de projeto desde muito tempo. O arquiteto e engenheiro romano Marcus Vitruvius Pollio, que viveu no Século I a.C, demonstrou em seus estudos a existência de uma proporcionalidade entre as partes do corpo humano e defendia que essa proporcionalidade também fosse aplicada nos projetos das edificações. Assim o conceito do homem vitruviano simbolizava a perfeita harmonia e proporção entre as partes e o todo. Segundo Cambiaghi (2017, p. 39), esse “homem” foi desenhado, em 1490, por Leonardo Da Vinci no trabalho intitulado “O Homem de Vitruvius” (Figura 12).

42

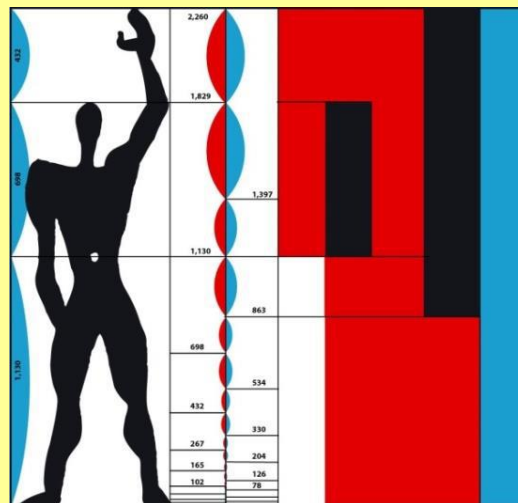
Do mesmo modo, Le Corbusier, dedicou-se a um modelo de medida universal para a arquitetura e, em 1948, criou um sistema de medição com proporção áurea e a escala humana, conhecido como “Modulor” (Figura 13). Esse sistema foi desenvolvido com base em estudos de Fibonacci, que possibilitaram o estabelecimento da sequência de medidas do “Modulor” para encontrar harmonia nas composições arquitetônicas e a escala humana (DUARTE e COHEN, 2003).

Figura 12: O Homem de Vitruvius



Fonte: DUARTE; COHEN, (2003, p.3)

Figura 13: Modulor, de Le Corbusier



Fonte: DUARTE; COHEN, (2003, p.3)

Com os métodos de padronização, ocorreu a produção em massa de objetos que não considerava a diversidade humana e utilizava referenciais físicos com base nas dimensões de um usuário “padrão”. Entretanto, para uma arquitetura mais inclusiva, torna-se indispensável o conhecimento das dificuldades e da diversidade dos usuários (Figura 14). Com isso, a partir



da década de 1960 pode-se perceber que o termo “homem padrão” não mais representava a todas as pessoas. (CAMBIAGHI, 2017).

Figura 14: Diversidade de usuários



Fonte: Site Acessibilidade CVI Rio ¹⁰

Diante disso, com a necessidade de reintegração de antigos combatentes na sociedade surge o desenho livre de barreiras, inicialmente chamado assim, logo evoluiu para o desenho universal, por se destinar a qualquer pessoa e por ser necessário para a possível realização de ações praticadas diariamente. Assim, deficientes, idosos, gestantes, crianças e todos os cidadãos que fogem ao modelo “padrão” devem ser incluídos no ato de projetar. O termo desenho universal foi usado a primeira vez em 1985 por Ronald Mace, arquiteto que influenciou na mudança de paradigmas, visto que quando as barreiras eram removidas a capacidade funcional das pessoas aumentava (CAMBIAGHI, 2017).

Segundo Mace (1985 apud DISCHINGER; BINS ELY; PIARDI, 2012), deve-se considerar desde a fase inicial de elaboração do projeto, a diversidade das necessidades humanas, banindo o pensamento de criar “projetos especiais” ou “adaptações” para pessoas com algum tipo de deficiência ou necessidades “não usuais”. Dessa forma, com a aplicação correta do desenho universal, projetos que segregam e discriminam qualquer pessoa deixariam de existir, passando a incluir todas as pessoas, possuindo ou não alguma deficiência.

1.3.1 Desenho acessível, acessibilidade e desenho universal

O termo desenho universal muitas vezes é entendido de forma similar ao termo acessibilidade ou desenho acessível, dessa forma para melhor compreensão da proposta do

¹⁰ Disponível em: <https://www.cvi-rio.org.br/site/acessibilidade/>. Acesso em: 04 de abril de 2022.



desenho universal torna-se preciso diferenciá-lo do conceito de desenho acessível (Figura 15). Para Sasaki (2006), o desenho acessível visa à acessibilidade da pessoa com deficiência de modo que um determinado produto e/ou espaço possa ser utilizado por ela de forma autônoma e independente. No desenho acessível, os produtos ou espaços são projetados para serem utilizados de forma exclusiva pelas pessoas com deficiências (ORMEROD; NEWTON, 2011 APUD DORNELES, 2014), ou pode ser utilizado num projeto adaptado exclusivo a necessidades espaciais de usuários específicos.

Figura 15: Comparação entre Desenho Acessível e Desenho Universal.



Fonte: Site Fórum da Construção¹¹.

Assim, a acessibilidade significa prover condições mínimas, conforme estabelece as normas técnicas, para obtenção de informação e orientação sobre o espaço, de forma a permitir a interação entre usuários, o deslocamento e uso dos equipamentos e mobiliários com segurança e conforto, sendo proposto na fase final de projeto (DISCHINGER; BINS ELY; PIARDI, 2012).

Diante do exposto, percebe-se que o desenho universal é mais abrangente e está relacionado com a concepção de projetos que visam criar melhores práticas para todas as pessoas em todos os aspectos do design. Assim, segundo Sasaki (2006) o desenho universal pode ser chamado de desenho para todos, uma vez que, os produtos e ambientes projetados com base nessa concepção podem ser utilizados por todos.

O conceito de desenho universal ultrapassa questões legislativas e normativas uma vez que, através da sua aplicação e disseminação, abrange diversas disciplinas e métodos que

¹¹ Disponível em: <http://www.forumdaconstrucao.com.br/conteudo.php?a=32&Cod=2112>, acesso em 18 de abril de 2022



visam atender à diversidade humana e ao desenvolvimento de atividades de maneira autônoma, independente e confortável por qualquer usuário. Com a aplicação desse conceito é possível que ele não seja notado, assim, passando despercebido, dessa forma, somente as pessoas que compreendem a razão pelas quais motivaram a sua aplicação podem perceber (DISCHINGER; BINS ELY; PIARDI, 2012). Diferente da acessibilidade o desenho universal não foca apenas no resultado do projeto, ele está relacionado com todo o processo de projeto.

Ademais, Dorneles (2014) destaca que um projeto concebido com a filosofia do desenho universal será sempre acessível, mas nem todo desenho acessível pode ser considerado um projeto universal. Nas Figuras 16 e 17, por exemplo, é possível notar a diferença entre um “projeto acessível” e “desenho universal”. No caso da Figura 16, nota-se que a rampa voltada para uma pessoa em cadeira de rodas (PCR) foi projetada de modo a não possibilitar que ela se sinta incluída, ao contrário, o acesso ocorre pelos fundos da edificação, ou seja, não é um projeto pensado com base no desenho universal. Já na Figura 17, a PCR tem acesso à parte da entrada principal da edificação, favorecendo assim uma condição de igualdade com qualquer outro usuário do espaço.

Figura 16: Residência acessível, escada na frente e rampa de acesso ao fundo: acesso excludente.



Fonte: DORNELES, (2014, p.27)

Figura 17: Residência universal, escada e rampa na frente: equidade de usos.



Fonte: DORNELES, (2014, p.27)



1.3.2 Os princípios do desenho universal

Os princípios do desenho universal foram criados com a intenção de sistematizar os conceitos para a variedade de disciplinas de projetos e design, como referência, e incorporação do desenho universal nas instituições de ensino. Dessa forma os princípios e diretrizes podem ser aplicados nos projetos existentes e na concepção de novos projetos.

De acordo com a NBR 9050 (ABNT, 2020), o conceito de desenho universal é estabelecido em concordância com as seguintes legislações: Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa Com Deficiência) e a Lei Federal 10.098/2000. Assim, estabelecem critérios básicos para a promoção da acessibilidade, além das normas técnicas vigentes, propondo uma arquitetura e um design dirigidos à diversidade do ser humano que por meio desses critérios assegurem a produção de ambientes, edificações, áreas urbanas e objetos que atendam ergonomicamente a maior quantidade possível de usuários. Desse modo, foram estabelecidos pela NBR 9050 (ABNT, 2020) sete princípios do Desenho Universal, estes visam a promoção e a inclusão total de qualquer indivíduo. São eles:

- 1) **Uso Equitativo:** o ambiente ou objeto deve proporcionar o mesmo significado de uso para todos, sem segregação e estigmatização;
- 2) **Uso Flexível:** possibilidade de uso, com facilidade, do ambiente ou objeto por grande parte das habilidades, preferências e ritmo dos indivíduos;
- 3) **Uso Simples e Intuitivo:** as características do objeto ou ambiente devem ser de fácil compreensão, independente da formação, habilidade, linguagem e grau de concentração das pessoas;
- 4) **Informação de Fácil Percepção:** as informações do ambiente ou objeto devem possuir clareza máxima das informações essenciais, independentemente das limitações dos usuários;
- 5) **Tolerância ao Erro:** os riscos e consequências acidentais do uso do objeto ou ambiente devem ser minimizados ao máximo, isolando-os e protegendo-os dos riscos;



6) Baixo Esforço Físico: possibilidade de uso eficiente e confortável do objeto ou ambiente, evitando ao máximo esforços físicos;

7) Dimensão e Espaço para Aproximação e Uso: dimensão e espaço adequado para alcance, aproximação, manipulação e uso do ambiente ou objeto, independente da estatura, postura e mobilidade de quem utiliza.

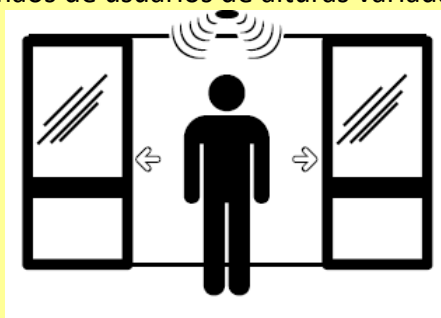
Esses princípios foram estabelecidos a fim de possibilitar a concepção de ambientes, objetos, programas e serviços que possam ser utilizados por qualquer indivíduo, sem a necessidade de adaptação ou projeto específico, além de incluir, quando necessário, recursos de tecnologia assistiva que promovam a autonomia;

Segundo Carletto e Cambiaghi (2008) para que o desenho universal consiga atender a todos de acordo com cada princípio, deve-se seguir as seguintes orientações:

1) Uso equitativo (Figuras 18 e 19):

- Propiciar os mesmos recursos de uso para todos;
- Evitar segregação ou estigmatização de qualquer usuário;
- Dispor de privacidade, segurança e proteção igualmente para todos;
- Desenvolver produtos atraentes para todos os usuários;

Figura 18: Portas com sensores que se abrem sem exigir força física ou alcance das mãos de usuários de alturas variadas



Fonte: CARLETTO; CAMBAIGHI, (2008, p.12)

Figura 19: Acesso seguro a um edifício com rampas, corrimão e guarda-corpo.



Fonte: ESTADO DE SÃO PAULO, (2010, p. 15)

2) Uso flexível: (Figuras 20 e 21):

- Criar e possibilitar ambientes, sistemas construtivos e objetos que permitam atender a todos;



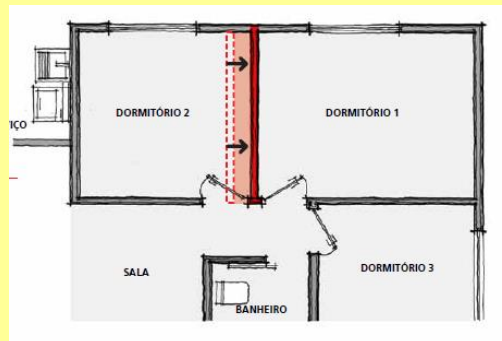
- Facilitar a necessidade do usuário;
- Possibilitar adaptação ao usuário;

Figura 20: Computador com programa do tipo “Dosvox”



Fonte: CARLETTI; CAMBAIGHI, (2008, p.13)

Figura 21: Projeto prevendo o possível deslocamento de parede.



Fonte: ESTADO DE SÃO PAULO, (2010, p.16)

3) Uso simples e intuitivo: (Figuras 22 e 23):

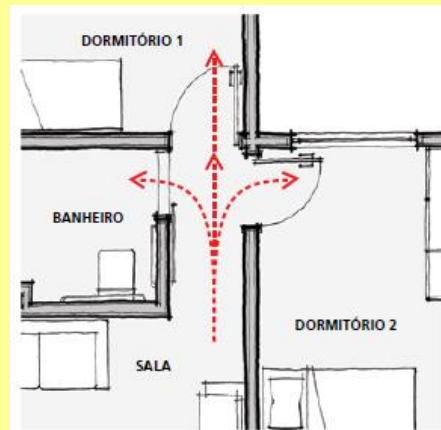
- Permitir a fácil compreensão do espaço e ser coerente com as expectativas e intuição do usuário;
- Disponibilizar diversas formas para o entendimento do usuário;
- Disponibilizar as informações com fácil percepção, segundo a ordem de importância;

Figura 22: Placas informativas



Fonte: CARLETTI; CAMBAIGHI, (2008, p.14)

Figura 23: Percurso simples e intuitivo



Fonte: ESTADO DE SÃO PAULO, (2010, p.17)

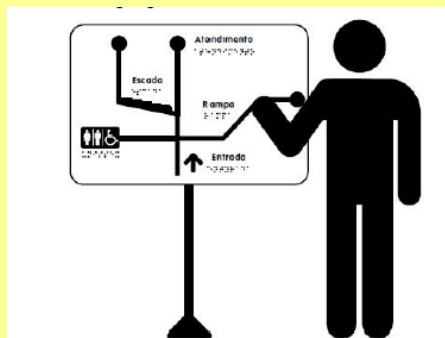
4) Informação de fácil percepção: (Figuras 24 e 25):

- Utilizar diferentes meios de comunicação, como símbolos, informações sonoras, táteis, entre outras, para compreensão de usuários;
- Disponibilizar contraste adequado;



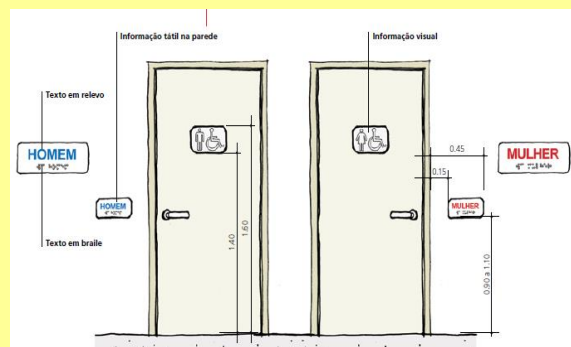
- Maximizar com clareza as informações essenciais;
- Tornar fácil o uso do espaço ou equipamento;
- Disponibilizar técnicas e recursos sensoriais;

Figura 24: Pictogramas em relevo e em braile



Fonte: CARLETTI; CAMBAIGHI, (2008, p 15)

Figura 25: Diversas linguagens



Fonte: ESTADO DE SÃO PAULO, (2010, p. 18)

5) Tolerância ao erro: (Figuras 26 e 27):

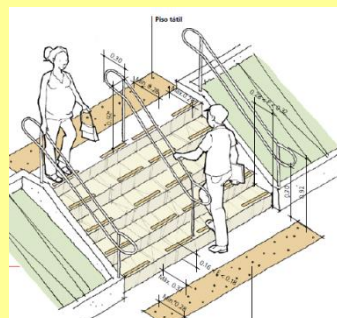
- Considerar a segurança na concepção de ambientes e a escolha dos materiais de acabamento e demais produtos;
- Disponibilizar alerta em caso de erros;
- Disponibilizar recursos, visando minimizar os riscos de acidentes e falhas de utilização;

Figura 26: Elevador com sensores



Fonte: CARLETTI; CAMBAIGHI, (2008, p.15)

Figura 27: Escada com corrimão duplo e estendido, com piso tátil de alerta e faixas de contraste



Fonte: ESTADO DE SÃO PAULO, (2010, p.19)

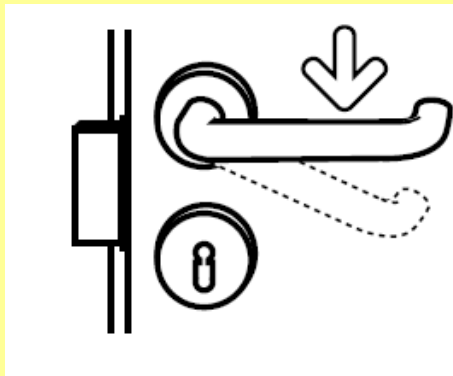
6) Necessitar de baixo esforço físico: (Figuras 28 e 29):

- Possibilitar a postura corporal neutra;
- Dimensionar elementos e equipamentos para que sejam utilizados de maneira eficiente, segura, confortável e com o mínimo de fadiga;



- Minimizar os esforços físicos que não podem ser evitados;
- Minimizar ações repetitivas;

Figura 28: Maçanetas tipo alavanca



Fonte: CARLETTO; CAMBAIGHI, (2008, p.16)

Figura 29: Janela com sistema de alavanca de fácil abertura

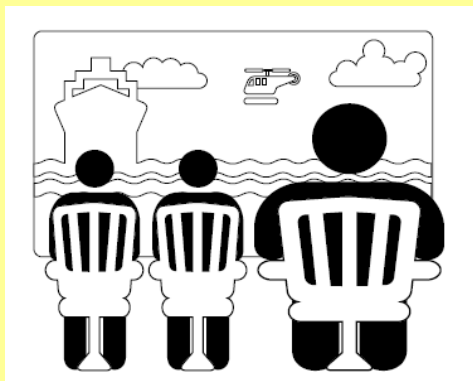


Fonte: ESTADO DE SÃO PAULO, (2010, p.20)

7) Dimensão e espaço para aproximação e uso: (Figuras 30 e 31):

- Permitir acesso e uso confortáveis para os usuários, tanto sentados quanto em pé;
- Possibilitar o alcance visual dos ambientes e produtos a todos os usuários, sentados ou em pé;
- Acomodar variações ergonômicas, oferecendo condições de manuseio e contato para usuários com as mais variadas dificuldades de manipulação, toque e pegada;
- Possibilitar a utilização dos espaços por usuários com órteses, como cadeira de rodas, muletas, entre outras, de acordo com suas necessidades para atividades cotidianas.

Figura 30: Poltronas para obesos em cinemas e teatros



Fonte: CARLETTO; CAMBAIGHI, (2008, p.17)

Figura 31: Mobiliário adequado permite o uso dos compartimentos



Fonte: ESTADO DE SÃO PAULO, (2010, p.21)



Por fim, destaca-se que o desenho universal é uma concepção de projeto que visa incorporar todas as pessoas em todos os aspectos do design. Assim, tornar o espaço público e as edificações acessíveis, projetados com base no conceito do Desenho Universal, é proporcionar qualidade de vida e pensar a cidade futura com direito a acesso a todos espaços, inclusive os de lazer. (CAMBIAGHI, 2017).

1.4 LAZER: ENQUANTO ACESSO A TODOS

51

No Brasil, historicamente, o lazer foi compreendido como tempo de descanso necessário relacionado ao trabalho e à produtividade. Devido a reivindicações e conquistas sociais ocorridas no início do século XX, foi possível regulamentar a redução da jornada de trabalho e com isso aumentar o tempo livre dos trabalhadores. A partir disso, o lazer começou a ser visto enquanto direito, e, entre os anos de 1920 e 1940, ocorre a construção de parques públicos urbanos e a criação de serviços públicos de recreação em muitas cidades do país (GOMES; ISAYAMA, 2015 p. 204).

O direito de acesso a esses locais pelos cidadãos está assegurado pela Constituição Federal, através do artigo 6º: “são direitos sociais [...] o lazer, [...] na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988). Ademais, o lazer, está descrito na Constituição Brasileira com o mesmo valor de importância da educação, saúde, moradia, trabalho e segurança, no entanto diferente desses direitos a constituição não define princípios, diretrizes, objetivos ou regras institucionais que deveriam orientar a concretização do lazer na vida da população brasileira (GOMES; ISAYAMA, 2015).

A concretização do direito social ao lazer está atrelada diretamente à qualidade de vida do cidadão, como necessidade diante das demandas do cotidiano. Assim, a falta de acessibilidade nos espaços e equipamentos de lazer, em grande parte dos espaços públicos brasileiros, dificulta o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e restringe a garantia do direito ao lazer (CASSAPIAN, 2011 apud GOMES; ISAYAMA 2015).

O lazer pode ser visto como uma possibilidade enquanto espaço de liberdade, como possível caminho de construção coletiva da cidadania. Gomes (2003) ressalta que o lazer é uma necessidade humana e uma dimensão da cultura, que é constituída por um campo de



práticas sociais vivenciadas ludicamente pelos seres humanos e está sempre presente na vida cotidiana, em todos os tempos, lugares e contextos.

1.4.1 Exemplos de Lazer

No Brasil, diferentes práticas de lazer estão presentes nos espaços públicos ou privados, porém ainda não totalmente inclusivas. Nessa perspectiva torna-se fundamental a promoção e garantia de acesso das pessoas com deficiência. A realidade na qual estão inseridos, é de uma sociedade cada vez mais conturbada, assim a procura por locais de "respiro" tem se tornado cada vez maior e essencial à qualidade de vida. Esses locais têm a função de conceder momentos de lazer ao usuário, através de atividades relaxantes, contemplativas e até mesmo terapêuticas.

Boas práticas de lazer acessível podem ser encontradas em várias cidades no Brasil e no mundo, dentre elas foram apontados casos como: São Bernardo do Campo-SP, Aracaju-SE, Porto Alegre-RS, Resende-RJ, Fortaleza-CE, São José dos Campos-SP e nos Estados Unidos.

Em São Bernardo do Campo-SP, as pessoas com deficiência podem desfrutar de um passeio de teleférico adaptado no Parque Estoril. Esse é o primeiro teleférico da América Latina com cadeiras adaptadas a PCR (Figura 32).

Figura 3217: Teleférico com cadeira adaptada para PCR



Fonte: site do Lazer deficiente ciente¹².

Desenvolvida em Porto Alegre-RS, “**Julietti**” é uma cadeira de rodas que foi desenvolvida para dar a oportunidade as pessoas com deficiência de praticarem o

¹² Disponível em: <https://www.deficienteciente.com.br/categorias/lazer>. Acesso em: 06 de maio de 2022.



montanhismo e acessarem diversas trilhas de parques (Figura 33). A “Julietti”, é uma cadeira adaptada que foi desenhada e criada pelo marido da Juliana, o Guilherme, isso logo após a Juliana ter tido uma doença que a deixou com restrição de locomoção. A cadeira superou expectativas, e a intenção da Juliana e do Guilherme é que a “Julietti”, seja acessível a outras pessoas com outras deficiências. De acordo com o site da “Julietti” atualmente pelo o Brasil já existem mais de quarenta exemplares por várias cidades do país.

Figura 33: Montanha para todos



Fonte: Site montanha para todos ¹³.

Os projetos que permitem acesso as pessoas com deficiência à praia através das cadeiras anfíbias acontecem em alguns estados do país. Um exemplo disso pode ser conferido em Aracaju-SE, que possui um projeto de inclusão das pessoas com deficiências nas praias da cidade. Essa ação ocorre por meio do projeto **Praia para Todos**, que é desenvolvido pela iniciativa privada e pelo poder público. Na Figura 34, a pessoa com deficiência é Maria José (mãe da autora deste trabalho), que aos cinco anos de idade teve paralisia infantil e, desde então, só consegue se locomover com o auxílio da moleta. A partir da ação do projeto Praia para Todos, Maria José teve a oportunidade de conhecer o mar pela primeira vez. De acordo com o secretário da Juventude e Esporte de Aracaju-SE, Jorge Araújo Filho “o banho de mar pode ser uma coisa simples para nós, mas para estas pessoas é algo de grande valor” (ARACAJU, 2018)¹⁴

¹³ Disponível em: <https://montanhaparatodos.org/nossa-historia/> acesso em 06 de maio de 2022

¹⁴ Informação retirada do site. Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/75368> Acesso em: 06 de maio de 2022.



Figura 34: Cadeira anfíbia



Fonte: foto tirada pela autora em 2019.

O Parque Tobogã, em Resende-RJ, foi a primeira área de lazer a ser contemplada com o “**kit inclusivo**”, composto por gangorra, skate, balanço e tirolesa. Com a iniciativa da gestão pública municipal, o município ganha posição pioneira na instalação do kit inclusivo (Figura 35). Apesar da iniciativa pode-se perceber que não é um exemplo claro de inclusão.

Figura 35: Espaço público com o kit inclusivo



Fonte: Prefeitura de Resende- RJ¹⁵.

¹⁵Disponível em: <https://resende.rj.gov.br/noticias/prefeitura-finaliza-ultimos-retoques-do-espaco-com-brinquedos-adaptados-no-parque-toboga>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2022.



Em Fortaleza-CE, existe o projeto **bike sem barreira** que é realizado por meio da parceria entre a Prefeitura e uma universidade privada. As atividades/encontros do projeto ocorrem quinzenalmente e são disponibilizados para as pessoas com deficiência três modelos de bicicleta adaptada: a “handbike” (Figura 36), para ser pedalada com a mão; “The duet”, que é uma bike com cadeira de rodas na frente; e a “bicicleta dupla” para pessoa com deficiência visual.

Figura 36: Bike sem barreiras



Fonte: site do Lazer deficiente ciente¹⁶.

Com objetivo de oferecer mais acessibilidade para crianças com deficiência, a Prefeitura de São José dos Campos-SP comprou **brinquedos adaptados para alunos** em cadeira de rodas da rede de ensino municipal. Os equipamentos, foram instalados no playground de nove escolas municipais, estes permitem que os alunos em cadeira de rodas (Figura 37) possam brincar e interagir com crianças que não têm mobilidade reduzida.

Figura 37: Brinquedos adaptados para PCR



Fonte: Prefeitura de São José dos Campos¹⁷.

¹⁶ Disponível em: <https://www.deficienteciente.com.br/bike-sem-barreiras-projeto-de-andar-de-bicicleta-para-pcds.html>. Acesso em: 06 de maio de 2022.

¹⁷Disponível: <https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2019/outubro/4/escolas-recebem-brinquedos-adaptados-para-cadeirantes/>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2022.



Nos Estados Unidos, está localizado em San Antonio no Texas o primeiro parque aquático que aplica a acessibilidade universal, é o caso do **Morgan's Inspiration Island** (Figura 38). Nele, as pessoas com deficiências podem ter acesso a cadeiras específicas que as possibilitam transitar pelas áreas molhadas. O parque conta com diversas atrações de respingo. Além disso o parque dispõe de uma área mais silenciosa e privativa para as pessoas mais sensíveis ao barulho e agitação.

56

Figura 38: O primeiro parque aquático acessível do mundo para pessoas com deficiência



Fonte: Site Ricardo Shimosakai¹⁸.

1.5 ESPAÇOS PÚBLICOS: CONTEXTO E CONCEITOS

Historicamente, os espaços públicos originaram-se na Grécia com as Ágoras, que se configuravam em praças públicas. Ao longo das civilizações esses espaços passam a ter características enquanto locais de fomento de atividades culturais, comerciais, assim como de debates políticos e religiosos. Nesse contexto, a noção genérica de espaço público não existe, e está relacionado a rua, a praça, as igrejas, os jardins, os mercados, as feiras, as festas e as manifestações. O termo “espaço público” é utilizado pela primeira vez por volta de 1970, na França (ASCHER, 1998, p. 172 apud FACHOLI, 2019, p.13).

Embora seja um termo recente, ele qualifica espaços e intervenções. Espaços públicos

¹⁸ Disponível: <https://ricardoshimosakai.com.br/parque-aquatico-acessivel/> Acesso em: 06 de maio de 2022.



livres, são os lugares de uso comum, tidos como pertencentes a toda população. Segundo Facholi (2019), com a crescente expansão urbana, os espaços públicos da cidade passaram a ser entendidos como sendo todos os espaços de livre circulação como ruas, praças e parques. Esses espaços podem ser lugares de lazer, de encontro, de convivência com a diversidade e, ao mesmo tempo, podem propiciar tanto a aproximação de pessoas quanto a discriminação e exclusão social.

Além de ser espaços de circulação, de interação, é no espaço público que o equilíbrio da cidade acontece, devido as possibilidades de vivências e de troca da sociedade. Assim, influenciam na qualidade de vida do ser humano. Ao criar espaços públicos de qualidade e funcionais, a tendência é de que as pessoas queiram passar mais tempo nesses lugares, resultando em atividades sociais e interação social. Assim, Facholi (2019, p. 14) afirma: “Repensar a rua, a praça, o parque, a arborização e a paisagem urbana, aquela que nos permita humanizar o espaço público e experimentar o encontro, o intercâmbio e a diferença”.

Assim, na falta de espaços de socialização a rua é o lugar onde essas atividades acontecem muitas vezes, devido ao fato de ser um espaço natural de sociabilidade. Segundo Duarte e Cohen (2010) a relação entre o homem e o ambiente em que está inserido é intrínseca, dessa forma a inacessibilidade de um espaço pode vir a comprometer a identidade de uma pessoa, ou seja, impedindo muito mais do que o acesso, o seu pertencimento.

Diante do que foi exposto, o espaço público pode ser, os shoppings, as praias, parques, praças, entre outros, ou seja, qualquer tipo de espaço, desde que não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa. Segundo Gomes (2002, p. 162), essa condição deve ser respeitada e revivida, a despeito de todas as diferenças sociais que nele circulam e convivem.

Dentre os espaços públicos citados acima, as praças e os parques são os que mais se aproximam da escala desse trabalho. Portanto, o aprofundamento nesses dois espaços públicos se faz necessário.

1.5.1 Praças e Parques

A praça é um tipo de espaço público. Segundo Robba e Macedo (2010), as praças são espaços livres de edificações, devendo dispor de lazer destinados ao uso para a convivência



da população, acessíveis aos cidadãos. Já para Lima et al. (1994), a praça é um espaço livre público e sua principal função é o lazer, na qual quando não tem vegetação encontra-se impermeabilizada. Embora existam distintos conceitos sobre o que é uma praça, o que se percebe nas pequenas cidades, é o entendimento de que a praça é o principal ponto de encontro e interação da população, onde é disponibilizado espaços para a realização de algumas atividades.

Assim como a praça, o parque é um tipo de espaço caracterizado como espaço público, segundo Carneiro e Mesquita (2000), nos parques há abundância de vegetação e áreas não pavimentadas, tipicamente constituídos de água e topografia, mas, sobretudo, localizado dentro de uma região urbana, ocupando uma área equivalente ou superior a uma quadra típica urbana. Além disso, o parque tem a função de propiciar lazer e recreação aos habitantes da cidade, assim como uma apropriação lúdica do espaço público. Ademais, os parques constituem diferentes tipos de usos, além de suas funções com edificações culturais, recreativas e/ou administrativas.

Os espaços públicos podem assumir formas e tamanhos diversos: pequeno, médio ou grande porte. Entretanto em alguns casos o que se pode perceber, tanto em parques como em praças é a subutilização desses espaços ou com uso apenas nos fins de semana. Para que isso não ocorra e o espaço público possa cumprir sua função social é importante que parques e/ou praças apresentem três fatores: qualidade, diversidade e conservação. Para isso é necessário a diversidade de usos, materiais resistentes e de fácil manutenção.

Dessa forma, os autores, Silveira, Costa e Silva (2016) acrescentam, para ter espaços públicos com segurança e conseqüentemente pessoas utilizando esses espaços, realizando atividades de forma que a função social do espaço público seja cumprida são necessários alguns pontos, sendo eles destacados abaixo:

- Acessibilidade nas calçadas
- Arborização e sombreamento;
- Diversidade de funcionamento;
- Mobiliários urbanos diversos e por todo o espaço;
- Empreendimentos que influenciem o fluxo de pedestres;
- Existência de vias de tráfego moderado de veículos na vizinhança;
- Imóveis que se relacionem com o espaço público por meio de portas e janelas;



- Equipamentos urbanos que permitam múltiplas atividades;
- Fronteira suave entre público e privado;
- Atividades de permanência e de passagem;
- Uso residencial predominante, mas também presença de atividade de prestação de serviço e comércios;
- Variedade de usuários, gênero, idade e condição social;

Dessa forma, além desses pontos, o local deve ser de fácil de acesso, ter visibilidade e integração visual.

Diante disso, o espaço público proporciona encontros de pessoas com costumes e cultura distinta. Essa experiência é o que estabelece uma convivência entre as diversidades, dessa forma percebe-se que a arquitetura e o urbanismo possuem a capacidade de transformar a cultura e esta, por consequência, a maneira como as pessoas se apropriam e constroem os espaços sociais na cidade.

Ademais, no contexto moderno e intraurbano a classificação nos espaços livres e verdes, acontece de forma compositiva e distributiva por níveis. Os autores Silveira, Costa e Silva (2016), destacam a classificação, para as diferentes escalas:

- Parques de vizinhança:** parques ou praças de pequenas dimensões, destinado à recreação ativa de crianças e a recreação passiva para demais faixas etárias, com uso preferencialmente de crianças e idosos. Devem atender a frequências diárias e semanais com raio de influência de 500 metros.
- Parques de bairro:** parques ou praças com dimensões médias acima de 5.000 m², estes devem ter equipamentos de lazer destinados a pessoas de 10 a 17 anos. Pistas de caminhadas, possibilidade de repouso passivo e lazer para as demais faixas etárias. A frequência de utilização varia entre semanal e mensal, com o raio de influência de 1.000 m.
- Parque distritais ou urbanos:** destinados à recreação ativa e passiva de todas as faixas etárias, na maioria das vezes sendo mais utilizado aos finais de semana e feriados. Tem uma frequência de utilização quinzenal a eventual, estes devem ter equipamentos de lazer para todas as faixas etárias, sendo destinados a toda população, com raio de influência de 5.000 metros.

Diante do exposto, dentre as tipologias que uma cidade pode oferecer, esse trabalho



tem como foco os **parques urbanos**, pois a configuração espacial deles se adequam melhor a realidade da área de estudo escolhida, ou seja, a cidade de Dormentes-PE. Com isso, buscou-se a aplicação das diretrizes projetuais num estudo preliminar de um parque público inclusivo dotado de lazer esportivo, contemplativo e recreativo.

Portanto, ao atribuir qualidade universal aos espaços eles são transformados e as dinâmicas sociais envolvidas.

2.

Referências de projeto

2.1 JARDIM SENSORIAL DA ESCOLA CARTER, BOSTON - EUA

2.2 O MAGICAL BRIDGE PLAYGROUND - PALO ALTO - CALIFÓRNIA

2.3 TOUCHED BY OLIVIA - AUSTRÁLIA

2.4 MORGAN'S WONDERLAND – SAN ANTONIO - TEXAS

2.5 ALPAPATO – APAE- TUBARÃO, SC - BRASIL



2. REFERÊNCIAS DE PROJETO

As referências projetuais elencadas nesse capítulo são exemplares que possuem elementos/estratégias que se parecem com o que foi adotado na proposta desenvolvida nesse trabalho. É importante destacar que não foram encontrados exemplos específicos que atendessem todos os requisitos necessários para um espaço inclusivo às pessoas com deficiência e ao público em geral, ou seja, que possuíssem: lazer recreativo, espaço de contemplação, espaço para práticas esportivas e para a realização de atividades culturais. As estratégias projetuais existentes em cada um dos referenciais escolhidos serviram de base para a construção do programa de necessidades e para a compreensão da funcionalidade dos espaços. Em cada referencial, foram elencados pontos positivos e negativos, bem como foram observadas questões como: (1) a acessibilidade, se é capaz de atender a uma maior diversidade com base no desenho universal; (2) os materiais utilizados; (3) a funcionalidade relacionada a autonomia e segurança; (4) as soluções inclusivas a cada tipo de deficiência.

2.1 JARDIM SENSORIAL DA ESCOLA CARTER, BOSTON - EUA

A **Escola Carter** (*Carter School*), localizada na cidade de Boston, capital do Estado de Massachusetts, nos Estados Unidos, é uma instituição pública que atende alunos com idades entre 12 e 22 anos e que apresentam deficiências intelectual, físicas e/ou sensoriais. A escola tem como princípio norteador da educação a promoção da acessibilidade em todos os ambientes educacionais e isso inclui o **jardim sensorial**. Segundo Secron (2019), o jardim que possui aproximadamente 2.000 m² é uma experiência positiva de como o estímulo, através dos sentidos, potencializam o desenvolvimento e aprendizagem das pessoas em espaços livres. O jardim se destaca por ser um espaço terapêutico que instiga os estudantes e visitantes à prática do toque, do sentir e do ouvir.

O jardim está organizado através de oito caminhos (Figuras 39 e 40), os quais levam a percepções distintas como: sentir as diferentes texturas das plantas, de terra, o contato com a água, e, além disso, os usuários podem desfrutar dos sons da natureza fazendo atividades



debaixo dos pergolados cobertos e sombreados (Figura 41). Segundo Secron (2019), o espaço do jardim trouxe benefícios para os alunos, professores, cuidadores, e a própria comunidade, que passaram a frequentar esse espaço além das aulas.

Figura 39: Planta baixa do jardim sensorial da Escola Carter, Boston- EUA



Fonte: Secron (2019, p. 81).

Figura 40: Perspectiva do Jardim Sensorial da Escola Carter, Boston- EUA



Fonte: Secron (2019, p. 81).



Figura 41: Fotos do Jardim Sensorial da Escola Carter, Boston- EUA



Vista do jardim sensorial



Pergolados com atividades sensoriais



Horta: Texturas, aromas naturais e sensorialidade

Fonte: adaptado de Secron (2019, p. 82).

2.2 O MAGICAL BRIDGE PLAYGROUND - PALO ALTO - CALIFÓRNIA.

Considerado um playground inclusivo e inovador, o **Magical Bridge Playground** (Figuras 42 e 43), que possui 2.500 m², está inserido num parque público e foi inaugurado em 2015 na cidade Palo Alto, Estado da Califórnia. O espaço foi fundado por Olenka Villarreal, que somente após o nascimento de sua segunda filha, descobriu como um playground poderia isolar as pessoas.



Figura 42: Planta de situação do playground Magical Bridge.



Fonte: Secron (2019, p. 83).

Figura 43: Planta de implantação do playground Magical Bridge.



Fonte: Secron (2019, p. 84).



Diante disso, ela se manteve determinada a criar um espaço ao ar livre para que tanto suas filhas com deficiência, quanto outras pessoas que não tenham deficiência, pudessem ter acesso. Ao todo, já foram construídos seis *playgrounds Magical Bridge* inclusivos, através da fundação *Magical Bridge*.

Segundo Secron (2019), a fim de garantir segurança e conforto, todas as superfícies planas foram construídas com materiais macios e emborrachados. O *playground* é dividido em oito zonas de lazer (Figuras 44 e 45):

Figura 44: Imagens do playground Magical Bridge.



Zona de jogos



Zona de Slides



Zona de inovação

Fonte: Site de Magical Bridge Playground ¹⁹

1) A zona de jogos: representa o espaço de palco e teatro, onde são incentivados os jogos imaginativos e motivados a colaboração social com palco para performances.

2) Zonas de Slides (escorregadores): representa os deslizamentos, os quais melhoram o equilíbrio, a orientação espacial, fortalece a coordenação motora e promove o desenvolvimento. Nota-se na Figura 44 que os escorregadores acessíveis possuem um espaço para quem precisa de assistência na parte inferior. Além desses escorregadores, o parque possui um escorregador para a família poder brincar junto.

3) Zona de inovação: através da música, estimula a atividade cerebral, incentiva a interação social, e estimula a comunicação não verbal. Esse equipamento dispõe de uma harpa e através das suas cordas compõe a sinfonia de sons, assim, de acordo com o movimento as notas musicais são tocadas. Além disso os tons estão em escalas pentatônicas que são mais confortáveis para autistas.

¹⁹ Disponível em: <https://magicalbridge.org/site/palo-alto/> acesso em 30 de agosto 2022



Figura 45: Imagens do playground Magical Bridge.



Zona de balanço e oscilação



Zona de rotação



Zona de Cascata de água



Canto da bondade

Fonte: Site de Magical Bridge Playground ²⁰.

4) Zona de balanço e oscilação: desenvolve e restaura o equilíbrio, aumenta a concentração, acalma e relaxa todas as idades. Os balanços em discos oferecem variedades de posições, e os balanços com assentos em forma de balde grandes recebem vários tamanhos e deficiências.

5) Zona de rotação: ajuda a desenvolver ambos os lados do cérebro, além de desenvolver a atenção para aprendizado. No carrossel ou gira-gira cabem duas cadeiras e podem ser giradas em diferentes posições.

6) Zona totem: através do jogo primitivo desenvolve habilidades motoras finas e brutas. O jogo oferece desafios como incentivo para imaginação e socialização.

7) Zona de cascata de água: é um espaço onde se pode apreciar e sentir a água.

8) Zona do canto da bondade: é um lugar com mensagens de bondade e que incentiva a inclusão através de encontros para conversas sobre aceitação e importância da diversidade.

²⁰ Disponível em: <https://magicalbridge.org/site/palo-alto/> acesso em 30 de agosto 2022



Além de todos esses espaços, no playground estão espalhadas as cabanas de retiro para acomodar crianças que se super estimulam ou preferem áreas reservadas, assim como outras áreas, onde as crianças podem brincar livremente.

Segundo Ofiesh e Poller (2018), o Magical Bridge Playground foi pensado de acordo com os sete princípios do desenho universal:

1. **Uso equitativo:** todos se beneficiam da eliminação de estigmas e preconceitos sociais em torno da deficiência, e isso naturalmente acontece quando todas as pessoas têm a chance de brincar juntas.
2. **Uso flexível:** esse uso é aplicado nos escorregadores (*slide*) acessíveis que possibilitam às crianças em cadeiras de rodas um espaço de espera segura ao lado dos brinquedos, depois de descerem no escorregador enquanto a cadeira é trazida de volta para elas.
3. **Uso simples e intuitivo:** a previsibilidade é muito importante para pessoas com deficiência. Esta é uma das razões pelas quais a equipe de design se inspirou para criar zonas. As zonas fornecem uma consistência na maneira como cada parte do *playground* funciona, criando expectativas de fluxo entre equipamentos de uma área para outra.
4. **Informação de fácil percepção:** as sinalizações são fornecidas em várias modalidades, incluindo Braille para pessoas com deficiência visual. A equipe do Magical Bridge Playground identificou que a cor é importante para a percepção de profundidade, especialmente a cor azul. As zonas principais são diferenciadas com superfície azul e é utilizado em todo o parque para orientar os usuários. Além disso são fornecidas dicas visuais, como o uso de grandes círculos coloridos para indicar um caminho.
5. **Tolerância ao erro:** para atender melhor a diversidade a seleção de equipamentos levou em consideração as diversas habilidades que as pessoas levam para um parque infantil, a exemplo, na zona de balanço, há balanços de caçamba, balanços de disco e balanços tradicionais, que exigem diferentes formas de utilização e acesso ao equipamento proporcionando uma variedade de opções para atingir o mesmo objetivo. Assim como múltiplos níveis de desafio dentro da atividade, a exemplo, os escorregadores (*monte slides*) foram projetados para fornecer uma variedade de tipos de escorregadores, com diferentes texturas e ângulos de inclinação; No Magical Bridge



Playground existem dois tipos de pontes que consideram a tolerância do usuário para movimento e controle, a exemplo, a primeira é uma ponte oscilante que tem movimento para frente e para trás. Embora seja acessível para cadeiras de rodas, pode oferecer muito movimento para alguns usuários. Portanto, uma ponte fixa foi adicionada para fornecer mais segurança para estes usuários; O Magical Bridge Playground possui cercas de perímetro, as quais são muito importantes para o controle e segurança de todos.

69

6. **Baixo esforço físico:** para eliminar as barreiras de acesso ao parque infantil como nos equipamentos, é importante prever os esforços exigidos pelos usuários para manipular confortavelmente seu ambiente com um mínimo de esforço e fadiga, a exemplo de pessoas com controle muscular limitado; para pessoas em cadeira de rodas e com problemas de mobilidade, o Magical Bridge Playground oferece caminhos suaves e contínuos, reduzindo assim o esforço físico necessário para se movimentar.
7. **Dimensão e espaço para aproximação e uso:** para lidar com as barreiras ao uso de forma independente nos equipamentos dos playgrounds o tamanho do equipamento e como ele está situado no ambiente foi projetado intencionalmente para permitir que usuários de todos os tamanhos possam utilizar. Um exemplo disso são os escorregadores largos que possibilita crianças brincar juntas por diversão e apoio dos colegas. Isso, também permite que um adulto com deficiência possa escorregar com outro adulto. Outro exemplo são os balanços caçamba projetados para acomodar pessoas pequenas e grandes, bem como os equipamento que comportam os usuários de cadeira de rodas, a exemplo, o balanço e o carrossel proporcionam ambas as entradas amplas ao nível do solo para acesso de cadeira de rodas e para uso de cadeira de rodas no interior.

2.3 TOUCHED BY OLIVIA- AUSTRÁLIA

“Tocados por Olivia” (*Touched by Olivia*) é uma instituição de caridade fundada em memória de Olivia, uma bebê de oito meses que faleceu após uma doença rara chamada Malformação Linfática. A forma que sua mãe, Justine Perkins, e a família encontrou para



consolar a perda foi através da criação da instituição de caridade “**Tocado por Olivia**”. Por meio desse projeto foi possível ajudar outras crianças com a mesma doença, assim como mudar a vida de muitas famílias ao redor da Austrália com a criação de playgrounds inclusivos (Figura 46), com balanços, carrosséis, brinquedos musicais, espelhos que distorcem, escorregadores, espaços de contemplação, e espaços com água. Esses espaços são chamados **Livvi's Place**.

Figura 4618: Imagens do Livvi's place.



Livvi's Place, Ryde.



Livvi's Place Westport Park.

Fonte: Site Have Where chair will travel.²¹

²¹ Disponível em: <https://havewheelchairwilltravel.net/accessible-and-inclusive-playgrounds/> acesso em 30 de agosto 2022



O desafio dos **Livvi's Place** foi projetar espaços onde todos possam participar e sentir o pertencimento daquele espaço através dos jogos inclusivos com design personalizado e universal. Mesmo com os desafios, já existem vários **Livvi's Places** na Austrália com brinquedos inclusivos (Figura 47).

Figura 47: Imagens do Livvi's place.



Fonte: Site Touched by Olivia Livvi's places.²²

Esse projeto tem como propósito proporcionar oportunidades para que crianças possam brincar ao ar livre. Além disso, o projeto visa que de fato todas as pessoas possam ter acesso independente de terem deficiência ou não.

2.4 MORGAN'S WONDERLAND – SAN ANTONIO - TEXAS

O **Morgan's Wonderland** (*país das maravilhas de Morgan*) está localizado em San Antonio no Texas. Conhecido como o parque temático ultra acessível, pois foi o primeiro parque temático projetado para pessoas com deficiência, com base nas dificuldades da filha o pai inspirou-se para criar um espaço de diversão em que ela fosse aceita, assim como todos independentemente da idade ou deficiência. O país das maravilhas de Morgan, foi criado para que todos aqueles com deficiência, jovens, velhos, introspectivos ou extrovertidos possam desfrutar do espaço como o “santuário da inclusão”. O **Morgan's Wonderland** parque temático de diversões foi fundado em 2010, em 2017 passou a ter o **Morgan's Inspiration Island** o parque aquático e de respingos, (Figura 48).

²² Disponível em: <https://www.touchedbyolivia.com.au/livvis-places/> acesso em 30 de agosto 2022



Figura 48: Mapa do Morgan's Wonderland e Inspiration island



Fonte: Site Morgan's Wonderland ²³

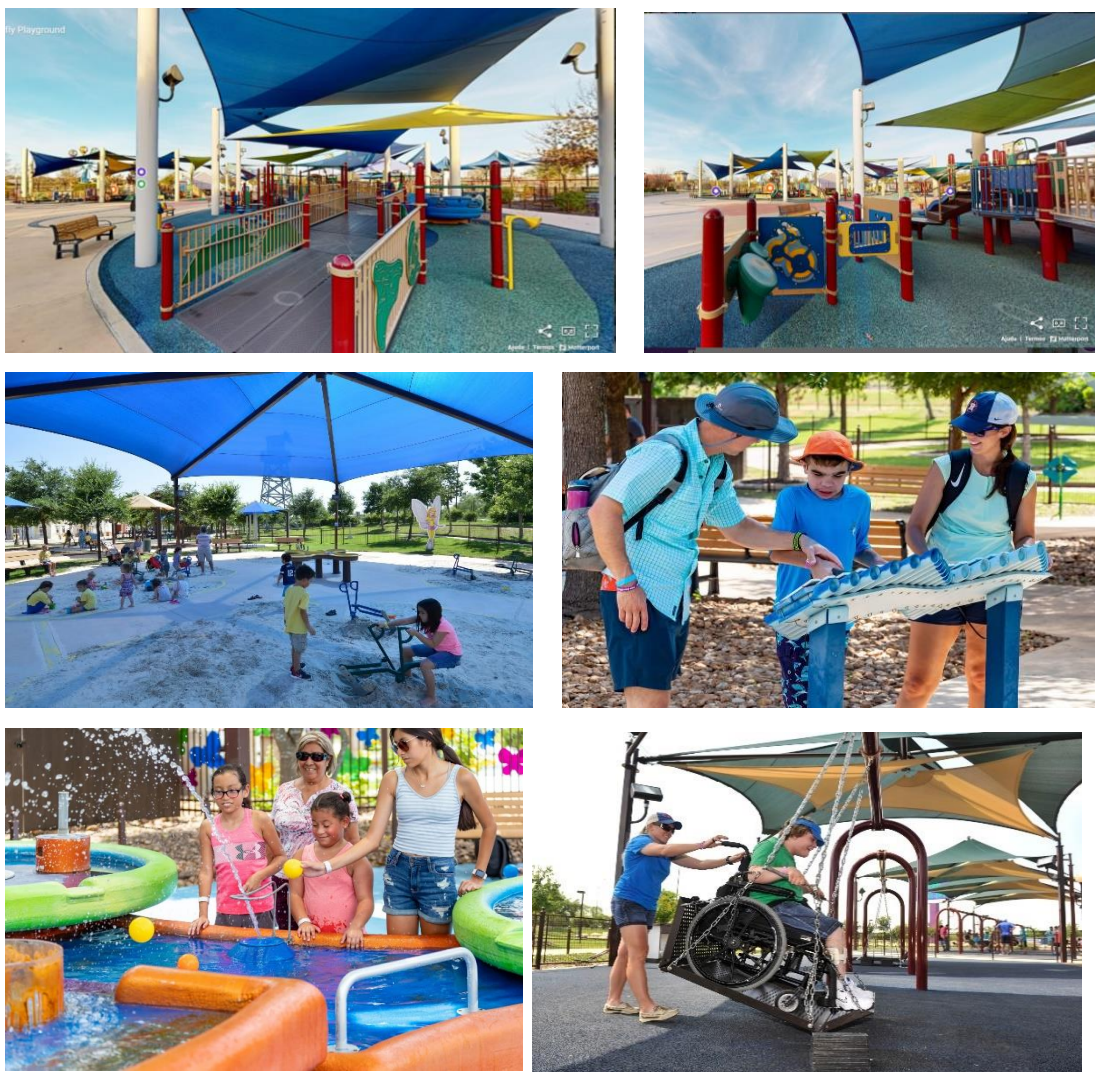
Atualmente o Grupo **Morgan's** contempla outros espaços inclusivos, como a instituição do multi-centro de assistência, o **Morgan's Wonderland Camp** (acampamentos), e do **Morgan's Wonderland sports** (esportes). No **Morgan's Wonderland Camp** as atividades inclusivas são: tirolesa, escalada, trilhas de bicicleta, atividades com arco e flecha, artes, rancho e etc. Enquanto no **Morgan's Wonderland Sports** tem espaços diversos e times de futebol e basquete inclusivos.

O **Morgan's Wonderland** é um parque de diversões privado, sendo gratuito para todas as pessoas com deficiência. O parque dispõe das seguintes atrações: ilha pirata com circuito de interações, zona de balanços, zona sensorial, zona de areia, zona de músicas, zona de anfiteatro, zona de teatro, zona de pescaria, carrossel, trem, roda gigante, ginásio de esportes, lanchonetes, espaço para piquenique, aventura sobre rodas e entre outros. O parque oferece ainda uma variedade de brinquedos (Figura 49), no entanto os balanços para pessoas com cadeira de rodas estão num espaço cercado e isolado, além de não ser possível o uso de forma independente.

²³ Disponível em: <https://morganswonderland.com/360-virtual-tour/> acesso em 30 de agosto 2022



Figura 49: Imagens do Morgan's Wonderland



Fonte: Site Morgan's Wonderland. ²⁴

No **Morgan's Inspirations Island**, os brinquedos de respingos que tem água morna, foram propostos para as pessoas que não conseguem regular a sua temperatura. Além disso esse espaço conta com uma área interativa, atrativa, com muitos personagens (Figura 50), e com diferentes tipos de interação como canhões de água e mesas de atividades. Ademais algumas áreas são sombreadas e dispõe de cadeiras de banho.

²⁴ Disponível em: <https://morganswonderland.com/attractions/> acesso em 30 de agosto 2022



Figura 50: Imagens do Morgan's Inspiration Island



Fonte: Site Morgan's Wonderland.²⁵

2.5 ALPAPATO – APAE – TUBARÃO, SC - BRASIL

O projeto Ana Laura parque para todos (ALPAPATO) foi criado em 2013 por Rodolfo Henrique Fischer e Claudia Fischer, com a intenção de homenagear a filha Anna Laura Petlik Fisher de quatro anos. Isso ocorreu logo após o falecimento de Ana, devido a um acidente de carro, em 2012. O casal fez uma viagem a Israel onde tiveram o conhecimento de um brinquedo acessível e a partir dessa experiência avaliaram a existência de tipos de espaço

²⁵ Disponível em: <https://morganswonderland.com/attraction/rainbow-reef/> acesso em 30 de agosto 2022



como aquele no Brasil. No entanto, perceberam que havia poucos parques semelhantes e que careciam da falta de manutenção.

O objetivo do projeto era a doação de quatro parques acessíveis por ano, que seriam realizados com recursos próprios e distribuídos por todo país. Assim, foram instalados os quatro primeiros parques, sendo, o primeiro na Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), na Mooca em SP, o segundo na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em Araraquara-SP, o terceiro em Cascavel-PR e o quarto no Parque Santana-PE. Através desse projeto é possível disponibilizar espaços estruturados e acessíveis para crianças com deficiência e sem deficiência, assim proporcionar alegria, integração, através de recursos lúdicos ao promover a troca de experiências. Além da oportunidade de realizar atividades sensoriais e cognitivas antes praticadas em clinics, também foi possível possibilitar as mesmas atividades em um parque ao ar livre com brinquedos, para melhorar a autoestima e promover a acessibilidade social.

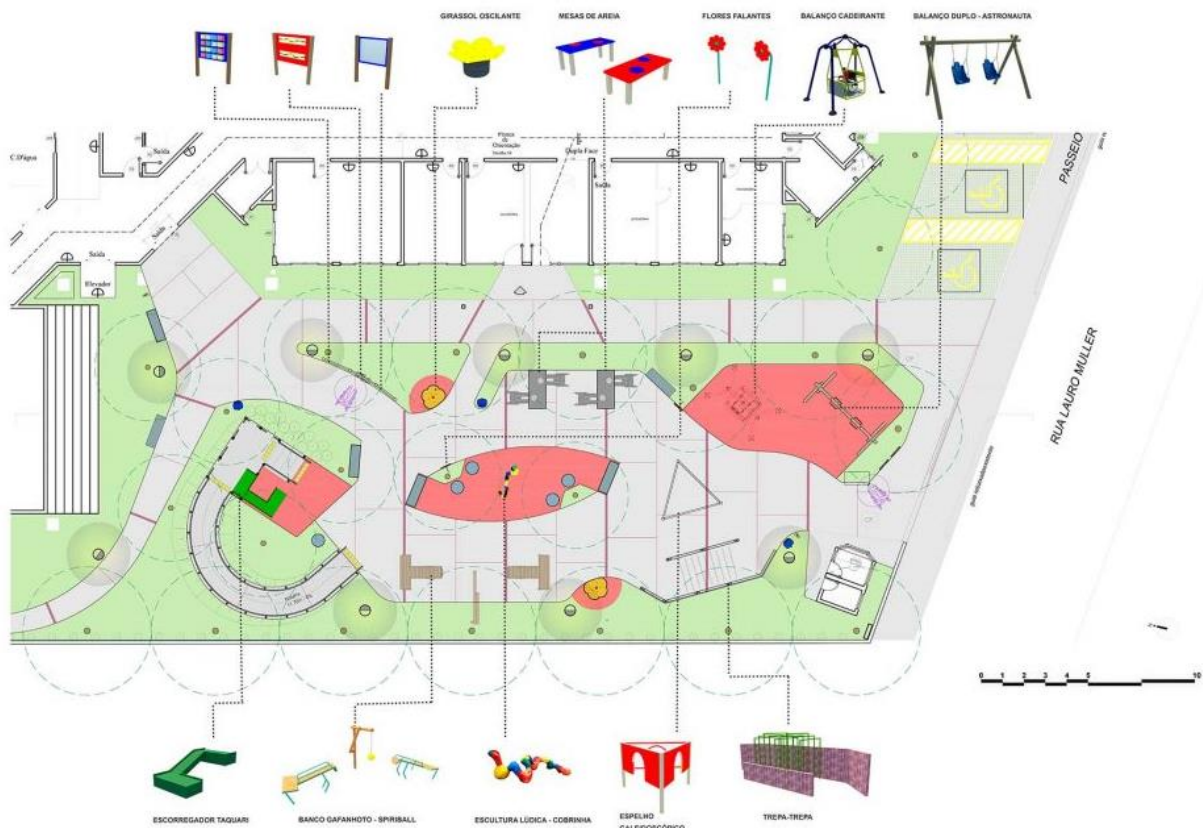
Todos os parques entregues pelo Alpapato seguem um padrão diversificando apenas na implantação, isso de acordo com cada localidade e terreno. Entre os parques entregues o que foi analisado é o Parque APAE Tubarão - Santa Catarina, que foi inaugurado em 2018 e por estar localizado junto a APAE tem horário de funcionamento comercial. Observa-se o fato de que, para atender um público maior, é importante ser um espaço aberto ao público aos finais de semana e demais horários.

Os parques são arborizados (Figura 51) e projetados pela equipe que desenvolve os projetos do ALPAPATO, para que em épocas mais quentes os brinquedos não esquentem e assim, as crianças possam brincar em um ambiente com temperaturas agradáveis durante todas estações do ano. Além disso os parques dispõem de mobiliário para os acompanhantes com toda infraestrutura necessária, a exemplo das rampas com corrimão, e de espaços amplos sem barreiras.

Os brinquedos do Alpapato foram criados para serem utilizados por crianças com deficiência física, cognitiva e visual. Esses, através do seu formato e funcionalidades estimulam o desenvolvimento cognitivo, motor e sensorial. Além disso, os materiais utilizados são ecológicos e seguros, atendendo os requisitos da Normas de Segurança para *playgrounds*, NBR 16071/2012.



Figura 51: Implantação do Parque APAE- Tubarão, SC.



Fonte: Site Alpapato.²⁶

Entre os brinquedos (Figuras 52, 53 e 54) no parque APAE- SC estão disponíveis:

- **Balanco com cadeira:** conhecido como tipo Astronauta (Figura 52), é um modelo universal e seguro para todas as crianças, essa atividade estimula o equilíbrio, nível de alerta e na aproximação com os pais e cuidadores. Sua estrutura é feita de troncos de eucalipto com 13cm de diâmetro, os assentos de fibra de vidro, pendurados por correntes de aço e com cinto de segurança em X, feito de fita de polipropileno e dispõe dos tamanhos em três tamanhos P, M e G.
- **Modelo de balanço para pessoa em cadeira de rodas – PCR:** dispõe dos mesmos estímulos, assim como a possibilidade de se balançar de forma independente. Nesse caso sua estrutura é toda de aço.

²⁶ Disponível em: <https://alpapato.org.br/wp-content/uploads/2022/08/tubarao-planta-1024x683.jpg> / acesso em 30 de agosto 2022



Figura 52: Balanços e trepa-trepa



Balanço universal



Balanço para PCR



Trepa- trepa

Fonte: Site Alpapato.²⁷

- **Trepa-Trepa:** tem estrutura de tubos de aço de 25mm de diâmetro, que apresenta diversas alturas, entre 1,43 e 1,83, assim, influencia as crianças a escalar e estimular o fortalecimento dos membros superiores.
- **Cobrinha:** (Figura 53), desenvolvida pela artista Sara Rosenberg, é composta por resina plástica, reforçada com fibra de vidro e influencia a imaginação das crianças.
- **Bancos gafanhoto:** são bancos inclinados, um de frente para o outro, com uma bola de spiriball entre eles, composto por uma estrutura em tubos de aço, assento feito em madeira maciça e bola em couro sintético amarrada com corda, que estimula o fortalecimento dos membros superiores, desenvolve a coordenação motora, o psicológico e a interação entre as crianças.
- **Escorregador universal:** em formato de U, feito em fibra de vidro, que desenvolve aspectos motores, sociais e psicológicos.
- **Girassol Oscilante:** é composto por pneus, de 60cm de diâmetro reutilizados, em sua base e por uma plataforma de aço em forma de flor e serve para ajudar no equilíbrio, postura e controle do corpo.
- **Equipamentos sonoros falantes:** no formato de flores, estimulam a imaginação das crianças.

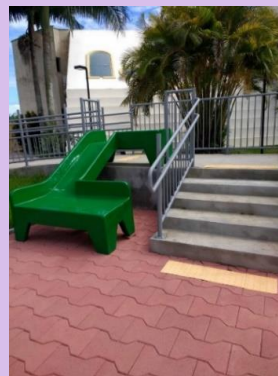
²⁷ Disponível em: <https://alpapato.org.br/> acesso em 30 de agosto 2022



Figura 53: Banco gafanhoto, cobrinha, escorregador, girassol, flores falantes e mesa.



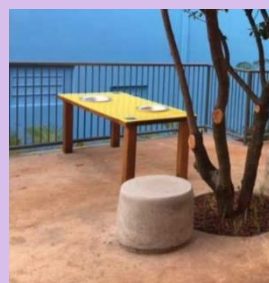
Cobrinha e Banco gafanhoto



Escorregador



Girassol oscilante e flores falantes



Mesa de atividades

Fonte: Site Alpapato.²⁸

- **Mesa para brincar com areia:** composto por madeira pinus em seus apoios e na bancada, onde são revestidos de plástico polietileno, que desenvolvem o tato e a interação entre as crianças.
- **Espelho Caleidoscópio:** com formato triangular (Figura 54), é composto por troncos de eucalipto de 13 cm de diâmetro em seus apoios, com 3 painéis de espelhos, que distorcem as imagens, revestidos com placas de plástico polietileno e aço inox, e estimulam a visão, autoimagem, autoestima.
- **Espelho distorçor:** dispõe de duas colunas feitas em troncos de eucalipto de 13cm de diâmetro e um painel com espelho feito com chapa de aço inox, estruturado por madeira pinus e revestido por placas de plástico polietileno, que distorce as imagens e auxilia para melhor a imagem corporal e a noção de espaço.

²⁸ Disponível em: <https://alpapato.org.br/> acesso em 30 de agosto 2022



Figura 54: Espelho caleidoscópico e distorçor, painel Pictograma e painel ábaco.



Espelho caleidoscópico



Espelho distorçor



Painel pictograma



Painel ábaco

Fonte: Site Alpapato.²⁹

- **Painel pictograma:** apresenta dois apoios em troncos de eucalipto de 13 cm de diâmetro, um painel em madeira pinus, revestido com chapas de plástico polietileno e 16 peças que giram, feitos de madeira maciça e tubos de alumínio, com imagens pictografadas, para influenciar na comunicação através de imagens, na autonomia de escolha e desenvolvimento sensorial e cognitivo.

- **Painel ábaco:** estruturado da mesma forma que o painel pictograma, entretanto, dispõe de duas alturas, que apresentam tocos de madeira arredondados, que correm através de tubos de aço para estimular as funções sensoriais, motoras e cognitivas.

Diante do exposto, pode-se perceber que os parques inclusivos nos outros países acontecem em maior proporção do que no Brasil, assim como a diversidade das atividades. No Brasil já existem parques acessíveis e inclusivos, assim como o Alpapato, no entanto, não com a mesma diversidade e nem sempre totalmente inclusivos. Ademais, os parques do Alpapato além de serem utilizados por crianças de modo geral, são utilizados por crianças que fazem acompanhamento na APAE, isso mostra o quão eficaz os brinquedos e o parque podem ser para a fisioterapia, lazer e interação entre as crianças.

²⁹ Disponível em: <https://alpapato.org.br/> acesso em 30 de agosto 2022

3. VIVÊNCIA





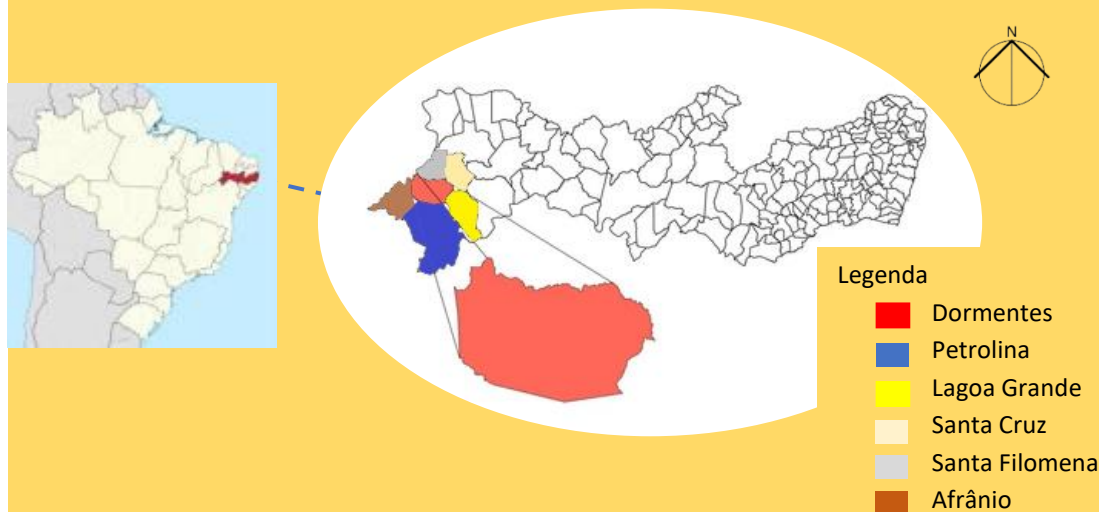
3. VIVÊNCIA NA CIDADE DE DORMENTES-PE

3.1 CONTEXTO DA CIDADE

A cidade de Dormentes, que inicialmente era distrito, foi criada pela Lei Municipal nº 11, de 6 de novembro de 1963, subordinado ao município de Petrolina-PE. Em 1991 a emancipação ocorreu pela Lei Estadual nº 10625, na qual a desmembra da cidade de Petrolina. Dessa forma, a instalação do município ocorreu em 1 de janeiro de 1993. O município de Dormentes está situado na unidade geo-ambiental da Depressão Sertaneja, que predomina a imagem típica do sertão nordestino. A cidade está localizada a 150 km da cidade de Petrolina, e a 746 km da capital de Pernambuco, Recife. O município de Dormentes está localizado na mesorregião São Francisco e na Microrregião Petrolina do Estado de Pernambuco, limitando-se a Norte com Santa Filomena, a Sul com Petrolina, a Leste com Santa Cruz e Lagoa Grande, e a Oeste com Afrânio e Estado do Piauí (Figura 55).

81

Figura 55: Localização de Dormentes no mapa de Pernambuco e no Brasil



Fonte: Adaptado pela autora, sem escala. Wikipedia³⁰.

Segundo o IBGE (2021), a cidade tem uma população estimada de 19.246 habitantes, e uma densidade demográfica de 11,00 habitantes por km². A principal atividade econômica do município é a criação de caprinos e ovinos, o que levou a Dormentes o título de capital da

³⁰ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mapa_de_Dormentes_-_PE.jpg Acesso em: 15 de maio de 2022.



“caprinovinocultura”. Conhecida em todo o estado por produzir os animais de carne com sabor sem igual, semanalmente, é realizada uma feira de animais que atrai compradores de várias cidades do Pernambuco, Piauí e Bahia. Através dessa força, foi criada a “Caprishow” consolidada ano após ano como a maior feira de exposição de caprinos e ovinos do estado de Pernambuco, evento que é realizado todos os anos no mês de maio. Além disso, na cidade se destaca a feirinha gastronômica e de artesanato, realizada quinzenalmente em uma das praças da cidade.

82

A cidade tem se desenvolvido e embora ainda não tenha os requisitos necessários para a elaboração do plano diretor, percebe-se a necessidade de algumas diretrizes para nortear o seu crescimento. A legislação que rege no município atualmente é a Lei orgânica nº 08 de 31 de março de 1993 com texto consolidado em agosto de 2012, cuja lei não possui diretrizes específicas importantes para o desenvolvimento da cidade.

O mapa (Figura 56) apresenta o limite da cidade de Dormentes e seus distritos do interior, a partir disso pode-se perceber duas rodovias que são grandes fatores de expansão urbana, dessa forma na imagem seguinte, (Figura 57) é possível perceber os vetores de crescimento pelos os quais a cidade tem se desenvolvido. A partir disso, as imagens a seguir foram elaborados com a intenção de situar a localização de forma mais aproximada.

Figura 56: Limite da cidade de Dormentes



Fonte: Google Maps, sem escala (2022).



Figura 57: Vetores de crescimento, escolas e espaços de lazer da cidade.



O mapa (Figura 57) foi elaborado com base nas imagens de drone “recortadas” disponibilizadas pela prefeitura, a imagem a esquerda demarca as áreas já habitadas da cidade, das quais algumas ainda estão no processo de novos loteamentos deixando de ser área rural e passando a ser área urbana. A imagem a direita é uma ampliação da esquerda para localizar os espaços públicos, (escolas) e os espaços de lazer (academias de saúde e a academia da cidade que são espaços que dispõe de alguns equipamentos para exercícios ao ar livre, assim como a quadra poliesportiva, o calçadão e as praças.) Dessa forma, é possível verificar a distância em relação ao terreno escolhido para o estudo preliminar.

Entre as quatro escolas da rede pública da sede de ensino (destacadas com contorno vermelho na figura 57), pode-se perceber que duas estão na parte mais central da cidade,



enquanto as outras estão nas extremidades. Na figura também foi destacada a área onde está localizado o centro da cidade (linha traço e dois pontos laranja), e nele se encontra o hospital, a prefeitura, entre outros órgãos municipais, além de boa parte das prestações de serviços e comércios.

Um outro espaço importante da cidade é onde acontece a feira de animais, localizado na área central da cidade, nesse espaço todas as quintas feiras acontecem a comercialização que movimenta a economia local. No pátio de eventos, além de atividades comerciais acontece a principal festa da cidade a “caprishow” uma vez por ano. Próximos ao pátio de eventos, é possível perceber alguns terrenos vazios, no entanto, esses terrenos estão destinados para a ampliação do pátio. Além disso, são utilizados como estacionamento para a feira semanal de animais. Diante disso, ressalta-se a importância de conhecer os espaços públicos da cidade, onde foram aplicadas a metodologia para se alcançar o objetivo desse trabalho.

3.2 VISITA DE CAMPO

De acordo com a metodologia desse trabalho foi realizada uma visita a cidade de Dormentes afim de obter o registro fotográfico dos principais espaços de lazer da cidade (Figura 58). Dentre eles: duas academias da saúde (itens a e d), dos quais dispõem de alguns equipamentos para exercício ao ar livre enquanto que a academia da cidade, (item e), dispõe de equipamentos similares, além disso, dispõe de alguns brinquedos e uma quadra de areia. A academia da cidade (item e), fica em frente da quadra de futsal (ginásio poliesportivo), próximo à Rodovia PE-635, perto delas fica uma das praças, (item f), com alguns brinquedos e pouca arborização.

No centro da cidade estão a praça matriz, (item b), e o calçadão, (item c). Na praça há uma concha acústica onde acontecem alguns eventos, a exemplo da feirinha gastronômica e artesanal. A praça é arborizada e dispõe de brinquedos, no calçadão que é um espaço aberto entre a praça e o mercado de carnes da cidade, acontecem alguns eventos e todos os meses acontece a “devoção” com inúmeras barracas de “feira” de roupas.



Figura 58: Espaços públicos de Lazer da cidade de Dormentes



Fonte: Adaptado pela autora, sem escala (2022).

Além dos espaços acima mencionados, outros espaços públicos foram fotografados, afim de compreender as condições de acessibilidade da cidade. Na Figura 59 é possível perceber barreiras físicas das quais nos (itens 1 e 2) a rampa permite acesso somente da rua para a calçada, assim como nesses estabelecimentos, a maioria dos comércios não dispõem de rampas que permitem o acesso ao estabelecimento, os quais apresentam desníveis e impossibilitam o acesso a PCR. Além disso, constatou-se rampas irregulares nas calçadas, onde quase todas finalizam além da calçada, ou seja, na rua.

As agências bancárias e correios (itens 3,6 e 9) apresentam rampa de acesso e porta acessível. No entanto, no (item 6) constatou-se que, no canteiro central em continuidade ao acesso da faixa de pedestre só tem rampa para acesso ao banco, tornando difícil o acesso nas calçadas, tendo que acontecer o deslocamento no meio na rua. Além das barreiras físicas



constatou-se barreiras atitudinais como o (item 4), que no momento do registro havia um carro estacionado em frente a rampa que dá acesso ao calçadão. Posteriormente a essa rampa, ainda no (item 4), tem a rampa de acesso aos banheiros públicos do mercado de carnes da cidade, a qual constatou-se estar em desacordo com a norma. Na calçada do supermercado (item 5), constatou-se uma rampa com outro seguimento de rampa e com materiais inadequados, além da falta de sinalização. Já no (item 7), na prefeitura a rampa está sinalizada.

O hospital, (item 8), no qual o acesso é único para veículos e pedestres, este sendo todo em pedra de brita e isso dificulta o deslocamento de pessoas com moletas e em cadeira de rodas por exemplo. Além disso a calçada em frente ao hospital encontra-se esburacada e o acesso à quadra em frente através da faixa de pedestres acontece por uma rampa improvisada.

Figura 59: Espaços públicos da cidade de Dormentes



Fonte: Adaptado pela autora, sem escala (2022).



3.3 LEVANTAMENTO DE DADOS, QUESTIONARIO E FORMULARIO ONLINE

Durante a visita de campo foram realizadas atividades na cidade de Dormentes, das quais fazem parte da metodologia desse trabalho, dentre elas: a coleta de dados das pessoas com deficiência nos órgãos responsáveis, assim como visita as escolas municipais na sede do município, e ao grupo de adultos com deficiência chamado Desafiando Limites. Dessa forma, após disponibilizados os dados, posteriormente foram aplicados os questionários. Participaram dos questionários as pessoas com deficiência de diferentes idades e com diferentes tipos de deficiência. Além disso foi aplicado um formulário online para o público no geral. De acordo com dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Dormentes, a cidade tem um total de 851 pessoas com deficiência (Quadro 3).

87

Quadro 3: Quantitativo das pessoas com deficiência na cidade de Dormentes

Tipo de Deficiência	Quantidades
Auditiva	117
Visual	145
Física	311
Intelectual e Cognitiva	89
Outras	189
Total:	851

Fonte: Secretaria municipal de Dormentes (2022)

O questionário foi elaborado para ser aplicado por todos os entrevistados, no entanto, nem todos os entrevistados responderam a todas perguntas, assim conduziu-se uma entrevista semiestruturada. Para aplicação dos questionários optou-se por realizar os questionários com alunos apenas nas escolas da sede. Ademais, para exposição dos dados coletados utilizou-se das letras em ordem alfabética para identificação dos entrevistados. O questionário está anexado no apêndice B.

Para aplicação dos questionários com as pessoas com deficiência de 3 e 5 anos foi realizada a visita a creche municipal Albuíno Bezerra Soares que atende a educação infantil. Durante a visita a coordenadora relatou os tipos de deficiência dos alunos, além de outras informações. A creche dispõe de profissionais auxiliares para as crianças mais dependentes,



assim como tenta incluir todos em todas atividades, principalmente em conjunto com a família. É importante destacar que muitos casos de autismo são recém descobertos, a escola busca trabalhar em conjunto com a família já que ainda há a dificuldade de aceitação por parte deles e no entendimento do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Após o contato com a coordenadora, foi aplicado o questionário com duas mães de alunos da creche, a escolha dos participantes foi de acordo a disponibilidade de contato (Quadro 4).

Quadro 4: Entrevista com alunos da creche Albuíno Bezerra Soares

Entrevistado- Gênero e Deficiência	Idade	Reside em	Maiores dificuldades apontadas	O que falta na cidade	Observações
A- Masculino Autista	4	Zonal rural	A Formação dos profissionais; a falta de informação; O preconceito das pessoas;	Brinquedos	A criança não gosta de barulho; tem seletividade alimentar.
B- Masculino Autista	4	Zona urbana	O preconceito das pessoas;	Brinquedos mais seguros	A criança é sensível ao barulho; gosta de brincar com areia e água.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

De acordo com os participantes (A e B) foi apontado a ausência de brinquedos mais seguros na cidade, além de relatado algumas das preferências e sensibilidades desses participantes, as quais foram consideradas na elaboração do programa de necessidades.

Em relação a acessibilidade do espaço, a escola atende as necessidades de forma geral, no entanto, com algumas observações (Figura 60), os banheiros tem um sanitário sem cabine, (item a), em conjunto com as cabines dos sanitários para as crianças. Além disso o banheiro PCD está sendo utilizado como depósito, (item b), e nos itens a e b possuem bacia com abertura frontal o que não é permitido pela NBR 9050. Na creche não tem nenhum brinquedo no pátio para a diversão e o lazer

Figura 60: Banheiros e pátio: Creche Albuíno Bezerra Soares



Fonte: Fotos tirada pela autora (2022).



das crianças, (item c). Lazer esse que favoreceria o desenvolvimento e a coordenação motora delas.

Na escola Francisco Coelho de Macedo, que atende o ensino fundamental I, do 1º ano ao 5º ano, a coordenadora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) informou a demanda atual dos alunos com deficiência e relatou que a escola dispõe da sala do AEE onde acontece o reforço para os alunos que precisem de maior atenção, além dos profissionais que auxiliam as crianças com mais dependência na própria sala de aula. Através da coordenadora do AEE e dos contatos repassados por ela, foi possível o contato com duas mães de alunos com deficiência para então aplicar o questionário (Quadro 5).

Quadro 5: Entrevista com alunos da escola Francisco Coelho de Macedo

Entrevistado- Gênero e Deficiência	Idade	Reside em	Maiores dificuldades apontadas	O que falta na cidade	Observações
C- Masculino Síndrome de Down	8	Zonal urbana	A criança apresenta dificuldade na fala verbal, com isso poucas pessoas conseguem entender.	Brinquedos	A criança tem desconforto quando entra em contato com água e areia e tem medo da corrente dos balanços.
D- Masculino Autista e atraso no desenvolvimento global	6	Zona urbana	A criança tem dificuldade de locomoção e depende de auxílio na maioria das vezes.	Brinquedos mais seguros	A criança gosta de barulho; gosta de brincar com areia e água.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

De acordo com os participantes (C e D), foi apontado a ausência de brinquedos mais seguros na cidade, além de algumas particularidades de cada participante, por exemplo, o medo das correntes dos balanços relatado pelo o participante C. Além disso, foram feitos registros fotográficos (Figura 61): das rampas, (item a); do pátio (item b), onde não dispõe de nenhum brinquedo para lazer e diversão; do banheiro para PCD, (item c). A escola dispõe de dois acessos, o acesso para os alunos que fazem uso do transporte escolar, (item d) e o acesso para os alunos que não utilizam o transporte escolar, sendo somente esse último que dispõe de rampa e a mesma está irregular não atendendo a NBR 9050.



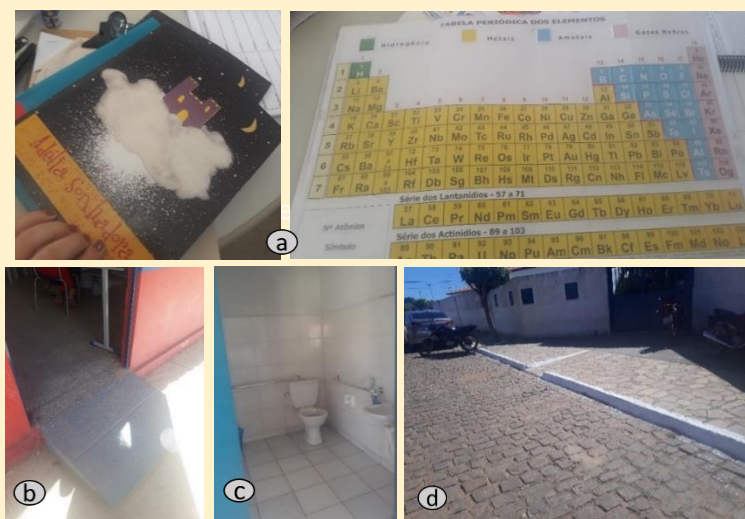
Figura 61: Rampas, pátio, banheiro e acesso secundário: Escola Francisco Coelho de Macedo



Fonte: Fotos tirada pela autora (2022).

Na escola Mauricio José Rolim Cavalcanti que atende o ensino fundamental II, do 6º ao 9º ano, a coordenadora do AEE relatou as demandas da escola e de cada aluno com deficiência e mostrou o material (Figura 62), que a escola tem disponível em braile, diferente das outras, essa escola tem um material bem conciso como: livros em textura e em braile, tabela periódica dos elementos em relevo (item a), além de ábacos, calculadora com som, devido a demanda pois tem alunos com deficiência visual e baixa visão. A coordenadora do AEE é interprete de braile e auxilia no aprendizado dos alunos, fazendo a transcrição do braile. Ademais, a coordenadora informou que alguns alunos passam a maior parte do tempo na sala do AEE devido à necessidade para o aprendizado, e que alguns estão sendo alfabetizados, por isso esses alunos contam com professores auxiliares na sala regular, além da sala do AEE.

Figura 62: Livros em braile e com texturas, tabela periódica em relevo, rampa, banheiro e acesso da Escola Maurício José Rolim Cavalcanti.



Fonte: Fotos tirada pela autora (2022).



Ademais, nota-se que a escola (Figura 62), dispõe de rampas, (item b), banheiro PCD, (item c), e acesso principal com rampa, (item d). Assim como nas outras duas escolas, não foi encontrado nenhum brinquedo ou espaço de lazer. Através da coordenadora do AEE foram selecionados quatro alunos que responderam ao questionário (Quadro 6).

Quadro 6: Entrevista com alunos da escola Maurício José Rolim Cavalcanti

Entrevistado- Gênero e Deficiência	Idade	Reside Em:	Maiores dificuldades apontadas	O que falta na cidade	Observações
E- Feminino Deficiente visual (utiliza bengala)	14	Zonal urbana	Ambientes barulhentos e com muitas pessoas incomodam muito.	Um espaço para fazer caminhada sem obstáculos	A adolescente gosta de jogar dominó.
F- Masculino Deficiente físico (hemiplegia)	14	Zona rural	Se locomove com dificuldade; depende de auxílio e faz fisioterapia com frequência.	Piscina	O adolescente gosta de jogar futebol, dominó e jogar no celular.
G- Masculino Síndrome de Down	17	Zona rural	-	-	O adolescente gosta de futebol, e dominó
H- Feminino deficiente física (utiliza cadeira de rodas)	14	Zona rural *necessita e faz uso do ônibus escolar adaptado	A falta de acesso adequado em lojas, mercados, rampas e buracos nas calçadas, e a falta de banheiros adaptados.	Um espaço com hidroterapia (ela necessita e gosta, porém, faz na cidade vizinha à 150 km de distância.	A adolescente gosta de ir para igreja (mas não tem banheiro na igreja que frequenta.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

De acordo com os participantes (E,F G e H), foi apontado o interesse de jogar dominó, e futebol. Assim como a necessidade de espaços com menos barulhos, espaços para fazer caminhada sem obstáculos, e piscina para lazer e hidroterapia.

Os alunos entrevistados são das três escolas da rede municipal de ensino na sede da cidade. Além dessas escolas existem outras nos distritos na zona rural e, de acordo com a



Secretaria Municipal de Educação na rede pública de ensino o quantitativo referente as pessoas com deficiência está destacado no Quadro 7.

Quadro 7: Quantitativo de estudantes com deficiência da rede municipal de ensino

REDE PÚBLICA MUNICIPAL – DORMENTES /PE							
EDUCAÇÃO INFANTIL/ ENSINO FUNDAMENTAL DO 1º AO 9º ANO							
QUANTITATIVO DE ESTUDANTES COM DEFICIENCIA							
IDADE	TEA	DI	BV	C	DA	DF	MD
03 anos	04	01	-	-	-	-	-
04 anos	11	03	01	-	-	03	-
05 anos	02	02	-	-	-	03	-
06 anos	03	08	-	-	-	-	-
07 anos	02	01	-	-	-	-	-
08 anos	02	04	02	-	-	-	-
09 anos	-	02	-	-	-	01	-
10 anos	-	05	03	-	-	-	-
11 anos	-	02	01	-	-	-	-
12 anos	01	06	-	-	-	-	-
13 anos	01	02	-	-	01	-	-
14 anos	-	05	02	01	01	02	-
15 anos	-	03	01	-	-	02	-
16 anos	01	03	-	01	-	-	-
17 anos	-	01	-	-	-	-	-
Total	27	48	10	02	02	11	-
TEA – TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA				DI – DEFICIENCIA INTELECTUAL			
BV – BAIXA VISÃO				C – CEGUEIRA			
DA – DEFICIENCIA AUDITIVA				DF – DEFICIENCIA FÍSICA			
MD – MULTIPLAS DEFICIENCIAS							

Fonte: Setor de inspeção/ SEMED Dormentes -PE (2022).

Diante do exposto, destaca-se a quantidade de alunos com deficiências da rede municipal de ensino, estes apresentam-se dentro da faixa etária de 3 a 17 anos. Dos quais, destacam-se: alunos com deficiência intelectual (48), alunos com TEA (27) seguidos pelos alunos com deficiência física (11), e baixa visão (10).

Além da rede municipal de ensino tem a rede estadual referente aos alunos do 1º ao 3º do ensino médio, na sede da cidade, a escola de referência em ensino médio, Senador Nilo Coelho. De acordo com a coordenadora do AEE dessa escola, foi disponibilizado uma pessoa para auxiliar na locomoção de uma aluna que a acompanha desde o transporte escolar até a escola, além disso, a escola conta com o apoio escolar para assistência e professor de atendimento especializado como interprete de braile. No entanto, tem poucos materiais de apoio como lupa, um livro em braile, e alguns jogos interativos. Os alunos com perda auditiva



fazem uso da linguagem verbal, e os alunos com baixa visão apresentam um comprometimento moderado. Os alunos com Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD) apresentam atraso na comunicação, interação, movimentos repetitivos, não aceitam toque, e se isolam. Nessa fase os alunos tem uma certa recusa em aceitar a ajuda dos auxiliares e a frequentar a sala de AEE devido a timidez. Na escola, as pessoas com deficiência têm idades entre 15 a 19 anos no ensino regular, e no Ensino de Jovens e Adultos - EJA tem idades entre 23- 36 anos. Dentre os alunos com deficiência foram selecionados quatro para aplicar o questionário (Quadro 8).

Quadro 8: Entrevista com os alunos da Escola Estadual Senador Nilo Coelho

Entrevistado- Gênero e Deficiência	Idade	Reside em	Maiores dificuldades apontadas	O que falta na cidade	Observações
I- Masculino TDAH	18	Zonal urbana	-	Espaços públicos abertos para utilizar as quadras da cidade para jogar futebol.	O adolescente gosta de jogar futebol.
J- Feminino Baixa visão	15	Zona rural	No mercado, as letras pequenas dos produtos.	Quadras de Futevôlei, basquete, piscina e shopping.	-
K- Feminino Deficiência física	16	Zona rural	-	Espaço para natação.	A adolescente gosta de conversar
L- Masculino Autismo	18	Zona rural	Timidez	-	O adolescente gosta de jogar futebol.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

De acordo com os participantes (I,J K e L), foi apontado o interesse de espaços esportivos como quadras de futebol, basquete, além de piscinas para natação e espaços para socialização.

Assim como nas outras escolas, além dos dados coletados foi feito o registro fotográfico da acessibilidade (Figura 63), em geral a escola atende a norma 9050, destacando o uso inadequado do piso tátil, (item a), que só existe nessa escola, além disso o banheiro para



pessoas com
 deficiência que fica
 fechado sendo
 utilizado como
 depósito, o qual
 também dispõe de
 vaso com abertura
 frontal, (item b). A
 rampa de acesso a
 escola, (item c), e a
 quadra de
 esportes, (item d.)

Figura 63: Piso tátil, banheiro e acessos: Escola Estadual Senador Nilo Coelho



Fonte: Fotos tirada pela autora (2022).

Na cidade tem duas escolas estaduais, uma na sede e outra no distrito de Lagoa de
 fora, na zona rural. Na escola estadual Nossa Senhora das Graças de Lagoas de Fora conforme
 foi relatado pela coordenadora do AEE todos alunos são acompanhados na sala do AEE, mas
 não necessitam de auxiliares na sala regular. De acordo com os dados passados pelas
 coordenadoras do AEE de cada escola, o quantitativo dos alunos com deficiência da rede
 estadual não foi disponibilizado as respectivas idades (Quadro 9).

Quadro 9: Quantitativo de alunos com deficiência da rede Estadual de ensino

REDE PÚBLICA ESTADUAL – DORMENTES /PE			
ENSINO MÉDIO/ EJA DO 1º AO 3º ANO			
QUANTITATIVO DE ESTUDANTES COM DEFICIENCIA			
Deficiência	Quantidade	Feminino	Masculino
Deficiente intelectual	14	Feminino 05	Masculino 09
Perda auditiva	03	Feminino 01	Masculino 02
Deficiente físico	05	Feminino 04	Masculino 01
Baixa visão	03	Feminino 01	Masculino 02
Autismo	01	-	Masculino
TGD	03	Feminino 02	Masculino 01
TDAH	02	-	Masculino 02
Total	31		
TDAH – TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE			
TGD –TRANSTORNO GLOBAL DE DESENVOLVIMENTO			

Fonte: Elaborado pela autora com dados passado pela coordenadora do AEE (2022).



Na rede estadual de ensino destacam-se a quantidade de alunos com deficiência intelectual (14), e alunos com deficiência física (5).

As pessoas em idade escolar com deficiência têm acesso a atendimento com psiquiatra, neurologista e psicopedagógicos. Onde são atendidos estudantes que apresentam dificuldade de aprendizagem encaminhados pelas escolas ou profissionais de saúde. Entre eles são atendidos estudantes com Déficit de Atenção, Transtorno do Espectro Autista (TEA), entre outros transtornos ou deficiência. Como também estudantes que estão em fase de análise para diagnóstico. No Núcleo de Apoio Psicopedagógico Educacional da Secretaria de Educação (NUPE) acontece o acolhimento à família ou escola através de laudo ou encaminhamento para assistência com psicólogo e psicopedagógicos. Com encontros semanais e do grupo TEAPOIO com encontros mensais, além de outros projetos como o TEABRAÇO, panfletagem e palestras.

Outro Grupo assistido é o Grupo Desafiando Limites no qual pessoas adultas com deficiência participam de atividades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), por meio de um encontro mensal. Esse grupo faz parte da política de Assistência Social, ministrado pela a equipe técnica social, Assistente Social e Psicóloga. Além dessa assistência, acontece na cidade (para esse mesmo grupo) atividades físicas duas vezes por semana com Educador Físico no CCI (Centro de Convivência do Idoso), e um grupo com fisioterapeuta uma vez por semana, na academia de saúde. No mês de agosto acontece a semana da pessoa com deficiência, com mobilização na cidade, atividades voltadas para pessoas com deficiência nas escolas, comunidades e um dia de lazer na última semana de agosto.

No Centro de Convivência do Idoso (CCI), está localizado a secretaria de assistência social e previdência social, também é onde acontecem as atividades físicas. Ao fundo do CCI está localizada a academia do idoso (Figura 64), este espaço é utilizado pelos idosos e pessoas com deficiência, é um espaço que tem acesso com horários específicos a cada grupo e não é aberto ao público em geral.

Algumas fotos do local foram registradas (Figura 65), nesse espaço, semanalmente tem pessoas com deficiência e mobilidade reduzida frequentando. É possível perceber, que embora bem equipado a academia apresenta poucos equipamentos para PCD, além ser um espaço pequeno que necessita de uma pista de corrida maior.



Figura 64: CCI e Academia do Idoso



Fonte: Fotos tirada pela autora (2022).

Figura 65: Grupo Desafiando Limite na academia do Idoso

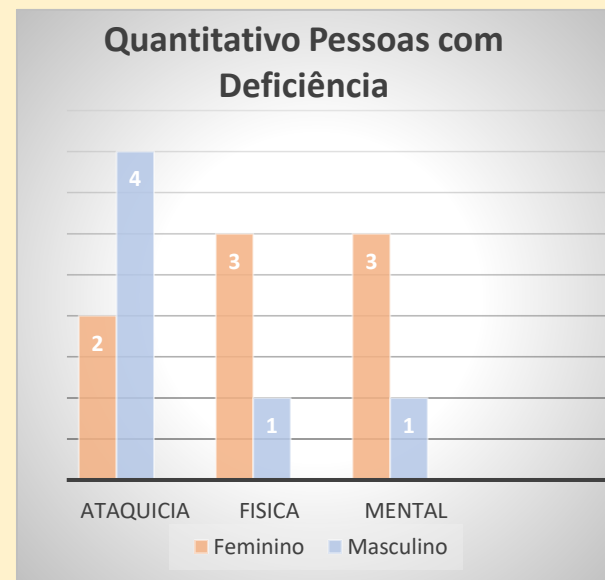


Fonte: Fotos tirada pela autora (2022).



De acordo com dados disponibilizados pela assistente social do CRAS, dentre as quatorze pessoas com deficiência (Gráfico 1) que participam do grupo desafiando limites foram selecionadas oito para responder ao questionário (Quadro 10).

Gráfico 1: Participantes do Grupo Desafiando Limites



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Entre os espaços que faltam na cidade, os mais apontados pelos participantes do questionário (M, N, O, P, Q, R, S e T) foram: piscina, parques, espaços esportivos e brinquedos adaptados. Diante do exposto, com base nas respostas de cada entrevistado foi possível formular um programa de necessidades básico, com estratégias voltadas para as pessoas com deficiência de acordo com os anseios e dificuldades principalmente relacionados aos espaços de lazer da cidade.



Quadro 10: Quantitativo das pessoas com deficiência que participam do grupo Desafiando Limites

Entrevistado Gênero e Deficiência	Idade	Reside em	Maiores dificuldades apontadas	Quais espaços da cidade são mais difíceis de acesso?	Deixa de sair por falta de acesso? Qual a frequência?	Sofre preconceitos de que tipo?	O que faz pra se divertir na cidade	O que falta na cidade?	Observações
M- Feminino Deficiente física (Utiliza moleta)	58	Zonal urbana	Depende de alguém como apoio para se locomover e transporte.	Calçadas irregulares, ruas com paralelepípedo	Sim, sempre. Sai pouco	Nomenclaturas como aleijada, e “capacitismo” aleijada não pode fazer isso	Visitar familiares e atividade física	Piscina e parque	Tem dificuldade de acesso ao evento principal da cidade, a caprishaow
N- Feminino Deficiente física (Utiliza cadeira de rodas)	35	Zona urbana	Não consegue fazer leituras bíblicas na igreja porque o altar não tem rampa, nem plataforma elevatória.	Lojas, hospital, calçadas, rampas, igreja.	Sim, sempre.	Termos e capacitismo	Bar e restauran te	Balanço adaptado, esportes inclusivos	A entrevistada N relatou que ao utilizar certos equipamentos de atividade física... “o que eu posso fazer é afastado dos outros”
O- Feminino Deficiência física e mental	35	Zona urbana	A falta de conscientização das pessoas	Lanchonetes	Não.	O olhar das pessoas e capacitismo	Bar e restauran te	Jogos e esportes	-
P- Feminino Deficiente física (Utiliza cadeira de rodas)	44	Zona urbana	Postes em frente das rampas, e motos ou obstáculos	Lanchonetes, lojas, rampas, calçadas	Não, sai e luta por acesso	Termos maldosos	Igreja e atividade física	Piscinas e jogos	A família não respeita a rampa da casa, colocando motos na calçada sempre.
Q- Masculino Deficiente mental	42	Zona urbana	Calçamentos irregulares	Espaços de festas.	Sim, algumas vezes	-	Igreja	-	-
R- Masculino Ataquícia (utiliza cadeira de rodas)	32	Zona urbana	Em geral.	Campos e quadras de futebol.	Não.	-	Passear na rua	-	Depende de transporte
S- Masculino Ataquícia (Utiliza andador)	50	Zona urbana	Calçadas, rampas.	Todos	Não.	-	Atividade física	-	Depende de transporte
T- Feminino Ataquícia (Utiliza bengala)	44	Zona urbana	Calçadas, rampas.	Todos	Sim.	-	Atividade física	-	Depende de transporte. E não gosta de cadeira de rodas e do andador

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

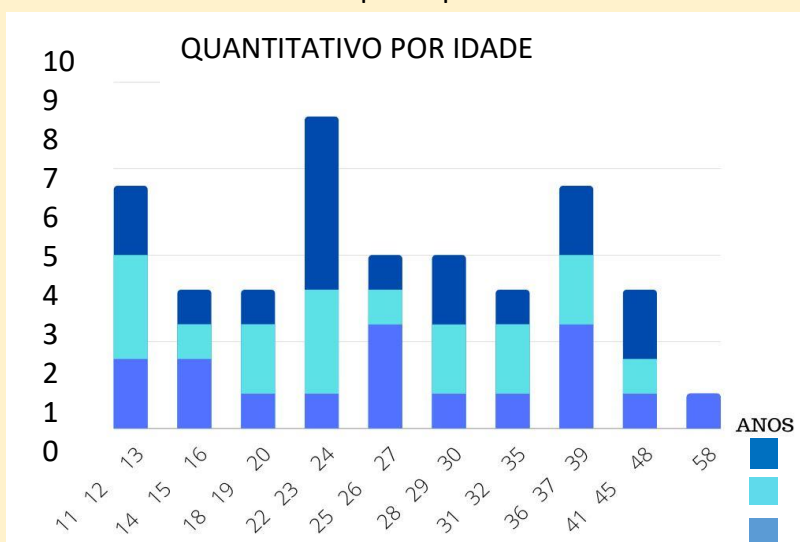


Além dos questionários semiestruturados realizados com as pessoas com deficiência foi realizado um questionário estruturado através de formulário online (Apêndice C) para que o público em geral pudesse responder. Ao total cinquenta pessoas da cidade de Dormentes responderam. O formulário foi criado através do Google formulários, assim foi enviado através de contatos e redes sociais de forma que atingisse diversas faixas etárias. Para exposição dos dados coletados utilizou-se de gráficos.

As primeiras perguntas estão relacionadas as informações dos participantes como a idade, gênero, se possui alguma deficiência e em qual zona reside, respectivamente (Gráficos 2, 3, 4 e 5). No gráfico 2, estão destacadas as idades dos participantes que variam entre 11 à 58 anos, as idades estão indicadas nas colunas de acordo com as cores.

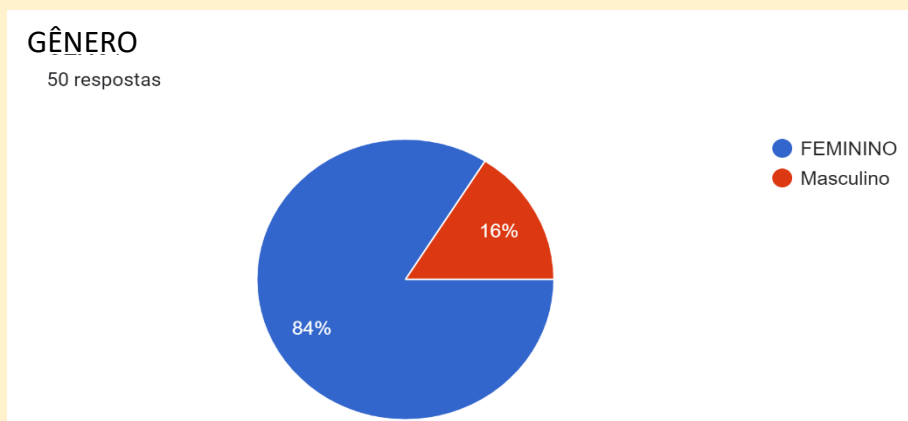
98

Gráfico 2: Idade dos participantes do formulário online



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

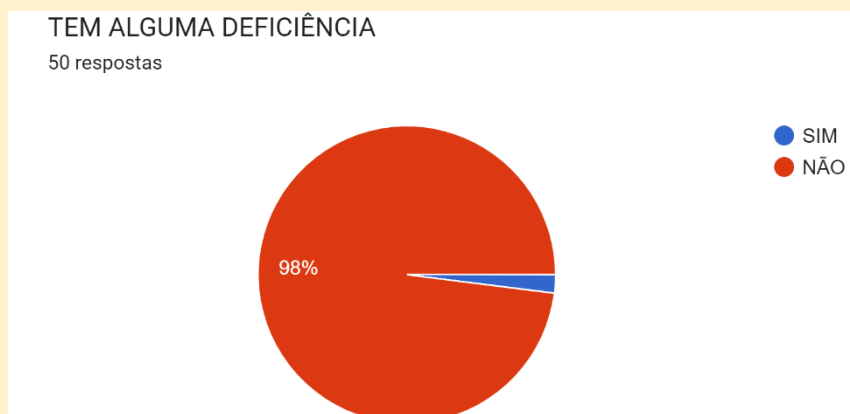
Gráfico 3: Porcentagem por gênero dos participantes do formulário online



Fonte: Gerado pelo google formulários (2022).

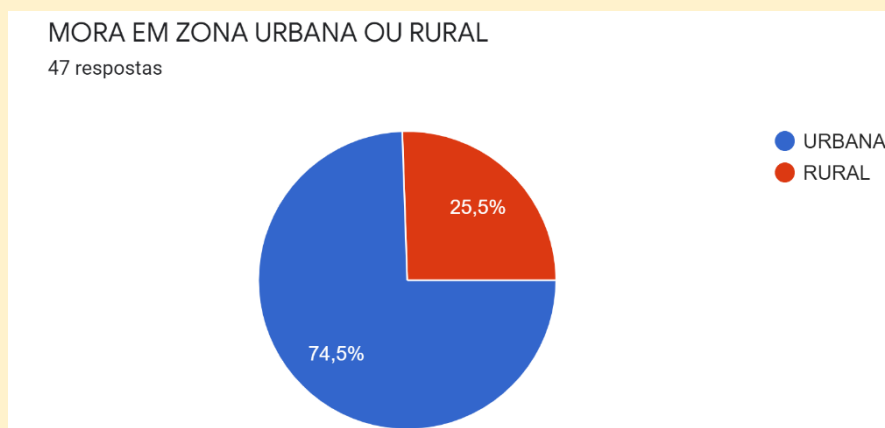


Gráfico 4: Porcentagem dos participantes do formulário online com deficiência



Fonte: Gerado pelo google formulários (2022).

Gráfico 5: Porcentagem dos participantes do formulário online de acordo com a zona em que reside.



Fonte: Gerado pelo google formulários (2022).

O formulário está relacionado ao lazer da cidade, assim como a compreensão de como a população utiliza do seu tempo de lazer e em quais espaços, bem como o entendimento do termo **Lazer** para cada participante.

Gráfico 6: Compreensão do que é lazer de acordo com participantes do formulário online.



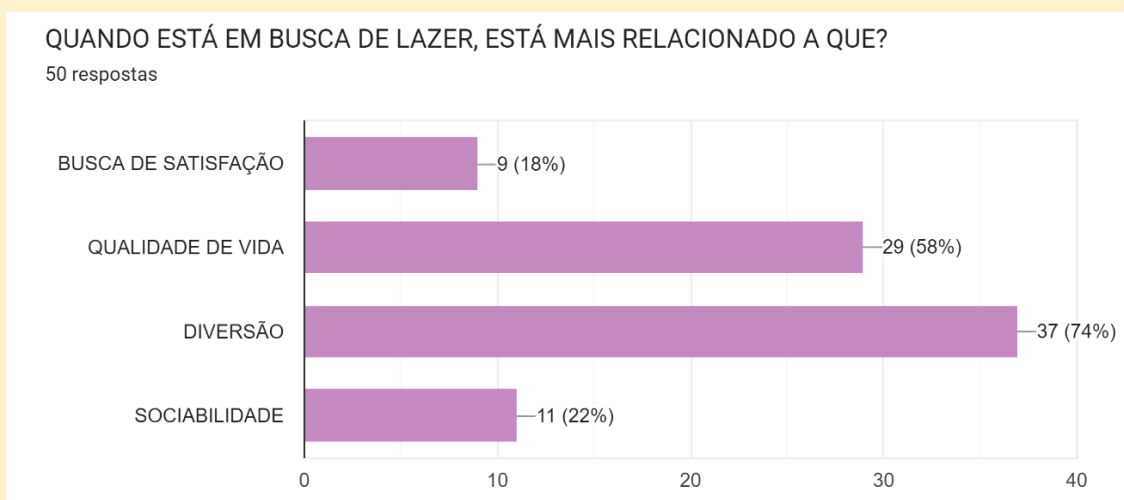
Fonte: Elaborado pela autora (2022).



De acordo com o Gráfico 6, pode-se perceber que a maioria dos participantes entendem o lazer como diversão seguido do descansar e socializar respectivamente, além desses, observa-se o fato de o lazer está associado ao descanso e diversão em conjunto.

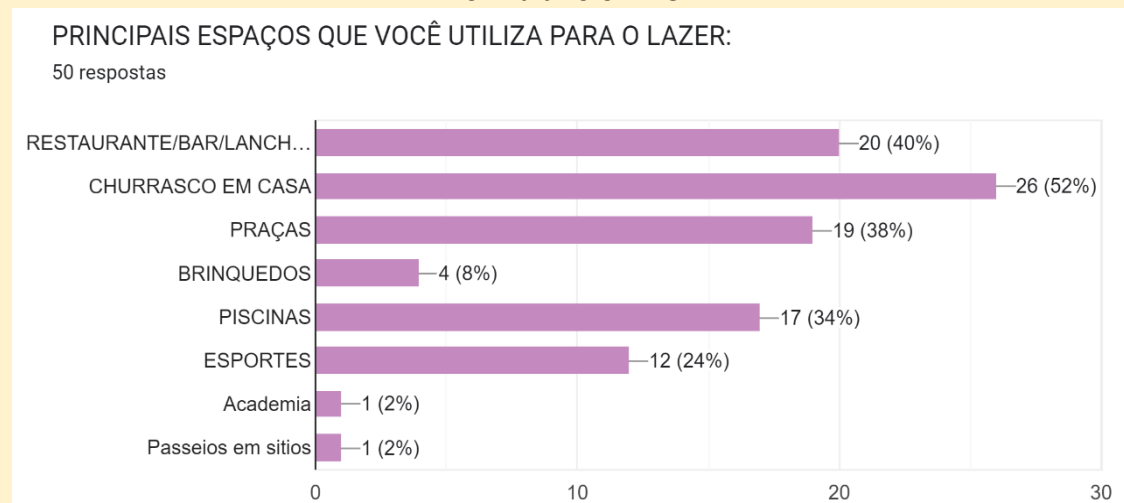
Diante disso, o Gráfico 7, reafirma a busca pela diversão, enquanto que o Gráfico 8 destaca os principais espaços utilizados e atividades realizadas para o lazer na cidade de Dormentes, pelos participantes, dentre eles destacam-se: churrasco em casa; ir a restaurantes, bares e lanchonetes; praças e piscinas.

Gráfico 7: A busca do lazer de acordo com participantes do formulário online.



Fonte: Gerado pelo google formulários (2022).

Gráfico 8: Principais espaços utilizados para o lazer de acordo com participantes do formulário online.

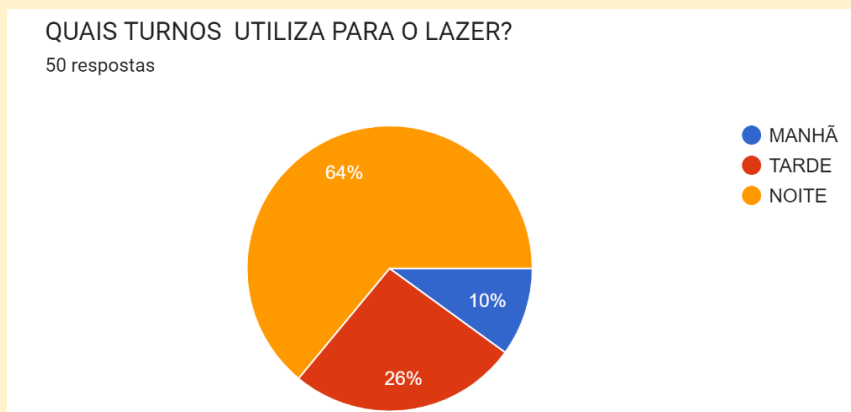


Fonte: Gerado pelo google formulários (2022).



A partir desses dados foi necessário compreender os turnos, dias e a frequência que a população utiliza para os momentos e espaços de lazer, respectivamente gráficos 9, 10 e 11.

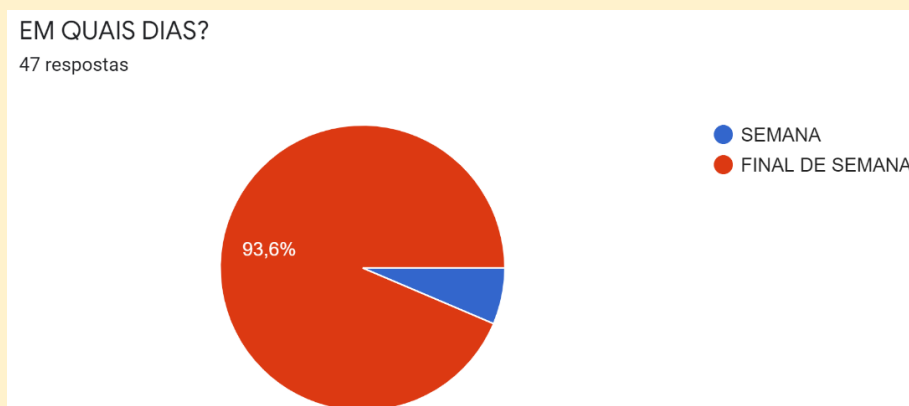
Gráfico 9: Os turnos utilizados para o lazer de acordo com participantes do formulário online.



Fonte: Gerado pelo google formulários (2022).

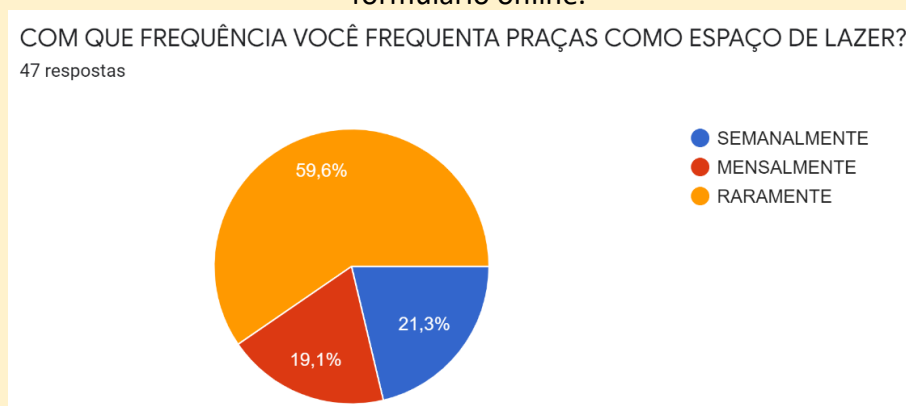
101

Gráfico 10: Os dias utilizados para o lazer de acordo com participantes do formulário online.



Fonte: Gerado pelo google formulários (2022).

Gráfico 11: A frequência às praças como espaço de lazer de acordo com participantes do formulário online.



Fonte: Gerado pelo google formulários (2022).

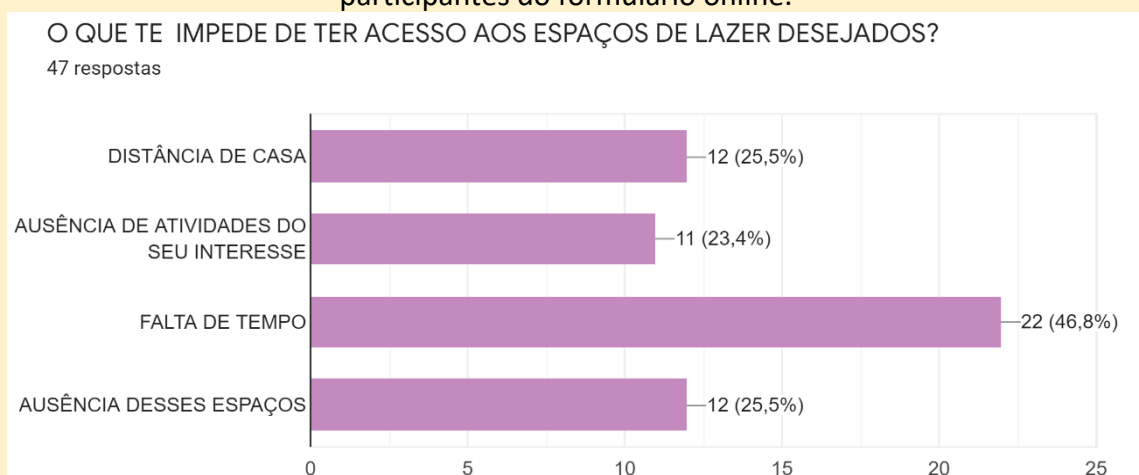


Como a cidade não tem parques a pergunta do Gráfico 11, foi direcionada as praças, assim, de acordo com as repostas dos participantes quase 60% raramente frequentam as praças.

Com base no Gráfico 12, foi possível compreender os motivos pelos quais os participantes não utilizam as praças com mais frequência. De acordo com o gráfico os motivos estão relacionados da falta de tempo e a ausência de espaços de lazer na cidade desejados pelos participantes. Assim, no Gráfico 13 foram apontados os espaços públicos que os participantes gostariam que tivesse na cidade

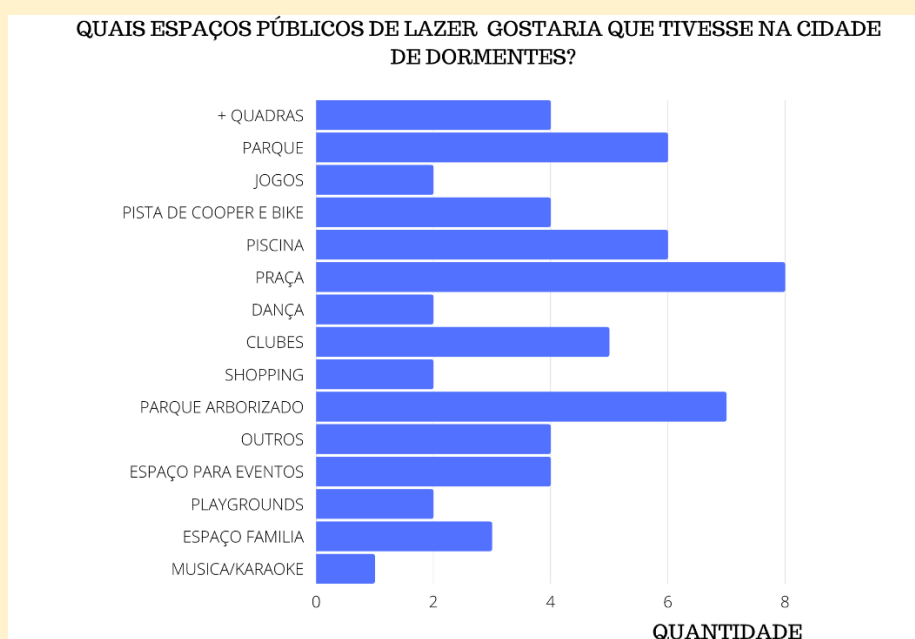
102

Gráfico 12: Os impedimentos para ter acesso aos espaços de lazer de acordo com participantes do formulário online.



Fonte: Gerado pelo google formulários (2022).

Gráfico 13: Os espaços públicos de lazer de acordo com participantes do formulário online.



Fonte: Elaborado pela autora (2022).



De acordo com o gráfico 13, os espaços com maiores índices foram: praças, parques arborizados, parques e piscinas respectivamente. Diante do exposto, com base nas respostas dos participantes foi possível compreender a opinião pública acerca dos espaços de lazer existentes da cidade, além de entender as necessidades relacionadas as atividades pretendidas em um espaço público de lazer.

3.4 VIVÊNCIA EMPÍRICA: POR UM DORMENTES MAIS DIVERSO E ACESSÍVEL PARA TODOS

A vivência empírica intitulada: **“por um Dormentes mais diverso e acessível para todos”** (Figura 66), foi planejada com a intenção de plantar uma semente na cidade, para que ela cresça cada vez mais acessível, além de ser uma forma de compartilhar o conhecimento adquirido durante a faculdade, na cidade em que a autora residiu por muitos anos. Para a vivência foram convidadas as pessoas que, tivessem maior possibilidade de mudança em alguns cenários na cidade, sendo elas: prefeita, vice-prefeita, vereadores e secretários da saúde, da educação, e assistência social. Além desses participaram: comerciantes, profissionais da saúde, da educação, profissionais de engenharia civil, arquitetura e urbanismo. Neste momento as pessoas com deficiência não foram convidadas, pois poderiam influenciar de alguma forma nos resultados.

Figura 66: Foto do folder da vivência



Fonte: Foto tirada pela autora (2022).

Além de ser uma forma de contribuir para cidade, os resultados da vivência empírica foram de total importância na elaboração das diretrizes projetuais. A vivência foi dividida em



três momentos, no primeiro aconteceu a explicação do projeto de pesquisa e o motivo da vivência, deixando claro que seria feito o registro fotográfico.

No segundo momento, além de explicar os conceitos, a legislação acerca da acessibilidade, pessoa com deficiência, desenho universal e barreiras, foram exemplificados que acessibilidade não é só rampas bem como não é só chegar em algum lugar, mas garantir o direito de participar, seja no mercado de trabalho, ter acesso as festas, escolas, brinquedos e etc., ou seja, para além da acessibilidade espacial. Nesse momento foi disponibilizado um folder elaborado pela autora para melhor compreensão do tema em questão, com os principais conceitos e leis, assim como exemplos de boas práticas de cidadania, as quais através do respeito a diversidade proporcione inclusão (Apêndice D).

No terceiro momento, foi explicado que a empatia é a habilidade de imaginar-se no lugar da outra pessoa, então para que os participantes pudessem aprender o conceito de empatia foram desafiados a se colocarem no lugar da pessoa com deficiência, vivendo na prática as dificuldades da pessoa em cadeira de rodas, com deficiência visual e com mobilidade reduzida.

Figura 67: Mapa do percurso



Fonte: Elaborado pela autora, sem escala (2022).

Para isso, foi elaborado um mapa (Figura 67) por onde essa vivência aconteceu, no entanto, tiveram algumas mudanças na vivência, devido as condições que eram bem difíceis de locomoção, dessa forma a vivência foi realizada em apenas alguns pontos estratégicos.

Legenda

- PERCURSO
- ▲ INICIO DO PERCURSO
- ▲ FINAL DO PERCURSO
- 01 CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO
- 02 ACADEMIA DO IDOSO
- 03 ESCOLA MUNICIPAL
- 04 BIBLIOTECA MUNICIPAL
- 05 IGREJA CATOLICA
- 06 PRAÇA, PLAYGROUND, CONCHA ACUS.



O percurso foi iniciado no CCI (trecho 01) onde tem um grande fluxo de pessoas com deficiência, (esse é o espaço que o grupo Desafiando Limites utiliza semanalmente) nesse trecho, foi visualizado pontos de dificuldades (Figura 68), como rampas incorretas (a), desníveis na calçada (b), e piso tátil solto na calçada (c),

Figura 68: Fotos da vivência: ponto de partida CCI - trecho 01



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Em seguida, passando em frente a academia do idoso (Figura 69) verifica-se o não seguimento da calçada do CCI até a academia do idoso (a), assim a pessoa com deficiência tem que ir para a rua com o paralelepípedo solto e espaçado (b), (Figura 69).

Figura 69: Fotos da vivência academia do idoso – trecho 02



Fonte: Elaborado pela autora (2022).



Seguindo no percurso para a escola municipal Francisco Coelho (trecho 03) foi possível perceber (Figura 70), muitos buracos no paralelepípedo (a), assim como nas calçadas (b), e rampas incorretas (c). Somente a partir desse ponto que os participantes de fato se colocaram no lugar da pessoa com deficiência, vivenciando um pouco das dificuldades ao tentar subir uma rampa muito inclinada, em conjunto do paralelepípedo afastado havendo a necessidade de muito esforço físico, nesse trecho a participante tentou subir de duas formas, mas não conseguiu, sendo impossibilitada de ter acesso com autonomia e segurança.

Figura 70: Fotos da vivência: escola Francisco Coelho – trecho 03



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Assim como no trecho anterior, no (trecho 04) da biblioteca municipal a participante precisou de ajuda para conseguir ter acesso, pois a rampa além de muito inclinada (a), tem duas sequencias de rampas, sem patamar de descanso (Figura 71). Também foi apontado vários desníveis na calçada. Ademais, além das barreiras físicas, havia uma moto estacionada na calçada, e isso caracteriza-se como barreira atitudinal, nesse trecho foi aplicada a “multa moral” que foi disponibilizado na vivência, no formato de um panfleto (Apêndice E) elaborado pela autora³¹.

³¹ A multa moral aplicada é apenas uma representação a fim de conscientizar as pessoas para a devida ação que impediu o acesso de alguém.



Figura 71: Fotos da vivência: Biblioteca municipal – trecho 04



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O percurso da igreja (Figura 72), apresenta desníveis na calçada, assim como rampa incorreta (a), o desnível da calçada para dentro da igreja (b). A rampa (c), tem uma inclinação adequada, no entanto, o paralelepípedo dificulta o acesso, nesse caso, o participante necessitou de muito esforço físico para conseguir subir. Na praça tem um degrau (d), e os participantes que vivenciaram na cadeira de rodas não conseguiram passar, enquanto a participante que simulou a deficiência visual foi guiada e orientada além do auxílio da bengala.

Figura 72: Fotos da vivência: Igreja – trecho 05



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Ao chegar na praça (Figura 73), que tem a concha acústica para eventos e playground. Essa praça tem um único acesso de rampa (a), durante o percurso foram apontados vários obstáculos como: degraus (b), pedra brita na praça e areia no playground (c), e o paralelepípedo solto (d). O acesso ao palco para evento não dispõe de rampa, somente de



degraus. Assim como os brinquedos não são inclusivos.

Figura 73: Fotos da vivência: praça – trecho 06



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A próxima Figura 74, retrata os participantes vivenciando as dificuldades ao se colocar no lugar das pessoas com deficiência: Uma das participantes com os olhos vendados simbolizando a vivência das barreiras enfrentadas pela pessoa com deficiência visual (1), com o auxílio da bengala e orientação; as pessoas com mobilidade reduzida utilizando talas nos joelhos (2), para simular a dificuldade de dobrar a perna diante do desnível das calçadas e paralelepípedos irregulares; as participantes em cadeira de rodas enfrentando a dificuldade de se locomover em pisos como o paralelepípedo e na pedra brita (3); os participantes vivenciando os esforços necessários para ter acesso as rampas da praça com uso do andador e da cadeira de rodas (4, 5 e 6). Ao fim do percurso (7), no encerramento da vivência empírica, a prefeita da cidade fez o seguinte comentário – **“o que eu achava que era acessível, não é, precisamos melhorar muito”**.



Figura 74: Fotos da vivência: praça – trecho 06



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

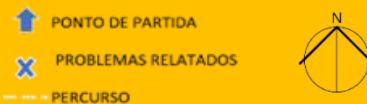
Diante do exposto, foi possível perceber o resultado positivo dessa vivência, pois somente vivenciado o mínimo da realidade de pessoas com deficiência ou convivendo com elas, é possível entender as pequenas melhorias necessárias nos espaços públicos para garantir o direito de ir e vir, com autonomia e segurança, a todas as pessoas.

3.5 PASSEIO ACOMPANHADO

Como parte da metodologia desse trabalho, o passeio acompanhado foi desenvolvido por Dischinger (2000). É um método que consiste em comprovar as principais facilidades e dificuldades na orientação espacial, no deslocamento, na comunicação e no uso de equipamentos por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Assim, através de visitas acompanhadas ao ambiente que se deseja avaliar, ao decorrer do percurso planejado são observadas e registradas as tomadas de decisões, por meio de entrevista. O passeio acompanhado foi realizado com duas alunas da escola Mauricio José Rolim Cavalcanti, uma com deficiência visual e a outra com deficiência física-PCR. O percurso escolhido para o passeio acompanhado foi da escola para a praça, onde foi realizado somente uma visualização devido ao fato de ter poucos equipamentos. Posteriormente foi realizado o passeio na academia da cidade (Figura 75), por fim retornando para a escola.



Figura 75: Mapa do percurso do passeio acompanhado



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O mapa do percurso do passeio acompanhado aponta a marcação dos problemas relatados durante o percurso. A próxima Figura 76, retrata os problemas e observações feitos pelas participantes: **01-** Buracos de árvores que foram removidas no meio da calçada; **02-** A pessoa em cadeira de rodas prefere fazer o percurso na rua, devido os buracos na calçada; **03-** Rampa de acesso a academia da cidade incorreta e com areias; **04-** Rampas descentralizadas, com um poste bem no meio do percurso, tornando difícil a compreensão para a deficiente visual; **05-** Mesas de jogos não permitem a aproximação da cadeira de rodas, por conta dos bancos fixos ao redor da mesa; **06-** Rampa de acesso da escola Mauricio; **07. e 08-** A rampa de acesso para a

Figura 76: Fotos numeradas do passeio acompanhado



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

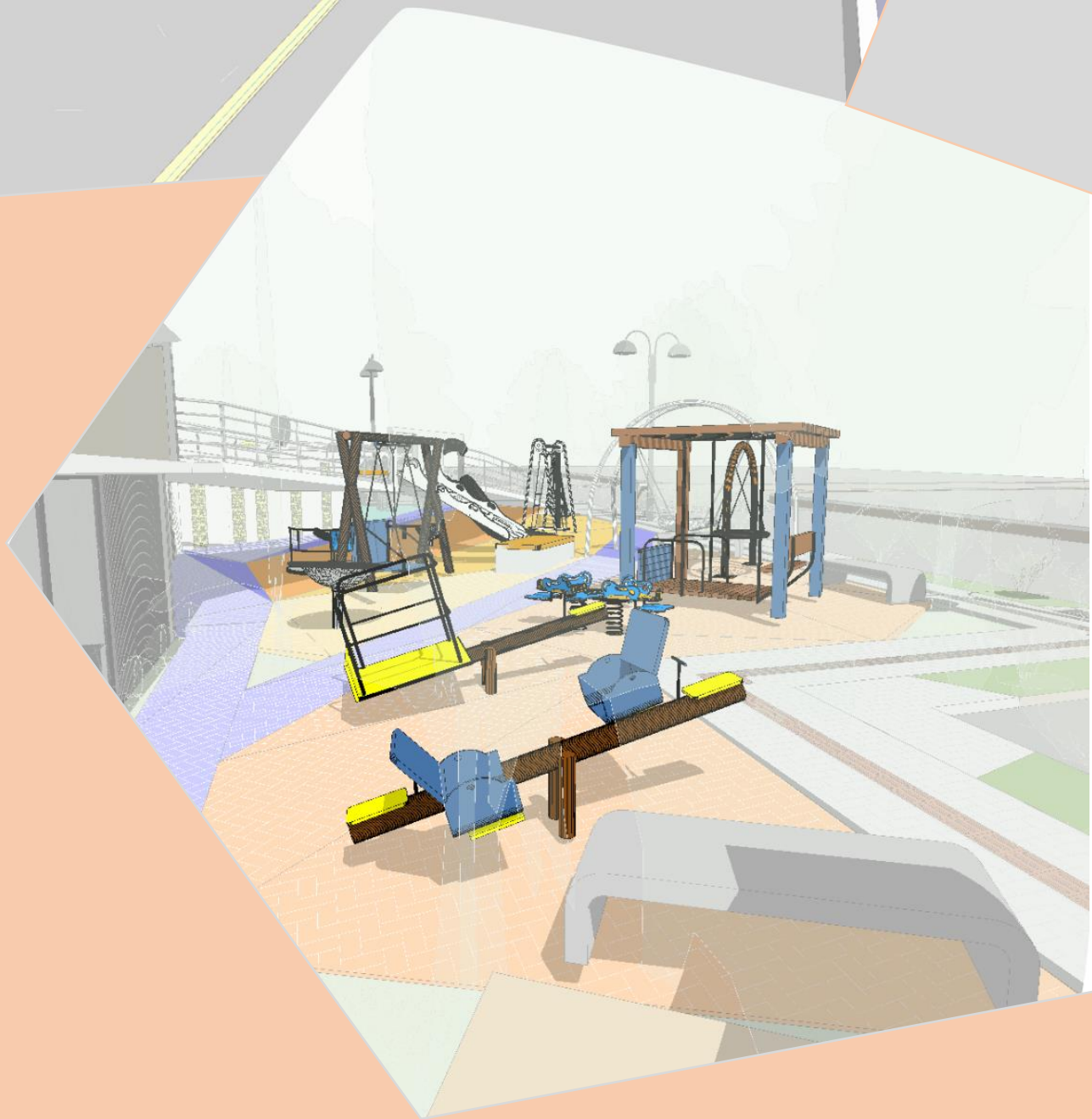
academia da cidade embora incorreta ela existe, o que não acontece na calçada da escola para a rodovia, a qual não tem rampa, isso enfatiza a escolha da aluna em cadeira de rodas em preferir ir pela rua; **09-** Rampa de acesso para a praça; **10-** Obstáculos no meio do percurso; **11-** Desníveis não sinalizados; **12-** Rampa ao final de uma escada; **13-** Obstáculos de difícil percepção pela bengala; **14-** Nesse momento só foi possível que a aluna em cadeira de rodas utilizasse o balanço devido a autora desse trabalho ter auxiliado na



transferência, além disso as cadeiras têm o assento estreito; **15. e 16-** Devido à falta da rota acessível, ou seja, a ausência da rampa na esquina da escola, é necessário percorrer uma distância maior para ter acesso a outra esquina da calçada da escola para a academia da cidade, onde está localizada a faixa de pedestre.

Diante do exposto, o passeio acompanhado foi muito importante, assim foram adotadas como parte das diretrizes algumas soluções para os problemas relatados pelas participantes, a fim de que qualquer pessoa consiga se deslocar e participar com autonomia e segurança das atividades propostas com a aplicação das diretrizes em um parque público inclusivo.

4. DIRETRIZES PROJETUAIS





4- DIRETRIZES PROJETOAIS E PROGRAMA DE NECESSIDADES BÁSICO PARA UM PARQUE PÚBLICO INCLUSIVO

4.1 DIRETRIZES PROJETOAIS

Após o estudo de todo o referencial teórico, buscou-se o entendimento da necessidade de cada deficiência. Somada as análises dos resultados obtidos com a metodologia aplicada durante a visita de campo na cidade de Dormentes, bem como de toda a pesquisa desenvolvida sobre parques inclusivos e referenciais projetuais, foi possível adotar alguns critérios como diretrizes projetuais que devem ser utilizadas no desenvolvimento de projetos de parques públicos inclusivos com base no desenho universal.

Diferente da acessibilidade o desenho universal não foca apenas no resultado do projeto, ele se relaciona com todo o processo de projeto. Diante do exposto, foram elencadas as seguintes diretrizes que devem ser contempladas durante todo o desenvolvimento de um projeto para parques inclusivos:

1. Todo o programa de necessidade deverá ser inclusivo e universal;
2. Os equipamentos não devem ser exclusivos a uma determinada deficiência, de forma que todos possam usufruir deles com maior autonomia e segurança;
3. Os equipamentos devem atender todas as faixas etárias, assim como as pessoas mais e menos comprometidas com alguma deficiência.
4. Os espaços e equipamentos devem despertar o interesse e a inclusão de todos os usuários;
5. Os espaços devem ser projetados e construídos com caminhos suaves e contínuos, reduzindo assim o esforço físico necessário para o deslocamento;
6. Através das formas e funcionalidades dos equipamentos estimular o desenvolvimento cognitivo, motor e sensorial;
7. Todos os materiais dos equipamentos devem ser de fácil manutenção, com estrutura leve, resistente e de fácil utilização, os quais possam ser utilizados com baixo esforço físico, e com possibilidade de flexibilidade de uso;
8. Devem ser previstos espaços propícios ao desenvolvimento de atividades que estimulam a produção de adrenalina nos usuários;



9. Quando possível evitar que haja a necessidade de transferências para a utilização dos equipamentos;
10. Os espaços e equipamentos devem ser lúdicos e que não ofereça medo para os seus usuários;
11. Os equipamentos devem estimular diferentes sentidos nos usuários;
12. Devem ser previstos espaços e mobiliários de apoio para descanso dos acompanhantes de fácil visualização, principalmente de crianças;
13. Setorizar o programa de necessidades através dos estímulos das zonas de atividades.
14. Através dos sentidos sinalizar os espaços e equipamentos com diferentes cores, sons e contrastes como guia balizadores por todo o parque;

4.2 PROGRAMA DE NECESSIDADES

Após as visitas in loco com a realização da vivência, o passeio acompanhado e a aplicação dos questionários. Foi possível aprofundar e finalizar o programa de necessidades. A partir das respostas do questionário e do formulário online foi possível propor um programa que atenda às necessidades e vontades apontadas pela maioria para se ter lazer em Dormentes. Diante disso, foi relacionado as atividades do programa de necessidade com as percepções através dos sentidos e os estímulos que cada atividade requer.

O estudo dos seis sentidos (propriocepção, vestibular, tocar, cheirar, som e vista) relacionado ao programa de necessidades teve como referência a empresa Inclusive Play³² que desenvolve playgrounds inclusivos e que divide seu catalogo com base nas habilidades, facilitando o entendimento de cada brinquedo de acordo com o estímulo através dos receptores sensoriais. Na Figura 77 é possível visualizar cada um dos seis sentidos.

Figura 77: Seis sentidos



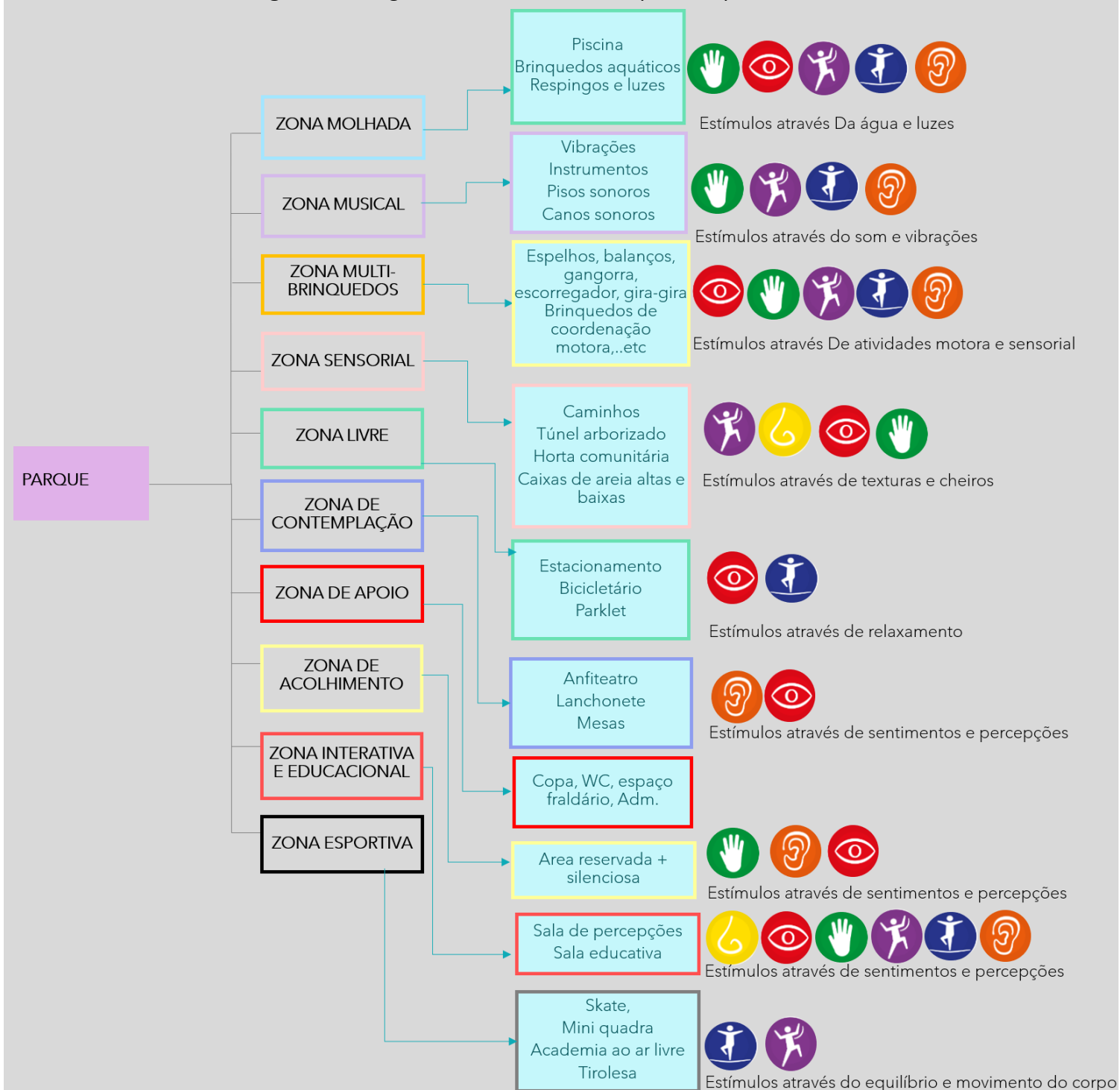
Fonte: Site Inclusive Play (2022).

³² Disponível em: <https://inclusiveplay.com/our-design/>. Acesso em 07 de agosto de 2022.



Após as análises das referências de projeto, foi possível elaborar um programa de necessidades básico (Figura 78) por zonas de setorização, partindo da referência do Magical Bridge Playground. Dessa forma, buscou-se diversificar o público, bem como as atividades propostas para um parque público inclusivo que atenda todas faixas etárias. Assim, visou-se possibilitar experiências das quais possam estimular os sentidos através de sons, texturas, movimento e percepção.

Figura 78: Programa de necessidades separados por zonas

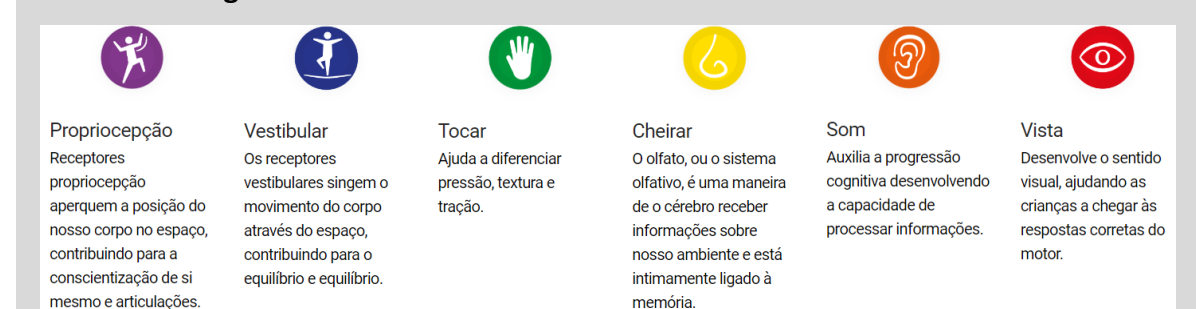


Fonte: Elaborado pela autora (2022).



O programa está dividido em dez zonas setorizadas de acordo as atividades: zona molhada; zona musical; zona multi-brinquedos; zona sensorial; zona livre; zona de contemplação; zona de apoio; zona de acolhimento; zona interativa/educacional; e zona esportiva. Em cada atividade é possível desenvolver e estimular diversos sentidos. Dessa forma para melhor compreensão dos estímulos e sentidos correlacionados, na Figura 79 é possível entender a classificação de acordo com o site Inclusive Play.

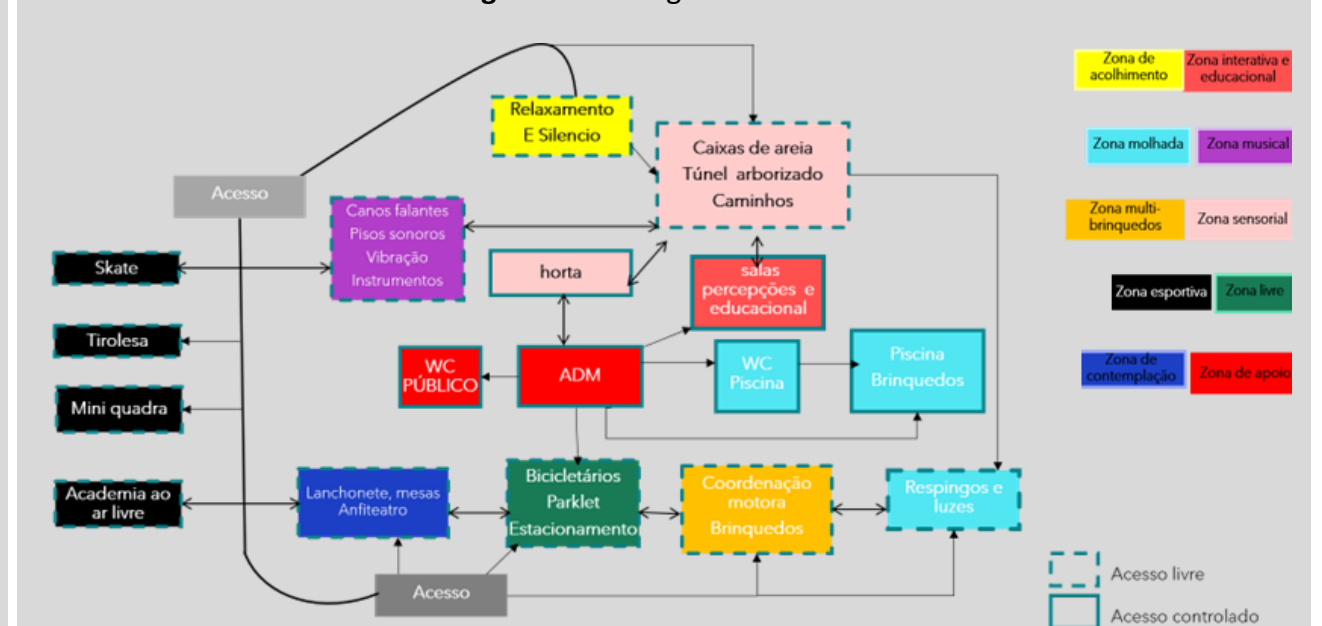
Figura 79: Seis sentidos classificados de acordo com estímulos



Fonte: Site Inclusive Play (2022).

Um estudo de fluxograma foi proposto com base nas zonas de atividades do programa de necessidades básico e nas diretrizes projetuais. Por se tratar de um parque com atividades diversas, o acesso a alguns espaços necessitam de um maior controle para o melhor funcionamento e segurança (Figura 80).

Figura 80: Fluxograma



Fonte: Elaborado pela autora (2022).



4.3 APLICAÇÃO DAS DIRETRIZES PROJETUAIS, UM ESTUDO PRELIMINAR NA CIDADE DE DORMENTES-PE

O estudo preliminar foi desenvolvido com o intuito de exemplificar a aplicação das diretrizes projetuais e comprovar que é possível criar espaços de lazer que favoreçam o desenvolvimento de atividades lúdicas, esportivas, sensoriais e cognitivas para adultos e crianças com ou sem deficiência. Para esse estudo foi escolhido um terreno público na cidade de Dormentes, que não possui espaços públicos de lazer adequados às pessoas com deficiência.

A escolha do terreno foi realizada a partir de alguns critérios: o terreno precisava ser bem localizado; apresentar uma área considerável; possuir infraestrutura mínima; não ter áreas de lazer na proximidade; estar localizado numa área com predominância residencial. Ademais, conforme justificado no primeiro capítulo deste trabalho, no tópico de espaços públicos, a escala de abrangência do município de Dormentes adequa-se à uma proposta de parque urbano, no qual deverá atender toda a cidade.

Diante desses pontos o terreno que mais se adequou a essas necessidades foi o terreno que está localizado no bairro Francisco Coelho de Macedo (Figura 81).

Figura 81: Mapa de localização do terreno escolhido



Fonte: Adaptado pela autora, sem escala. Prefeitura de Dormentes (2022).



O terreno escolhido pertence à prefeitura, e é utilizado apenas como área de estacionamento para alguns transportes escolares ou para material de construção. Além disso, dentro do terreno foi feito um caminho onde as pessoas utilizam como atalho para passagem (Figura 82).

Figura 82: Fotos da área de intervenção

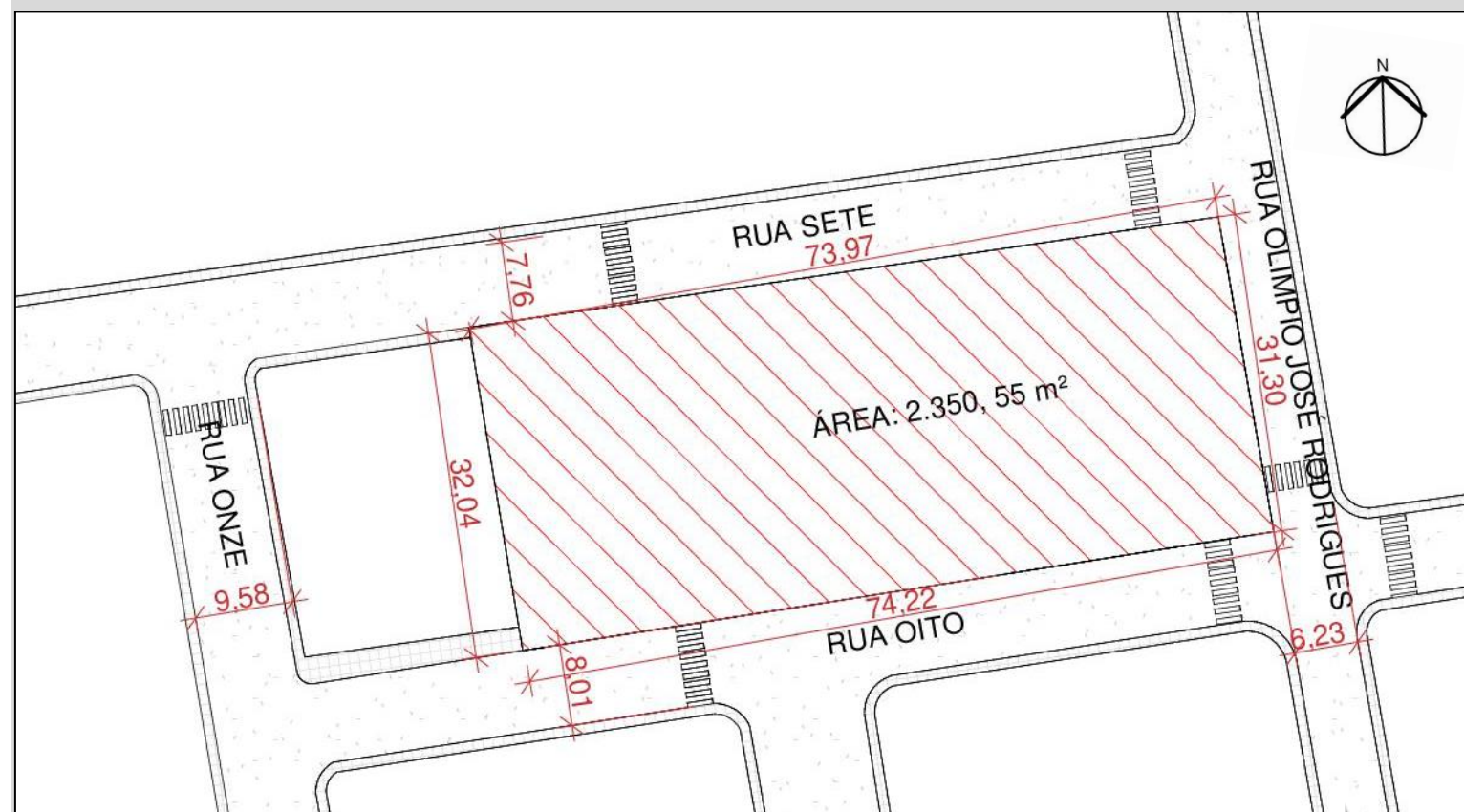


Fonte: Fotos tirada pela autora. (2022)



O terreno de estudo possui área de 2.350,55 m², está localizado entre as ruas Sete, Oito, Onze e a rua Olímpio José Rodrigues (Figura 83).

Figura 83: Planta de situação

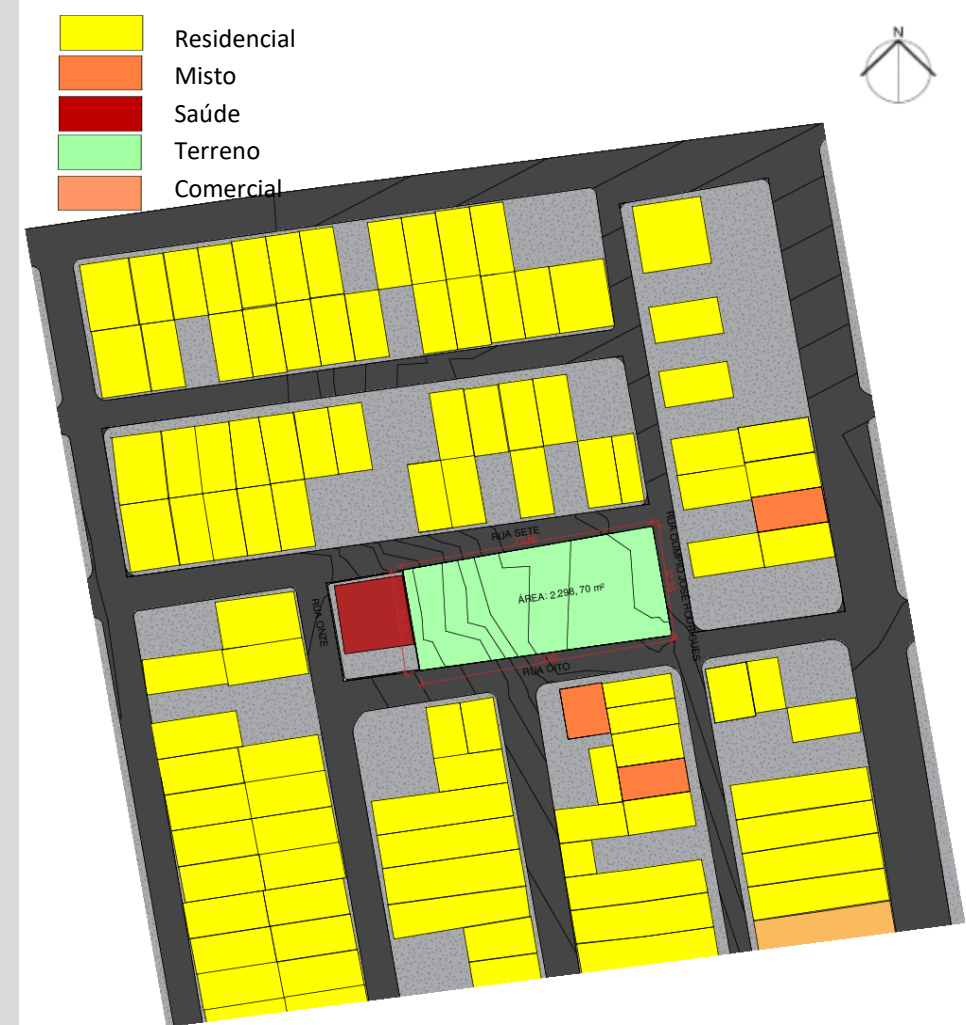


Fonte: Elaborado pela autora. Escala 1/1000 (2022).

No entorno da área de estudo, há predominância de edificações residenciais (Figura 84). Além disso, há um posto de saúde vizinho ao terreno, lotes de uso misto e outros de comércio. As vias mais próximas são vias locais e não pavimentadas (Figura 82). Na figura citada é possível perceber a existência de arbustos. O gabarito de altura do entorno é de dois pavimentos. Devido ao fato de o terreno apresentar um desnível que acompanha o nível da rua, a partir do recorte tridimensional (Figura 85) é possível visualizar a topografia com as cotas de nível de acordo com o entorno próximo.

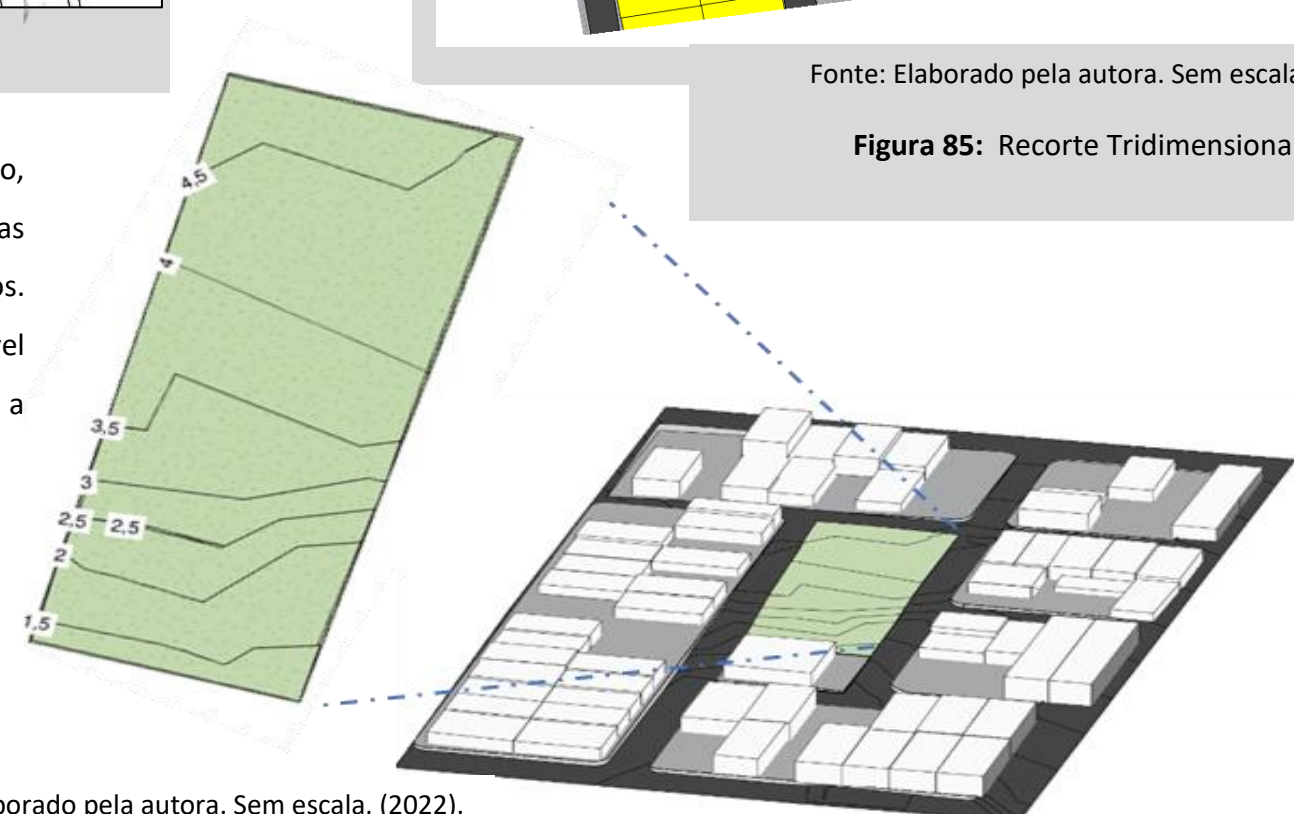


Figura 84: Mapa de usos do entorno próximo



Fonte: Elaborado pela autora. Sem escala (2022).

Figura 85: Recorte Tridimensional

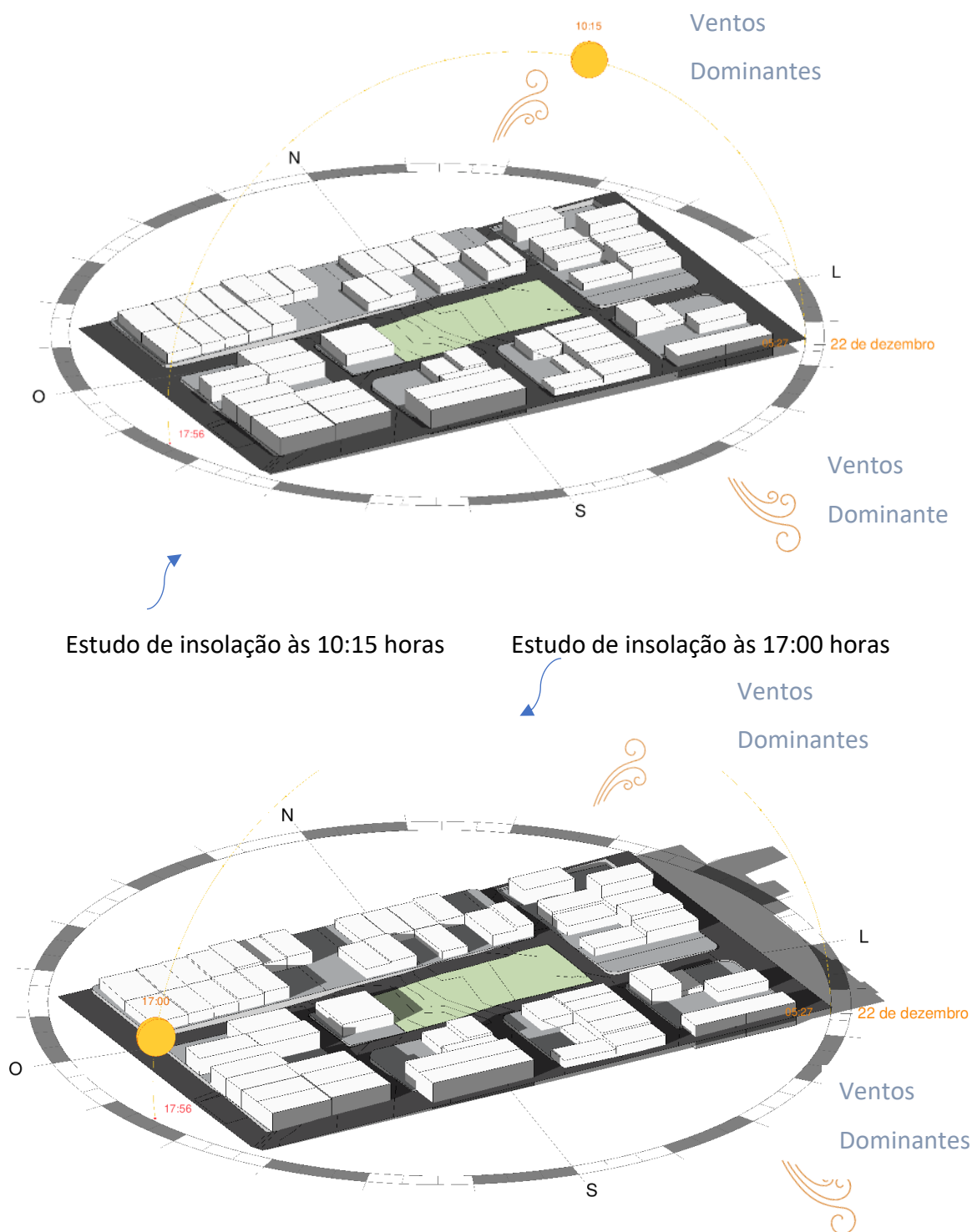


Fonte: Elaborado pela autora. Sem escala, (2022).



Foi realizado o estudo de insolação e ventilação (Figura 86), de forma que este auxiliou na setorização do programa de necessidades, permitindo aproveitar o máximo conforto térmico, ventilação e iluminação natural para a proposta desse trabalho.

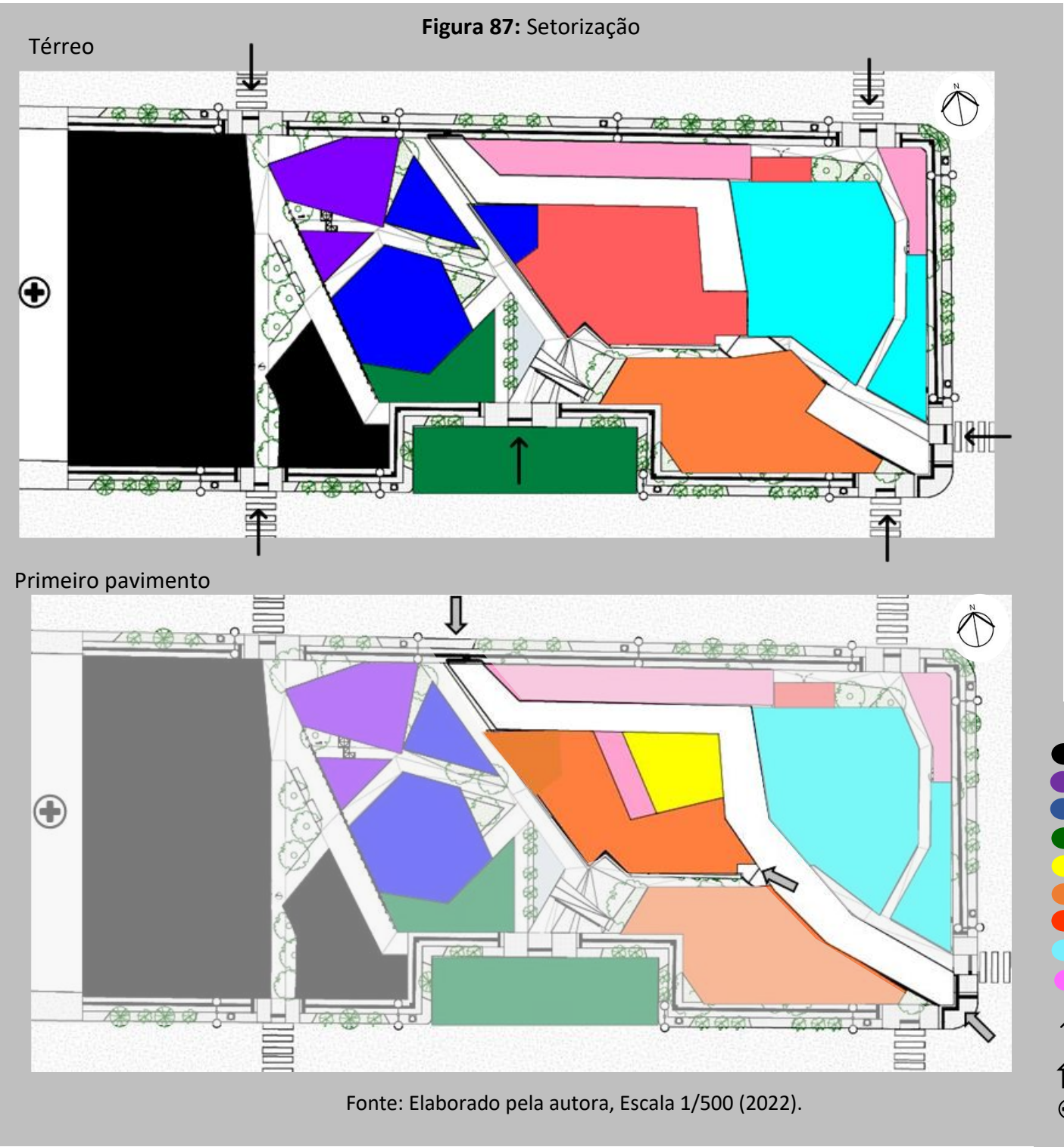
Figura 86: Estudo de insolação às 10:15 horas e às 17:00 do dia 22 de dezembro



Fonte: Elaborado pela autora, sem escala. (2022)



Após o estudo de insolação foi possível setorizar a zona da piscina para que não tenha barreiras projetando sombras. Assim, o estudo de setorização (Figura 87), foi de extrema importância para criar uma área de transição entre as zonas, bem como criar uma relação com o entorno, principalmente relacionada ao posto de saúde, de forma que os usos destinados mais próximos devem ser mais utilizados no horário de não funcionamento do posto. Além disso, a academia ao ar livre ficou próxima do posto de saúde, criando uma conexão, e por isso o acesso principal foi localizado centralizado na fachada de acesso do posto.



Além disso, devido ao acesso existente no terreno em forma de caminho foi possível setorizar cada zona partindo da passarela criada representando esse “caminho” na proposta. Diante do estudo da setorização e com base no pré-dimensionamento (Quadro 14) foi necessário utilizar do desnível existente do terreno para atender todo o programa de necessidade previsto. Ademais a localização de cada zona se deu pela localização da passarela e da edificação, priorizando a distância entre o estacionamento e banheiros para que de qualquer parte do parque não ultrapasse os 50 metros exigidos pela NBR 9050 para ter acesso a eles.

Diante disso, optou-se pela setorização de acordo com a proximidade das atividades de cada zona, assim a zona esportiva ficou ao lado do posto de saúde, próximo a zona livre e de contemplação, de forma que uma zona possa servir como

Quadro 14: Quadro de áreas do programa de necessidades e Pré-dimensionamento		
Zona	Equipamento	Area total
Zona molhada	Piscina	80,00
	Area circulação	55,00
	Brinquedos	40,00
	Respingos e luzes	40,00
		=215,00
Zona musical	Vibrações	13,53
	Instrumentos	41,30
	Pisos sonoros e Canos sonoros	13,60
		=68,43
Zona multi-brinquedos	Brinquedos de, coordenação motora, Brinquedos como balanços, escorregadores..	101,00
		159,00
		= 260,00
Zona sensorial	Túnel arborizado e pisos	28,90
	Horta comunitária	61,00
	Caixas de areia altas e baixas	20,00
		=109,90
Zona livre	Estacionamento	107,00
	Bicicletário	12,58
	Parklet	29,00
		= 148,58
Zona de contemplação	Anfiteatro	93,58
	espaços de mesas	25,50
	Quiosque	15,76
		=134,84
Zona de apoio	Copa,	7,64
	Wcs pcd	6,00
	Wcs	4,00
	Fraldario-infantil	3,28
	Adm	9,84
	Circulação interna	21,30
	Recepção	16,00
	Circulação banheiros	7,38
	Vestiários fem e mascu	21,08
	Vestário pcd	6,92
	Deposito	3,40
	Casa de lixo	5,89
	Casa de bombas	1,66
	Circulação vestiários	25,00
		=139,36
Zona de acolhimento	Area reservada + silenciosa	42,00
Zona interativa e educacional	Sala de percepções	28,95
	Sala educativa	22,21
		= 51,16
Zona esportiva	Skate	130,00
	Academia ao ar	73,50
	Tirolesa	127,55
	Mini quadra	172,15
		= 503,20
Caminhos		287,56
Paisagismo		143,00
Passarela		157,93
Passeio		247,40
TOTAL: 2.508, 48 M²		

Fonte: Elaborado pela autora, (2022).



apoio a outra, assim como a zona musical que ficou próxima ao anfiteatro devido a relação mais artística do parque. Na outra parte do parque ficaram as zonas que necessitam de um sistema de abastecimento de água, isso devido a facilidade de manutenção, assim a zona molhada e a zona sensorial ficaram mais próximas, enquanto que a zona de multi-brinquedos foi dividida de acordo com o uso dos brinquedos, ficando a parte de mais movimento no térreo enquanto que os brinquedos de coordenação motora no primeiro pavimento, próximo a zona de acolhimento por se tratar de uma zona mais silenciosa, com isso, a passarela possibilita uma vista de contemplação e permite acesso ao primeiro pavimento. Ademais essa mesma rampa dá acesso aos escorregadores.

4.4 CONCEITO DO PARQUE INCLUSIVO

O conceito adotado no estudo preliminar foi **Diversidade**, tanto de usuários quanto de atividades. Dessa forma o parque inclusivo foi pensado para todas faixas etárias, para pessoas com e sem deficiência, que seja atrativo, mas que além disso promova experiências e desperte a empatia das pessoas. Além das atividades esportivas, recreativas e culturais do parque, foi proposto uma edificação na qual conta com salas para atividades educativas e de percepção, com o auxílio de equipamentos tecnológicos que permitam ao usuário vivenciar experiências diversas.

A proposta desse estudo preliminar deve favorecer passeios de grupos escolares, haja visto que não existem espaços de lazer nas escolas da cidade, dessa forma esses grupos poderão experimentar atividades sensoriais cognitivas e motora promovidas em cada zona no parque. Outro grupo que pode ser atendido é o grupo de pessoas que precisam fazer fisioterapia, para tanto, a piscina pode ser usada tanto como lazer, quanto para hidroterapias.

O parque público está dividido em dez zonas de atividades, embora seja público alguns espaços, necessitam de controle para o funcionamento. Os espaços com acesso controlado são: a recepção, administração, banheiros, copa, sala educativa, sala de percepções, piscina, brinquedos aquáticos, vestiários, horta comunitária, depósito, casa de lixo e de bombas.

O estacionamento não foi prioridade no estudo preliminar, sendo destinado apenas seis vagas, quatro delas prioritárias para idosos, pessoas com mobilidade reduzida e com



deficiência.

Diante disso, a implantação do parque foi pensada de forma que o acesso principal ficasse centralizado, assim como os banheiros. Além disso, partindo do acesso principal para os demais caminhos, abaixo está representada a planta de implantação do estudo preliminar (Figura 88).



Figura 88: Planta de implantação





O acesso principal (Figura 89), acontece partindo do estacionamento, o qual está centralizado para que de qualquer ponto do parque até os banheiros e o estacionamento não ultrapassem os cinquenta metros, que é a distância estabelecida pela NBR 9050. Assim, logo em frente ao estacionamento está o pórtico de entrada e ao lado está localizado o mapa tátil, o qual foi adotado para orientar as pessoas com deficiência visual durante todo o percurso dentro do parque.

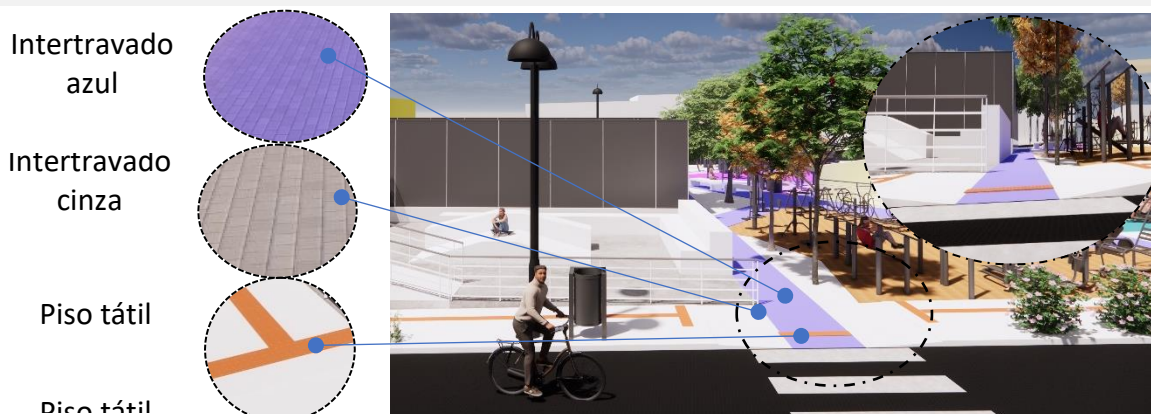
Figura 89: Acesso principal do parque



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O piso tátil foi colocado como guia de orientação na faixa livre do passeio, guiando até as rampas de acesso (Figura 90). A partir delas tirou-se partido de outros dispositivos táteis e visuais para contribuir com a orientação das pessoas com deficiência visual, através de mudanças de pisos e com texturas diferentes de acordo com a função de cada espaço. Assim como no referencial Magical Bridge Playground, utilizou-se da cor azul em todo o percurso do caminho interno, bem como utilizou-se um único modelo de rampa para facilitar a orientação atendendo ao 4º princípio do desenho universal.

Figura 90: Rampa de acesso com tipos de pisos e piso tátil



Fonte: Elaborado pela autora (2022).



Embora o terreno tenha um desnível relativo alguns pontos foram aproveitados criando-se patamares e outros foram aterrados, com isso a parte da edificação está no mesmo nível da área da piscina (Figura 91). Mesmo com o primeiro pavimento o parque não fugiu do gabarito de altura do entorno. Com a passarela foi possível permanecer com a ideia do caminho já utilizado pela população, proporcionando uma maior visibilidade e um espaço de contemplação.

Assim, com base na aplicação das diretrizes projetuais, foi possível criar um parque com caminhos acessíveis e suaves a fim de que seja necessário o mínimo esforço físico nos deslocamentos. Dessa forma, tanto a calçada que contorna o parque e segue o desnível da rua (Figura 92) quanto os caminhos de acesso dentro do parque tem inclinações mínimas conforme a NBR 9050, assim atendendo também ao 6º princípio do desenho universal.

125

Figura 91: Relação do parque com o entorno



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Figura 92: Desnível representado na proposta

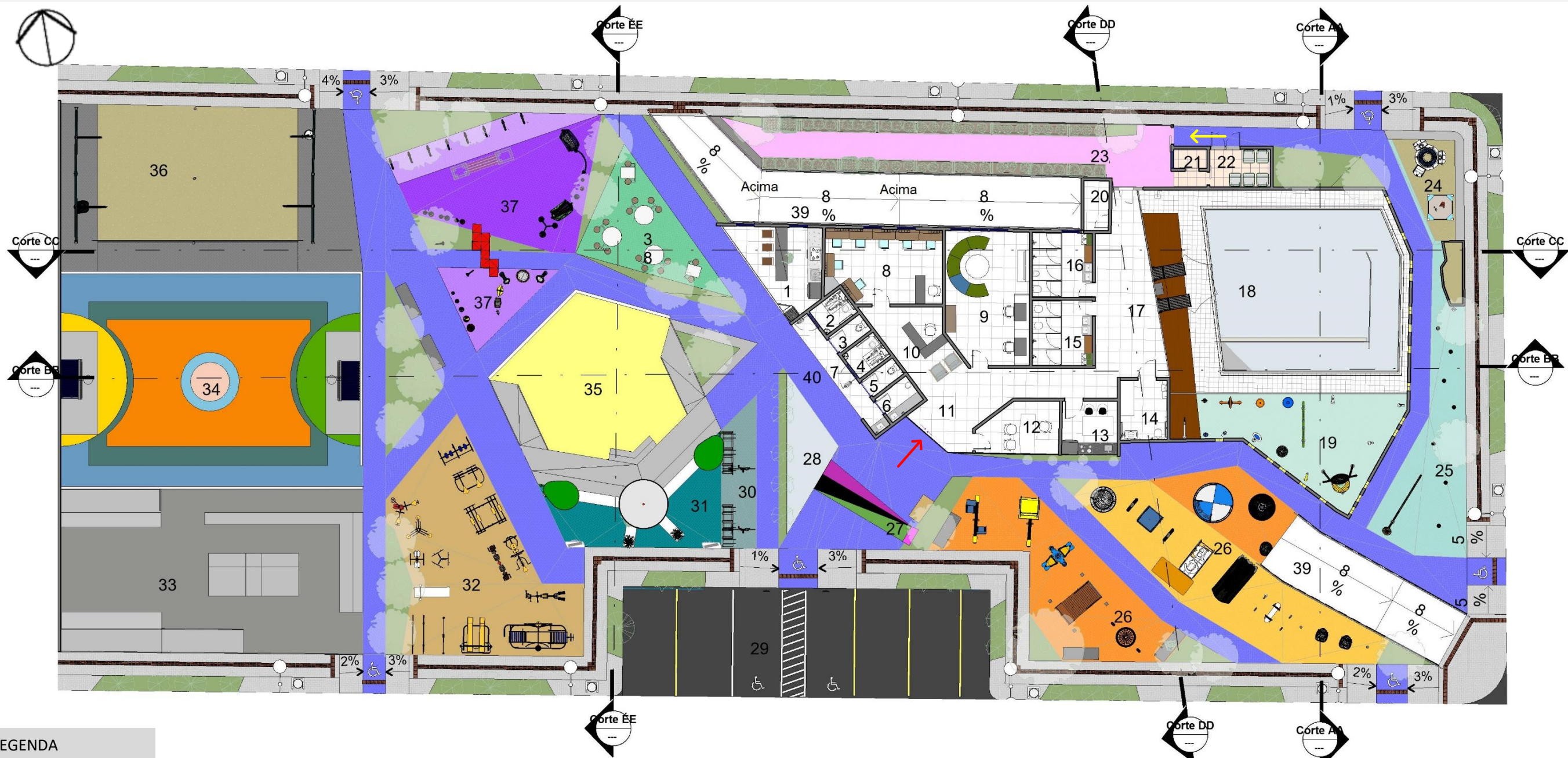


Fonte: Elaborado pela autora (2022).



Com base no pré-dimensionamento foi realizado no estudo preliminar a locação e layout dos ambientes que fazem parte do parque, assim nas Figuras 93 e 94 estão representadas as plantas baixas esquemáticas do pavimento térreo e do primeiro pavimento respectivamente. A edificação possui dois acessos, o principal e o secundário para acesso de acordo com o controle pretendido.

Figura 93: Planta baixa pavimento térreo



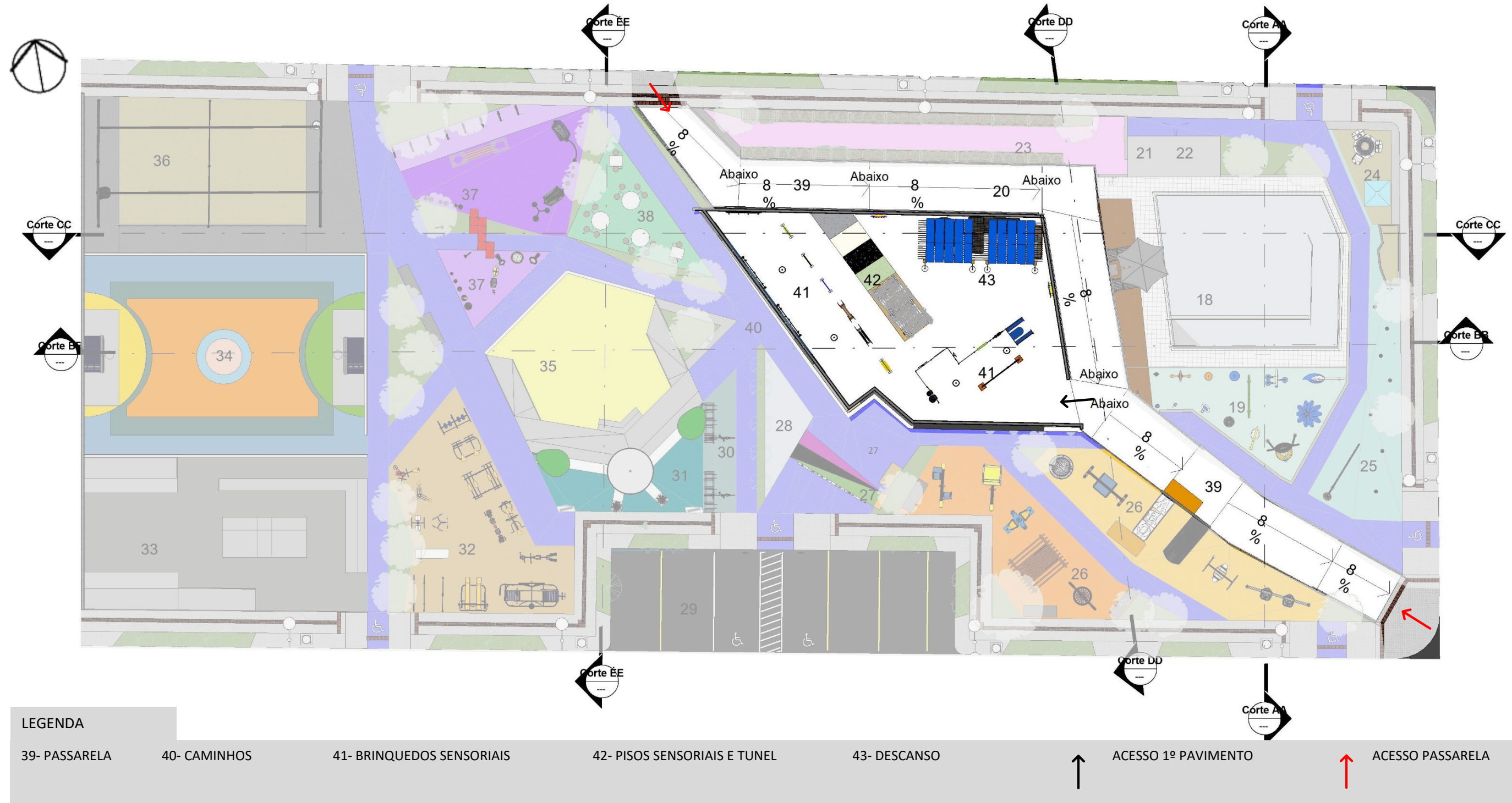
LEGENDA

1- LANCHONETE	7- CIRCULAÇÃO BANHEIROS	13- COPA	19- BRINQUEDOS AQUATICOS	25- RESPINGOS	31- PARKLET	37- EQUIP. MUSICAIS
2- WC PCD MASC.	8- SALA EDUCATIVA	14- VESTIARIO PCD	20- DEPOSITO	26-BRINQUEDOS	32- ACADEMIA	38- MESAS
3- WC MASC.	9-SALA DE PERCEPÇÕES	15- VESTIARIO FEM.	21- CASA DE BOMBA	27-PORTICO E MAPA TATIL	33- PISTA DE SKATE	39- PASSARELA
4- WC PCD FEM.	10-RECEPÇÃO	16- VESTIARIO MASC.	22- CASA DE LIXO	28-ESPELHO D'AGUA	34- MINI QUADRA	40- CAMINHOS
5- WC FEM.	11-CIRCULAÇÃO INTERNA	17- CIRCULAÇÃO VESTIARIOS	23- HORTA COMUNITARIA	29- ESTACIONAMENTO	35- ANFITEATRO	
6- FRALDÁRIO/INFANTIL	12- ADMINISTRAÇÃO	18- PISCINA. DECK E AREA DE CIRC.	24- CAIXAS DE AREIA	30-BICICLETARIO	36- TIROLESA	

Fonte: Elaborado pela autora, escala 1/200 (2022).



Figura 94: Planta baixa primeiro pavimento



Fonte: Elaborado pela autora, escala 1/200 (2022).

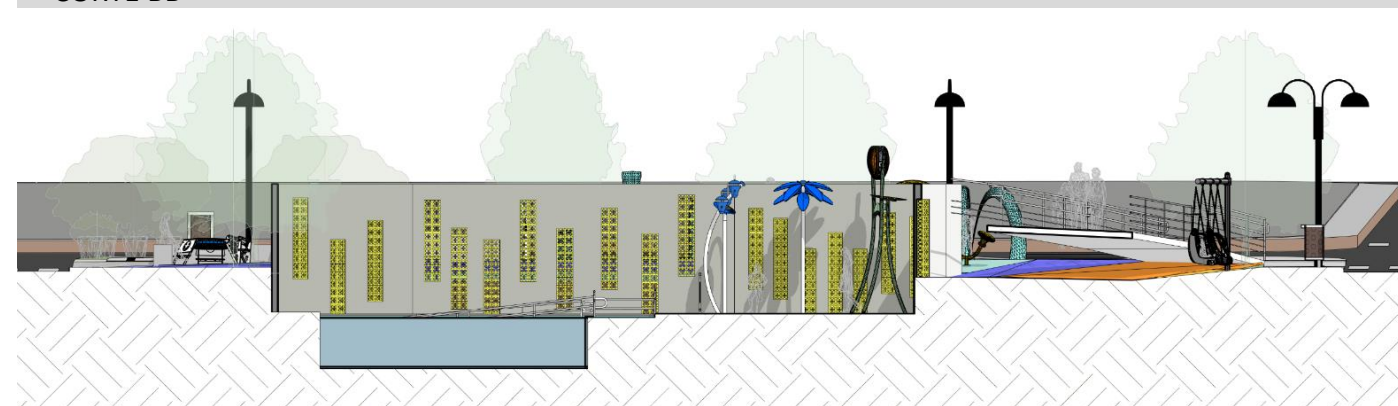
Ademais, abaixo estão representados os cortes esquemáticos (Figura 95), para melhor entendimento da proposta e em seguida estão representadas as elevações, (Figura 96).



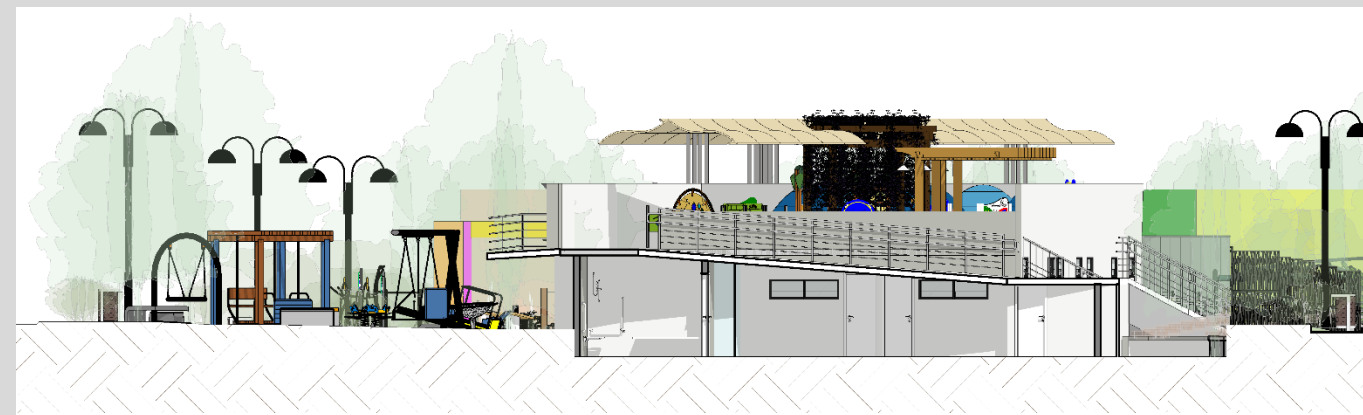
Figura 95: Cortes esquemáticos: BB -AA- DD- CC - EE



CORTE BB



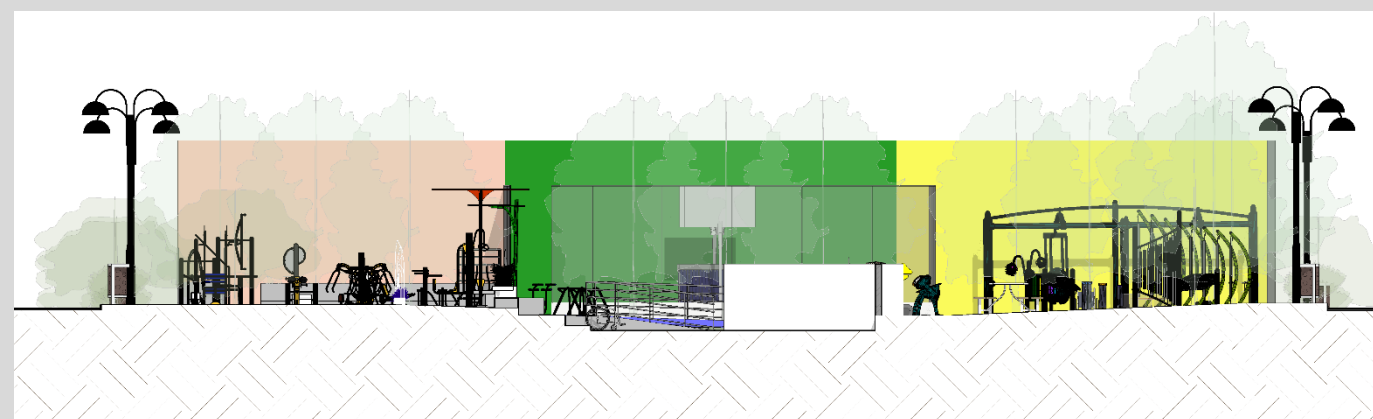
CORTE AA



CORTE DD



CORTE CC



CORTE EE

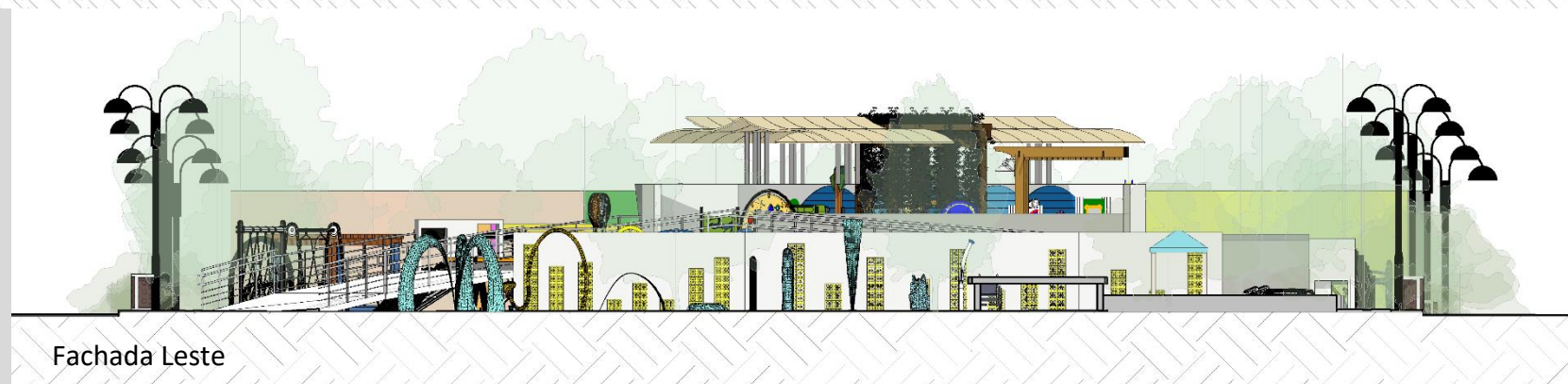
Fonte: Elaborado pela autora, escala 1/200 (2022).



Figura 96: Fachadas: Norte, Leste, Sul e Oeste



Fachada Norte



Fachada Leste



Fachada Sul



Fachada Oeste

Fonte: Elaborado pela autora, escala 1/200 (2022).



Após visualizar as plantas baixas, cortes e fachadas é possível perceber os desníveis mencionados anteriormente. Diante disso, a seguir são apresentadas as diretrizes projetuais apontadas em cada zona através das soluções adotadas.

Na zona esportiva que ficou a oeste do parque, na parte mais baixa do terreno optou-se por aterrar para não criar vários desníveis e assim facilitar o uso e deslocamentos. Na pista de skate (Figura 97), utilizou-se de um formato livre de forma que possa ser utilizado por praticantes de skate, patinetes e patins. Com isso, foram criados mini rampas com inclinações suaves possibilitando o uso para todos. Além disso foi projetada uma pequena arquibancada que poderá ser utilizada por quem desejar assistir os jogos da mini quadra também.

Figura 97: Pista de Skate

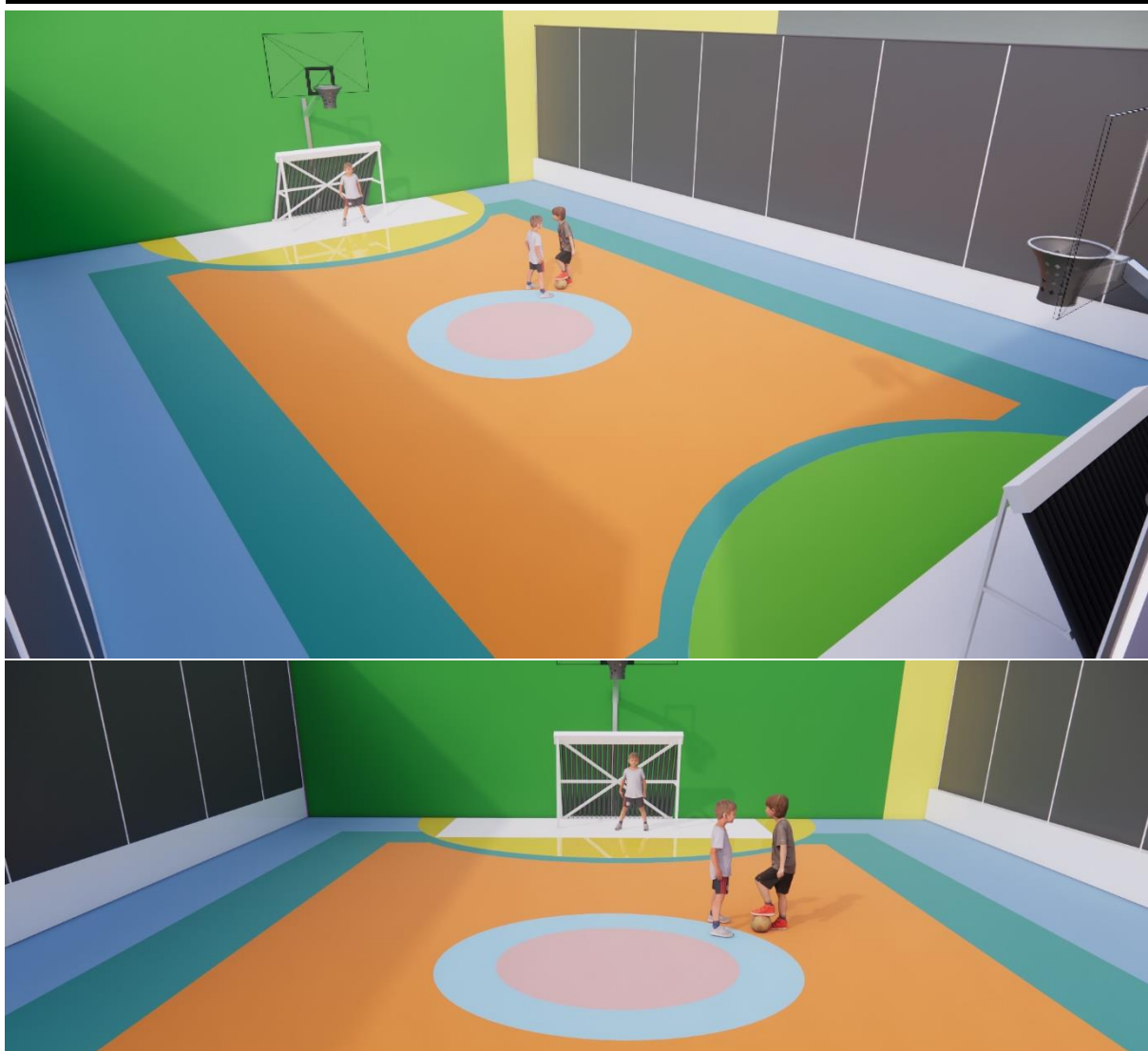


Fonte: Elaborado pela autora, (2022).



Para diversificar o uso do parque, e como foi sugerido pelos participantes dos questionários optou-se por criar uma mini quadra (Figura 98), pois assim atende os diversos públicos sem ocupar tanta área e ainda possibilita diferentes atividades. A mini quadra pode ser utilizada para futebol, basquete e entre outros, de forma flexível. Embora não possa ser utilizada com grandes times, a intenção desse espaço é proporcionar a mesma experiência para todos.

Figura 98: Mini quadra de esportes



Fonte: Elaborado pela autora, (2022).

Uma outra atividade da zona esportiva é a tirolesa (Figura 99). Nesse espaço foi criado um nível diferente dos anteriores para dar mais adrenalina na diversão. Para isso projetou-se uma rampa de acesso. A descida acontece de frente a paisagem das árvores, nesse equipamento foram destinados dois tipos diferentes de assentos para atender a todos.



Embora não seja possível o uso de forma totalmente autônoma por pessoas com deficiência, foi previsto um espaço para que o acompanhante possa ajudar a realizar as transferências de forma segura e sem muito esforço, além de ter um espaço previsto para deixar a cadeira de rodas, enquanto a pessoa se diverte.

Figura 99:Tirolesa



132



Fonte: Elaborado pela autora, (2022).

O último espaço da zona esportiva é a academia ao ar livre (Figura 100), que ficou localizada próximo ao parklet e a pista de skate, dessa forma possibilitando que os bancos do parklet sejam utilizados como apoio. Nesse espaço optou-se por diversos equipamentos que possam atender a diversidade de atividades para várias partes do corpo. Ao locar os equipamentos priorizou-se a proximidade para que nenhum equipamento ficasse isolado.

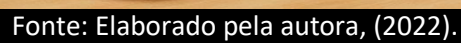
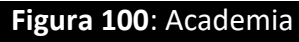
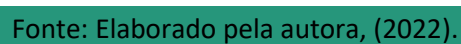


Figura 101: Estacionamento, Parklet e Bicicletário





Na proposta do parklet foram utilizados mobiliários que acompanham a inclinação do terreno, permitindo assim diferentes alturas do banco. Utilizou-se também de sombreiros fazendo a cobertura permitindo um espaço mais agradável, além de plantas nos cantos dos bancos. Destaca-se que a disposição do mobiliário possibilita o acesso de PCR. Este espaço atende ao 3º princípio do desenho universal, a partir do momento que prevê expectativas de fluxos entre equipamentos de uma zona para a outra. Ademais, o bicicletário foi disposto ao lado do parklet que é um espaço de convivência e descanso, (Figura 102).

Figura 102: Parklet e bicicletário



Fonte: Elaborado pela autora, (2022).

Uma outra zona é a de contemplação, essa é composta pelo anfiteatro, lanchonete e espaço de mesas que pode ser utilizado pela lanchonete quanto para jogos, piquenique e entre outros. As mesas utilizadas são fixas, mas permitem a aproximação para PCR. A lanchonete é um espaço pensado para atrair o público em diversos horários, já que existem



poucos comércios no entorno (Figura 103). A lanchonete é um espaço pequeno para lanches rápidos, está localizada na parte interna da edificação, ao lado dos banheiros, porém ambos possuem acesso externo.

Figura 103: Mesas e lanchonete



Fonte: Elaborado pela autora, (2022).

O anfiteatro foi disposto atrás do parklet para que, quando necessário, um sirva de complemento ao outro. Para isso, o anfiteatro ficou em um nível abaixo dos demais, e possui duas rampas de acesso, (Figura 104). O anfiteatro foi pensado para eventos culturais entre outros.



Figura 104: Anfiteatro



Fonte: Elaborado pela autora, (2022).

A próxima zona é a zona musical, onde tem diversos equipamentos sonoros como: instrumentos, pisos sonoros, canos falantes e instrumentos de vibração. Este espaço desperta os sentidos através do toque, dessa forma os instrumentos emitem vibrações que remetem a notas musicais. Já os canos falantes, é possível emitir som de um lado e escutar do outro. Ademais os pisos sonoros são placas no chão que ao serem pisados emitem sons. Além de lúdicos, são equipamentos sensoriais que estimulam o desenvolvimento.

Os equipamentos foram dispostos de acordo com os tamanhos, os quais oferecem instrumentos em alturas e formatos diferentes, para atender a uma diversidade de pessoas. Próximos aos instrumentos foram dispostos bancos para servir de apoio aos acompanhantes. Além disso, destaca-se a importância da arborização como barreira acústica para absorver um pouco dos sons emitidos. Ressalta-se que na Figura 105, as árvores não foram todas representadas para possibilitar a visualização dos instrumentos bem como a sua disposição.



Figura 105: Instrumentos musicais



Fonte: Elaborado pela autora, (2022).



A zona de apoio que tem os ambientes necessários para funcionamento, controle de acesso e manutenção, como a administração, recepção, copa, banheiros, vestiários e entre outros. Os banheiros (Figura 106), tem acesso externo, mas esse acesso é controlado conforme o funcionamento do parque. Assim como a horta comunitária que embora seja aberta a comunidade, também tem o controle para manutenção e segurança, esse também é o caso da piscina e dos brinquedos aquáticos, que necessitam de manutenção da casa de bombas, por isso destaca-se a necessidade da proximidade dos ambientes que utilizam água, bem como o sistema de reaproveitamento.

Figura 106: Acesso aos banheiros



Fonte: Elaborado pela autora, (2022).

Na mesma edificação (Figura 107), foram locados também a zona interativa e educacional, a qual disponibilizam salas para aulas, além de proporcionar experiências de percepção através de equipamentos tecnológicos. Essas salas devem ser utilizadas para a transmissão dos conhecimentos sobre a inclusão das pessoas com deficiência por exemplo.

Figura 107: Acesso principal a edificação



Fonte: Elaborado pela autora, (2022).



A zona Multi-brinquedos é composta pelos balanços, gira- gira, escorregadores, skate e gangorras. Nesta zona buscou-se proporcionar por exemplo, diversos tipos de balanço, há balanços de caçamba, balanços de disco e balanços tradicionais, estes, no entanto de acordo com o desenho universal, que poderão ser utilizados por pessoas com deficiência e crianças menores. Assim como múltiplos níveis de desafio dentro da atividade, e com isso atendendo a vários princípios do desenho universal.

Os equipamentos como gangorra possuem assentos com cinto de segurança para acomodar desde crianças menores até as maiores. Bem como a gangorra com acesso a PCR para que não necessite fazer transferência, e permitir que todos possam brincar juntos (Figura 108).

139

Figura 108: Gangorras



Fonte: Elaborado pela autora, (2022).



Para os balanços para PCR foram pensados dois tipos, um que a pessoa em cadeira de rodas possa brincar sozinha, no qual ela tenha autonomia para brincar, e um outro balanço para que possa brincar em conjunto. Além disso, os demais balanços oscilantes como os discos e o balanço com a cadeira tipo astronauta, com base no desenho universal. (Figura 109).

Figura 109: Balanços





Outros brinquedos dessa zona são: gira- gira, escorregadores e skate (Figura 110). O

Figura 110: Gira-gira, escorregadores e skate



Fonte: Elaborado pela autora, (2022).

gira-gira ou carrossel como também é conhecido foi pensado para que possa possibilitar o acesso a PCR, mas que também tenha assento para crianças menores, enquanto as outros podem brincar em pé.

Para proporcionar o uso dos escorregadores para todos, utilizou-se da passarela para dar acesso a eles, dessa forma sendo ofertados dois tipos, um mais usual, só que mais largo, (podendo ser usado por pais com crianças pequenas) e o outro com uma área de transição para PCR. Assim, tanto na subida quanto na descida tem esse espaço para que se faça a transferência, além de ser um espaço de espera para o retorno da cadeira de rodas.

Além desses, tem o skate, pensado principalmente para estimular o equilíbrio. Esses brinquedos poderão ser utilizados por quaisquer pessoas com ou sem comprometimentos físicos.



Essa zona conta ainda com os brinquedos de coordenação motora que são brinquedos de atividades sensoriais e cognitivas. Os brinquedos de coordenação motora estão localizados no primeiro pavimento, enquanto os outros brinquedos com movimento estão no térreo.

Como no referencial do Alapato, os brinquedos são com painéis interativos, com engrenagens e texturas diferentes, com pictogramas, ábacos, espelhos distorçor, bem como painel de pintura, painel de jogo da memória, entre outros (Figura 111).

Figura 111: Painéis interativos



Fonte: Elaborado pela autora, (2022).



Outra zona do parque é a zona de acolhimento que é uma zona mais silenciosa e mais reservada, esse espaço foi pensado para aquelas pessoas que não gostem tanto de barulhos como por exemplo as pessoas autistas (TEA), que em sua maioria são sensíveis a barulhos.

Diante disso, esse espaço foi locado no primeiro pavimento, próxima as atividades interativas, assim além de um local de descanso, para relaxar, pode-se realizar essas atividades. O espaço de relaxamento foi locado com sofá e estofados para possibilitar o conforto, e foi coberto com pergolado (Figura 112).

143

Figura 112: Zona de acolhimento



Fonte: Elaborado pela autora, (2022).

A zona sensorial compreende o túnel arborizado, o caminho com pisos sensoriais, a horta comunitária e as caixas de areia. Essa zona foi dividida em razão das questões de funcionalidades e para a manutenção desses espaços. Assim, no primeiro pavimento foi locado o túnel arborizado com os pisos sensoriais, com diferentes texturas: de pedras, areias, cascalhos entre outras. (Figura 113).

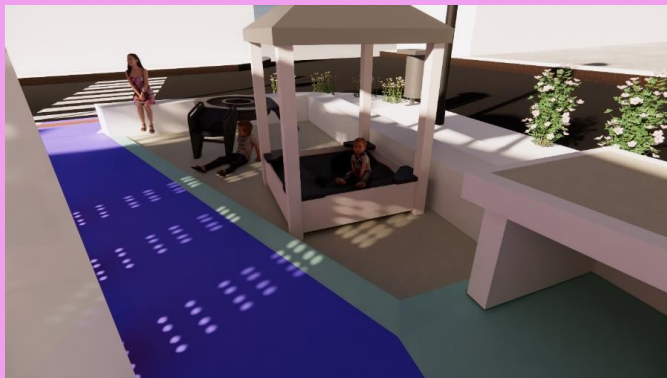


Figura 113: Túnel arborizados com caminho sensorial



Fonte: Elaborado pela autora, (2022).

Figura 114: Caixa de areia alta e baixa



Fonte: Elaborado pela autora, (2022).

No espaço das caixas de areia baixas e altas, foi destinado banco para acompanhantes. Esse espaço ficou próximo da zona molhada para favorecer brincadeiras com texturas. Além de ter equipamentos que permitam que crianças menores façam uso do espaço com o desenvolvimento da sensorialidade com areia. As caixas altas foram pensadas para as pessoas em cadeira de rodas, para quem prefere brincar em pé, como se fosse uma mesa, (Figura 114).

A horta (Figura 115), possui um acesso direto para a

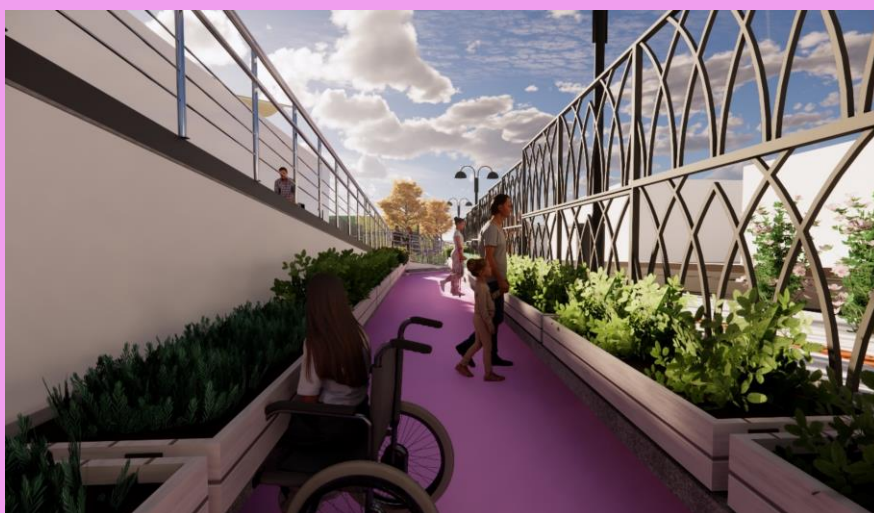
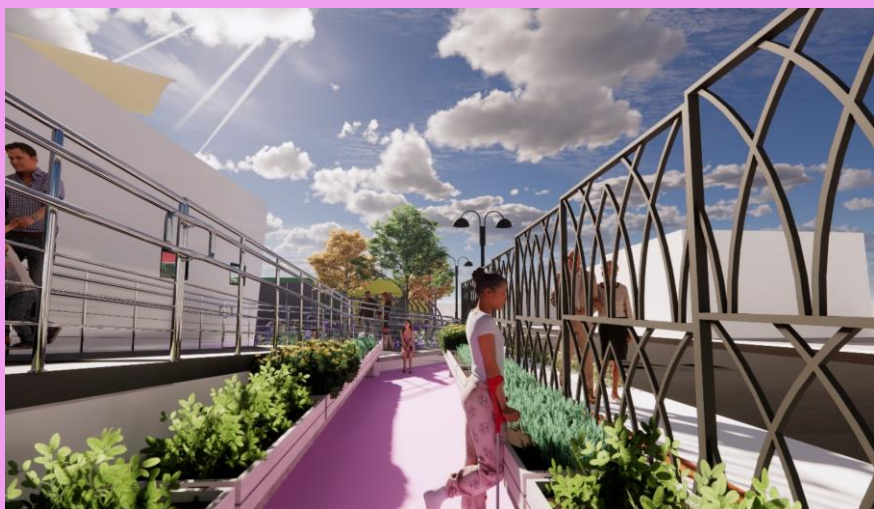
comunidade, para isso tem o acesso secundário que é controlado pela a administração do



parque, mas que durante o horário de funcionamento, pode ser acessado pela comunidade.

Além disso a horta estimula o tato, olfato e paladar, assim sendo uma atividade sensorial que pode ser devolvida por diversas faixas etárias. A localização da horta foi devido a fatores de

Figura 115: Horta comunitária



Fonte: Elaborado pela autora, (2022).

manutenção, ficando na fachada norte do parque, a qual optou-se por ter um fechamento para o controle, mas esse fechamento é permeável, assim trazendo visibilidade para o entorno. Ficando também ao lado da passarela.



A última zona é a zona molhada que é composta pela piscina, brinquedos aquáticos e a área de respingo. Esta zona também foi dividida de acordo com o controle de acesso, pois assim como a horta, há a necessidade de manutenção, ademais a piscina requer um controle para segurança. Além da questão dos níveis, pois toda área edificada está em um único nível, assim como a horta, para facilitar os deslocamentos entre os caminhos. Diante disso a área de respingos está em um espaço fora da parte edificada, por estar em um nível acima, juntamente com as caixas de areia. Mas estão próximos das áreas molhadas, para facilitar a manutenção e o sistema de reaproveitamento de água. O espaço de respingos (Figura 116), que são tipos de chafariz no piso, dos quais buscou-se deixar em uma área aberta e iluminada para ser utilizada em diversos horários, e por ser sensorial trazer essa dinâmica e maior diversidade ao parque inclusivo.

Figura 116: Área de respingos



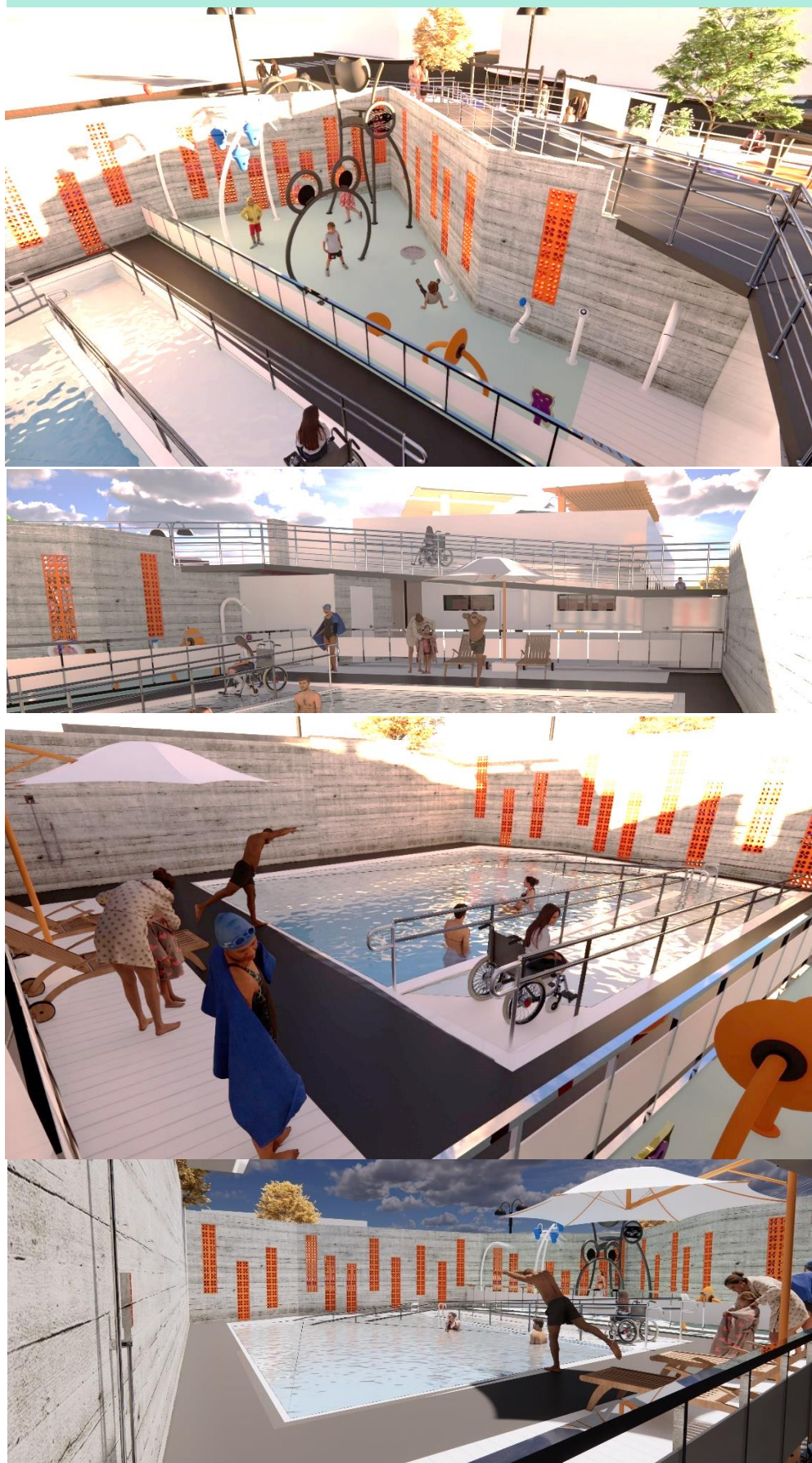
Fonte: Elaborado pela autora, (2022).

Os brinquedos aquáticos (Figura 117), foram locados ao lado da piscina, separados por um guarda-corpo com diversos brinquedos de alturas diferentes dos quais podem ter o acesso de diferentes faixas etárias. Além disso, pode ser usado por todos.

Na piscina (Figura 117), optou-se pela rampa com corrimão para possibilitar o acesso, além de barras de apoio por toda a piscina que pode ser utilizada para lazer, quanto para hidroterapia. Além disso, dispõe de deck com área de circulação e o chuveiro externo, estes separados por um guarda-corpo da área de circulação dos vestiários.



Figura 117: Brinquedos aquáticos e piscina





Como um caminho existente no terreno, optou-se por tirar partido e assim mantê-lo nesse estudo preliminar como passarela, além de ser o acesso ao primeiro pavimento é também o acesso aos escorregadores. Ademais proporciona um espaço de contemplação, possibilitando visibilidade de vários pontos do parque. Além disso, dispõe de três patamares durante o percurso da rampa, (Figura 118).

Figura 118: Passarela





5. CONSIDERAÇÕES FINAIS





5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foram apresentados o contexto histórico e a legislação dos temas relacionados a pessoa com deficiência, a acessibilidade, ao desenho universal, ao lazer e espaços públicos. Abordou-se a ausência de espaços públicos de lazer capazes de atender as pessoas com deficiência. Diante disso, nas condições atuais a necessidade de uma arquitetura que possibilite espaços de lazer para além de acessíveis, inclusivos.

Desta forma, o objetivo principal desse trabalho foi desenvolver diretrizes projetuais para um parque público de lazer inclusivo, alcançado por meio da metodologia desse trabalho, sucedido da experiência de vivência realizada em Dormentes-PE, além da aplicação das diretrizes num estudo preliminar de um parque público e do referencial teórico que embasaram este trabalho.

O objetivo de compreender a contextualização histórica, conceitos e legislação acerca de cada um dos temas relacionados foi alcançado através dos estudos e pesquisas de referencial teórico durante a revisão bibliográfica contribuindo com o embasamento das diretrizes projetuais.

O segundo objetivo específico, buscar referências de projeto de espaços públicos de lazer com a aplicação dos princípios do desenho universal, foi atingido através de estudo e pesquisas de referências de projeto contribuindo a partir das estratégias para a elaboração das diretrizes projetuais e na aplicação num estudo preliminar.

O terceiro objetivo específico, coletar dados das pessoas com deficiência foi atingido através das visitas in loco e com os dados disponibilizados contribuindo para aplicação dos questionários e para a realização do passeio acompanhado.

O quarto objetivo específico, entrevistar pessoas sem deficiência, foi atingido através dos gráficos gerados com os dados fornecidos pelos participantes dos formulários online contribuindo para compreensão da opinião pública da população da cidade que fomentaram o desenvolvimento das diretrizes projetuais.

O quinto e último objetivo específico, diagnosticar as condições de acessibilidade da cidade, foi alcançado a partir da realização de uma vivência empírica na cidade de Dormentes realizada pela autora, com a participação de gestores públicos, profissionais e população ao



decorrer da elaboração desse trabalho.

Diante do exposto, com o aprofundamento dos conceitos referentes ao embasamento teórico, assim como os referenciais projetuais, e com os resultados obtidos durante a vivência realizada na cidade de Dormentes de acordo com as etapas metodológicas do trabalho foi possível compreender as problemáticas estruturais e culturais da cidade, além identificar as necessidades de lazer.

Portanto, o objetivo principal foi alcançado e a partir da aplicação das diretrizes projetuais num estudo preliminar de um parque público inclusivo na cidade de Dormentes-PE, conseguindo assim exemplificar e implantar todo o programa de necessidades básico, proposto para um parque público inclusivo, assim como as soluções espaciais de acessibilidade.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2020

BRANDÃO, M. de. M. **Acessibilidade espacial para pessoas com deficiência visual**: discussão e contribuições para a NBR 9050/2004. Florianópolis, 01 de abril de 2011, 198 p. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação, UFSC, 2011.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p

_____. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamentação das Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, dez. 2004;

_____. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005: Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.

_____. **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Publicado no Diário Oficial da União de 26 de agosto de 2009. Brasília, 2009.

_____. **Lei nº 10.048**, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União de 9 de novembro de 2000. Brasília, 2000a.

_____. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2000. Brasília, 2000b.

_____. **Lei nº 11.982, de 16 de julho de 2009**. Determina a adaptação de parte dos brinquedos e equipamentos dos parques de diversões às necessidades das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília, DF, julho 2009;

_____. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

_____. **Lei nº 13.443**, de 11 de maio de 2017: Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigatoriedade da oferta, em espaços de uso público, de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados para utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida. Brasília, 2017.

CAMBIAGHI, S. **Desenho Universal: Métodos e Técnicas para Arquitetos e Urbanistas**. 2007;



CAMBIAGHI, S. **Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. 4ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2017. 281 p

CARLETO, A. C.; CAMBIAGHI, S. **Desenho Universal: um conceito para todos**. (Realização Mara Gabrielli). São Paulo, 2008.

CARNEIRO, A. R.; MESQUITA, L. B. **Espaços Livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade de Recife/Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

CASTANHO, M. M. P. **A abordagem do desenho universal em instituições de ensino de arquitetura e urbanismo da mesorregião do vale do Itajaí - SC**, 2018. 182 p.

152

DISCHINGER, M.; S, A.; S, L.; INNECCO, C. **Incluir brincando**. Inclusão: R. Educ. esp., Brasília, v. 4, n. 2, p. 38-45, jul./out. 2008.

DISCHINGER, M; BINS ELY, V. H. M.; PIARDI, S. M. D. G. **Promovendo a acessibilidade nos edifícios públicos**: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público. Florianópolis: MPSC, 2012.

DORNELES, V. G. **Estratégias de ensino de desenho universal para cursos de graduação em arquitetura e urbanismo**. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFSC, Florianópolis. 2014.

DUARTE, C. R. S.; COHEN, R. **O Ensino da Arquitetura Inclusiva como ferramenta para a Melhoria da Qualidade de Vida para Todos**. In PROJETER 2003 (org.). *Projetar: Desafios e Conquistas da Pesquisa e do Ensino de Projeto*. Rio de Janeiro: Virtual Científica, 2003. p. 159-173.

DUARTE, C. R. de S; COHEN, R. **Afeto e Lugar: A Construção de uma Experiência Afetiva por Pessoas com Dificuldade de Locomoção**. In: **Anais do Seminário Acessibilidade no Cotidiano**. Versão em CD. Rio de Janeiro, 2004.

DUARTE, C. R.; COHEN, R. **Acessibilidade como fator de construção do lugar**. In LOPES, Maria E; ORNSTEIN, Sheila Walbe; PRADO, Adriana R. de Almeida. (org.). *Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil*. São Paulo; Annablume, 2010.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Diretrizes do Desenho Universal na Habitação de Interesse Social no Estado de São Paulo**. 2010. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/manual-desenho-universal.pdf>. Acesso em: 04 de abril de 2022.

FACHOLI, M. L. **Arquitetura inclusiva: projeto de um parque sensorial em Taubaté**. SP, 2019

GIRARDI, V. L. **Lazer, inclusão e autonomia de pessoas com deficiência intelectual na cidade de Curitiba, PR**: entre a cidade de todos e a cidade para todos. / Vânia Lúcia Girardi. – Curitiba, 2017. 220 p.

GOMES, C. L.; MELO, V. A. de. **Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa**. *Movimento Porto Alegre*, v. 9, n. 1, p. 23-44, jan./abr. 2003.



GOMES, C. L.; FERREIRA, H. **O Direito social ao lazer no Brasil**, Isayama, (Org.). – Campinas, SP: Autores Associados, 2015. – (Coleção educação física e esportes)

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico: 2010**

KLEIN, P.; GRIGOLETTI, G. de C. Acessibilidade espacial de deficientes físicos, visuais e idosos em parque público. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção, Campinas, SP**, v. 12, p. e021016, 2021.

LIMA, A. M. L. P. et al. **Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 2, 1994. São Luiz/MA. Anais... São Luiz: Imprensa EMATER/MA, 1994. p. 539 – 553

OFIESH, Nicole; POLLER, Lisa. **A playground for the entire community: The design of Magical Bridge Playground**. 2018. [White paper]. Disponível: <https://web.stanford.edu/class/engr110/2019/pdf/PlaygroundEntireCommunity.pdf>. Acesso em: 19 de setembro de 2022.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial do Estado, 2010. (Coleção Quapá).

RODRIGUES, J.; BERNARDI, N. A ampliação do conhecimento legal e técnico como estratégia para o desenvolvimento de projetos e ambientes mais justos. **Gestão & Tecnologia de Projetos**. São Carlos, v16, n2, 2021.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos**. Editora WVA, Rio de Janeiro, 1997;

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma cidade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2006.176 p.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Acessibilidade: Uma chave para a inclusão social**. 2004

SECRON, Luciana Bernardes. **Espaço de Lazer Acessível - uma intervenção no Parque do Flamengo**. - Rio de Janeiro: UFRJ/ FAU, 2019.

SILVEIRA, J.A. R da.; COSTA, A. D. L.; SILVA, M. D da. **Espaços livres públicos: lugares e suas interfaces intraurbanas**(.org.) JP AB EDITORA, 2016. 320 p.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.



APÊNDICE A: MOTIVAÇÃO PESSOAL

Não poderia finalizar esse trabalho sem mencionar em algum momento o que me levou a fazer ele.

Minha mãe é a maior inspiração desse trabalho. Ela teve paralisia infantil (poliomielite) quando tinha cinco anos, com isso a perna esquerda dela não se desenvolveu, desde então ela só consegue andar com o auxílio da moleta. Quando eu era criança não entendia porque minha mãe não queria sair de casa, apesar de sempre fazer tudo em casa, e trabalhar de forma autônoma juntamente com meu pai fazendo lanches pra vender, mas quando o assunto era ir ao mercado ou a qualquer outro lugar ela sempre evitava. Por exemplo, comprar roupas, sempre éramos eu e minha irmã que íamos nas lojas comprar. Conforme fui crescendo, fui percebendo essas questões.

Ao ver algumas dificuldades de locomoção, preconceito e entre outras coisas que minha mãe sempre passou por ser uma pessoa com deficiência, comecei a buscar o que eu poderia fazer para ajudá-la e com o tempo percebi que as dificuldades, estavam relacionadas a falta de acessibilidade dos espaços. E embora eu tenha demorado a entender o motivo no qual ela me ensinou a ser independente desde muito cedo, antes eu achava que era só pra ajudar ela, mas depois percebi que ela não sentia vontade e não queria sair devido as dificuldades.

Com isso eu deveria ter uns 12 anos quando decidi que queria fazer arquitetura, pois vi na arquitetura uma forma de proporcionar isso para minha mãe e pra muitas pessoas que passam por situações semelhantes a ela, pensei que pudesse ajudar essas pessoas criando espaços e formas de acessos a todos, e durante toda a graduação meu foco foi esse. No meu primeiro período já falava em fazer o TCC sobre acessibilidade, além de imaginar como minha iria a minha formatura caso fosse em Laranjeiras com todas aquelas pedras.

Com o tempo percebi que esse campo era muito maior do que pensava, mas mesmo assim não mudei o meu foco. No decorrer da graduação embora não tenha uma disciplina obrigatória voltada pra acessibilidade ou desenho universal. Tinha os projetos de extensão e uma disciplina optativa de ergonomia que não consegui pegar quando foi ofertada. Mas participei desses projetos de extensão e foi muito legal participar das atividades de vivência



para entender melhor a necessidade de cada usuário. Essas extensões foram essenciais para escolha do tema e todo conhecimento que adquiri.

Com o passar dos anos algo me chamou muito a atenção, além de todos os problemas de acessibilidade a questão da falta de espaços que pudessem proporcionar o lazer para as pessoas com deficiência. Ver minha mãe com mais de 50 anos querendo sair de casa e podendo ter acesso a piscina por exemplo, devido ao fato dela nunca se permitir por medo e por sempre achar que ia cair, embora esse “acesso” tenha sido em uma piscina infantil de forma totalmente inacessível, porém ver ela tendo o acesso a essa forma de lazer e diversão ver a felicidade dela em entrar pela primeira vez no mar e todas as outras vezes e perceber que as reações eram a cada vez mais felizes. Isso me fez querer fazer algo para esse público, por isso tenho a acessibilidade como uma missão de vida e pretendo estudar sempre pra entender os muitos problemas que pretendo contribuir com soluções que atendam a todos.

Para o desenvolvimento do TCC pensei em um espaço na cidade que ela reside atualmente que é a cidade de Dormentes PE, uma cidade que apesar de ter algumas ações na promoção de acessibilidade não dispõe de um espaço adequado que proporcione o lazer as pessoas com deficiência e a todos.



APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO APLICADO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS DE LARANJEIRAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO



Trabalho de Conclusão de Curso

PESQUISA COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA CIDADE DE DORMENTES- PE OU COM OS
RESPONSÁVEIS.

Nº _____

1ª PARTE: DADOS BÁSICOS SOBRE O ENTREVISTADO

NOME: _____

RESPONSÁVEL: _____

GRAU DE PARENTESCO _____

FEMININO () MASCULINO ()

MORA NA () ZONA RURAL OU () ZONA URBANA

BAIRRO EM QUE MORA: _____

ESCOLARIDADE: _____

TRABALHA: _____

TIPO DE DEFICIÊNCIA: _____

UTILIZA ALGUM FACILITADOR? _____

IDADE: _____

RENDA FAMILIAR: _____

COR OU RAÇA: _____

2ª PARTE: PERGUNTAS SOBRE A ACESSIBILIDADE E DIFICULDADES SENTIDAS

QUAIS ESPAÇOS DA CIDADE, SÃO MAIS DIFÍCIS DE ACESSO?

O QUE MAIS IMPEDE DE SE LOCOMOVER, SE COMUNICAR, DE REALIZAR ATIVIDADES BÁSICAS?

DEIXA DE SAIR POR INACESSIBILIDADE? COM QUE FREQUÊNCIA?

QUAIS LUGARES NÃO CONSEGUE TER ACESSO?

NECESSITA DE ALGUM TRANSPORTE PARA SE LOCOMOVER, OU AJUDA?

COMO AVALIA DORMENTES EM TERMOS DE ACESSIBILIDADE?

O QUE É CONSIDERADO COMO ACESSÍVEL?



3ª PARTE: PERGUNTAS SOBRE O LAZER

VOCÊ COSTUMA SAIR?

PARA QUAL FINALIDADE? ESTUDO, LAZER, TRABALHO, OUTROS

SAI SOZINHO OU ACOMPANHADO?

COM QUE FREQUENCIA?

COMO FAZ PARA SE DIVERTIR NA CIDADE?

O QUE MAIS SENTI FALTA NA CIDADE?

A DEFICIÊNCIA ATRABALHA EM SOCIALIZAR, EM SE DIVERTIR?

QUAL A MAIOR DIFICULDADE JÁ ENFRENTOU PARA TER ACESSO AO LAZER, EM DORMENTES?

QUAL ATIVIDADE VOCÊ ACHA QUE PODERIA INCLUIR A PESSOA COM DEFICIÊNCIA COM OUTRAS PESSOAS? _____

VOCÊ SOFRE PRECONCEITOS, DE QUE TIPOS?

SE VOCÊ FOSSE EM UMA PRAÇA OU UM PARQUE, O QUE MAIS GOSTARIA QUE TIVESSE LÁ PARA SE DIVERTIR?



APÊNDICE C: FORMULÁRIO ONLINE APLICADO

Pesquisa sobre Lazer e espaços de Lazer

Pesquisa realizada para Trabalho de conclusão da graduanda em Arquitetura e Urbanismo Taiane de Castro Macedo pela Universidade Federal de Sergipe. Essa pesquisa tem como finalidade compreender os espaços públicos de lazer da cidade de Dormentes, bem como o entendimento da população sobre espaços de lazer.

158

***Obrigatório**

Dados pessoais

não será divulgado!

1. NOME? *

2. IDADE? *

3. SEXO? *

Marcar apenas uma oval.

☐ FEMININO

☐ Masculino

☐ Outro:

4. TEM ALGUMA DEFICIÊNCIA? *

Marcar apenas uma oval.

☐ SIM

☐ NÃO



5. SE SIM, QUAL?

6. MORA EM ZONA URBANA OU RURAL *

Marcar apenas uma oval.

☐ URBANA

☐ RURAL

As perguntas a seguir são relacionadas aos espaços de lazer e seu entendimento

7. O QUE É LAZER PARA VOCÊ? *

8. QUANDO ESTÁ EM BUSCA DE LAZER, ESTÁ MAIS RELACIONADO A QUE? *

Marque todas que se aplicam.

☐ BUSCA DE SATISFAÇÃO

☐ QUALIDADE DE VIDA

☐ DIVERSÃO

☐ SOCIABILIDADE

☐ Outro: _____



9. PRINCIPAIS ESPAÇOS QUE VOCÊ UTILIZA PARA O LAZER: *

Marque todas que se aplicam.

☐ RESTAURANTE/BAR/LANCHONETE

☐ CHURRASCO EM CASA

☐ PRAÇAS

☐ BRINQUEDOS

☐ PISCINAS

☐ ESPORTES

☐ Outro: _____

160

10. QUAIS TURNOS UTILIZA PARA O LAZER? *

Marcar apenas uma oval.

☐ MANHÃ

☐ TARDE

☐ NOITE

11. EM QUAIS DIAS? *

Marcar apenas uma oval.

☐ SEMANA

☐ FINAL DE SEMANA

12. COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ FREQUENTA PRAÇAS COMO ESPAÇO DE LAZER? *

Marcar apenas uma oval.

☐ SEMANALMENTE

☐ MENSALMENTE

☐ RARAMENTE



13. O QUE TE IMPEDE DE TER ACESSO AOS ESPAÇOS DE LAZER DESEJADOS? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ DISTÂNCIA DE CASA
- ☐ AUSÊNCIA DE ATIVIDADES DO SEU INTERESSE
- ☐ FALTA DE TEMPO
- ☐ AUSÊNCIA DESSES ESPAÇOS

14. QUAIS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER GOSTARIA QUE TIVESSE NA CIDADE DE DORMENTES? *

OBRIGADA PELA SUA
CONTRIBUIÇÃO!

SERÁ DE EXTREMA IMPORTÂNCIA PARA
REALIZAÇÃO DO MEU TRABALHO!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários



APÊNDICE D: FOLDER DISPONIBILIZADO NA VIVÊNCIA EMPÍRICA POR UM DORMENTES

MAIS DIVERSO E ACESSÍVEL PARA TODOS.

PRATIQUE CIDADANIA

Além da adequação de calçadas e espaços públicos a Comunicação inclusiva também é muito importante para a construção de uma sociedade que **respeita** e valoriza as pessoas com deficiência. E isso começa com atitudes individuais que estão relacionadas à maneira como cada pessoa se relaciona com as demais. Comunicar-se de forma respeitosa, procurando entender as particularidades de cada um, é mais do que uma demonstração de empatia. É plantar uma semente que poderá resultar em mudanças de atitude nos colegas de trabalho, amigos e familiares.

É Errado dizer:

- > Que as pessoas com deficiência são “inválidas”, “incapacitadas”, “aleijadas” ou “defeituosas”.
- > Expressões como “anomalia genética”, “pessoa portadora de deficiência” ou “pessoa com necessidades especiais” e “criança excepcional”.
- > Diminutivos pejorativos: ceguinho, surdinho, mudinho.

É Certo dizer

- Pessoa com deficiência
- > Mulher cega
- > Homem surdo
- > Criança surdocega
- > Adolescente com deficiência múltipla
- > Jovem com deficiência intelectual

Tome cuidado!

- > Não reforce estereótipos em sala de aula e outros ambientes, dizendo, por exemplo, que estudantes com deficiência são “esforçados” ou que colaboradores cegos são mais “sensíveis”.
- > Às vezes, a tentativa de elogiar pode expor uma ideia preconceituosa.
- > Em vez de “apesar de deficiente, ele é ótimo aluno”, melhor dizer “ele tem deficiência e é ótimo aluno”; Evite “ela é cega, mas vem sozinha para a escola”, diga “ela é cega e vem sozinha para a escola”; e assim por diante.

Como posso ser mais inclusivo?

- > Se achar que pode ajudar de alguma forma, pergunte à pessoa e como proceder. Se ela aceitar não ficará ofendida.
- > Nunca movimente uma cadeira de rodas sem permissão; não conduza uma pessoa cega puxando-a pelo braço sem perguntar antes se pode; não tenha atitudes infantis com pessoas com deficiência intelectual.
- > Ao falar com um pessoa com deficiência se dirija diretamente a ela, mesmo que esteja acompanhada.
- > **Aja com naturalidade e bom senso!**

VIVÊNCIA EMPÍRICA REALIZADA PELA
GRADUANDA EM ARQUITETURA E URBANISMO
TAIANE DE CASTRO MACEDO
OBRIGADA PELA SUA PRESENÇA

APOIO

Prefeitura de DORMENTES **UFES** **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

por um DORMENTES MAIS DIVERSO E ACESSÍVEL PARA TODOS

A INCLUSÃO DEPENDE DE TODOS NÓS

RESPEITE A DIVERSIDADE CADA UM É UM SER ÚNICO

VAMOS REFLETIR SOBRE ISSO?

162

CONCEITOS

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/15) define **acessibilidade** como a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”.

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Deficiência = Limitação funcional

Acessibilidade do ambiente

A deficiência é entendida como o resultado da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras advindas de atitudes e dos ambientes. Essa nova perspectiva deixa de compreender a deficiência unicamente como limitação da pessoa e passa a responsabilizar o ambiente, o espaço, as pessoas e as práticas sociais pelas barreiras que inviabilizam a plena inclusão das pessoas com deficiência em diferentes âmbitos da vida.

Pessoas com mobilidade reduzida são aquelas que apresentam dificuldades de locomoção, permanente ou temporário, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção. Podem ser consideradas pessoas com mobilidade reduzida, por exemplo, os obesos (a depender do grau de obesidade), idosos, gestantes, pessoas com carrinho de bebê, pessoas com algum membro do corpo imobilizado.

Desenho Universal é a “Concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de Tecnologia Assistiva” conforme a Lei Federal 13.146/15 – Lei Brasileira de Inclusão – LBI.

acessibilidade não se resume a rampas! DEIXE A CALÇADA LIVRE PARA O PEDESTRE

A Constituição Brasileira garante a todos os cidadãos o **DIREITO** de igualdade sem discriminação, incluindo o acesso à moradia, a serviços essenciais como saúde e educação, ao lazer, ao trabalho e a circulação, independentemente da cor, credo, sexo, idade, condição social ou deficiência. A garantia desses direitos é dever do Estado por meio da implementação de ações políticas e legislativas adaptando os espaços físicos das cidades para promover melhores condições de acessibilidade, permitindo a todas as pessoas, sem distinção, o direito de realizar as atividades desejadas.

“evoluir é perceber que incluir não é tratar igual, pois as pessoas são diferentes! (...) Incluir é abandonar estereótipos. Claudia Werneck (1997)”



APÊNDICE E: PANFLETO DE MULTA MORAL DISPONIBILIZADO NA VIVÊNCIA EMPÍRICA POR UM DORMENTES MAIS DIVERSO E ACESSÍVEL PARA TODOS.

MULTA MORAL

PLACA A S U A

VOCÊ COMETEU A SEGUINTE INFRAÇÃO

- ☐ Estacionar em vaga reservada para pessoas com deficiência
- ☐ Estacionar em vaga reservada para idosos
- ☐ Estacionar sobre a calçada
- ☐ Bloquear o rebaixamento de guia (rampa)

Você sabia...



O que para você são apenas 5 minutinhos ocupando uma vaga reservada, para quem realmente tem direito pode significar:

- ☒ uma consulta médica perdida
- ☒ o atraso em uma reunião
- ☒ a ausência na entrevista de emprego
- ☒ e qualquer outra situação que poderia ser evitada se você não tivesse ocupado esse espaço

PENALIDADE:

ACEITAR ESTE PUXÃO DE ORELHA E ADMITIR SEU ERRO, PENSE QUE ESTÁ VAGA EXISTE PARA AS NECESSIDADES DE QUEM REALMENTE PRECISA. VOCÊ NÃO GOSTARIA QUE IMPEDISSEM A SUA MOBILIDADE. ENTÃO REFLITA MELHOR E NÃO COMETA ESSE ERRO DA PRÓXIMA VEZ.

NÃO COBRAMOS DINHEIRO, COBRAMOS ATITUDE CIDADÃ!